



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XI LEGISLATURA (2018-2022)

5.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE JANEIRO DE 2021

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Delfim Neves
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Arlindo Barbosa
Eláccio da Marta
Adilson Managem

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 10 minutos.

O Plenário concluiu o debate e apreciação conjuntos, na especialidade, e procedeu à votação final global das Propostas de Lei n.ºs 19 e 20/XI/3.ª/2021 – Grandes Opções do Plano e Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico de 2021. No debate, na especialidade, que incidiu sobre os sectores da área económica, nomeadamente, o Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, da Agricultura e Desenvolvimento Rural, do Turismo e Cultura, do Planeamento, Finanças e Economia Azul, dos Assuntos Parlamentares e Descentralização (Cílcio Santos) e da Secretária de Estado das Obras Públicas, Ambiente e Ordenamento do Território (Eugénio Nascimento), usaram a palavra, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro (Jorge Bom Jesus) e os Ministros dos Recursos Naturais e Ambiente (Osvaldo Abreu), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (Francisco Ramos), do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz), da Descentralização e Assuntos Parlamentares (Cílcio Santos) e do Secretário de

Estado das Obras Públicas, Ambiente e Ordenamento do Território (Eugénio Graça), que responderam às questões, os Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), António Barros (MLSTP/PSD), Carlos Pinheiro (ADI), Hélder Joaquim (MLSTP/PSD), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD), Mário Rainho (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), Arlindo Ramos (ADI), José Rui Tavares (MLSTP/PSD), Maria das Neves (MLSTP/PSD), Levy Nazaré (ADI), Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD), Aysa Silva (MLSTP/PSD), Joaquim Salvador (ADI), Adelino Costa (MLSTP/PSD), Iazalde Rita (MLSTP/PSD), Alda Ramos (ADI), Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD), Esmaiel Espírito Santo (ADI), Eláccio da Marta (MLSTP/PSD) e José António Miguel (ADI).

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Abnildo d' Oliveira (ADI), Danilson Cotú (PCD/MDFM-UDD) e Danilo Santos (MLSTP/PSD).

No fim, o Sr. Primeiro-Ministro procedeu à sua intervenção de encerramento.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 18 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Estiveram presentes as seguintes Sras. e Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Adilson Cabral Managem
Abnildo do Nascimento d'Oliveira
Alda Quaresma da Costa D' Assunção dos Ramos
Alexandre da Conceição Guadalupe
Anaydi dos Prazeres Ferreira
Arlindo Quaresma dos Santos
Arlindo Ramos
Bilaine Carvalho Viegas de Ceita do Nascimento
Carlos Alberto Pires Pinheiro
Carlos Manuel Cassandra Correia
Celmira de Almeida Sacramento dos S. L
Esmaiel da Glória do Espírito Santo
Idalécio Augusto Quaresma
Joaquim Salvador Afonso
Jorge Sousa Ponte Amaro Bondoso
José António do Sacramento Miguel
José da Graça Diogo
Levy do Espírito Santo Nazaré
Mário Fernando de Jesus Rainho
Orlando Borges da Mata
Paulo Jorge Carvalho
Policarpo Viegas d'Oliveira Freitas
Salcedas d'Alva Teixeira Barros
Sebastião Lopes Pinheiro
Silvestre Moreno Mendes

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adelino Cruz José da Costa
Adilson dos Reis Vaz
Ana Isabel Meira Rita
António das Neves Sacramento Barros
Arlindo Barbosa Semedo
Ayza Fortes da Silva
Danilo das Neves dos Santos
Eláccio Afonso da Marta
Filomena Sebastião Santana Monteiro D'Alva
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Hélder dos Santos Ceita Joaquim
Izalde Lopes do Sacramento Rita
Jaime Pires Sequeira de Menezes
José Rui Tavares Cardoso
Jerónimo Lima Pires Quaresma
Ketty-Keyla Neto da Silva Borges
Leonilda Maria Trovoada de A. Pires dos Santos
Maiquel Jackson do Espírito Santo
Maria das Neves Ceita Batista de Sousa
Maurício Vera Cruz Afonso Rita
Óscar Cosme da Conceição Gina da Silva
Paula Maria Fonseca Tavares
Raúl do Espírito Santo Cardoso

Coligação PCD/MDFM-UDD:

Arlindo Vicente de Assunção Carvalho
Danilson Alcântara Fernandes Cotú
Delfim Santiago das Neves
Felisberto Fernandes Afonso

Jamiel Joana Segunda

Movimento de Cidadãos Independentes

António dos Reis Faleiro

Beatriz da Veiga Mendes Azevedo

O Sr. **Presidente**: — Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, bom dia, Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Caros Técnicos de Serviços, povo de São Tomé e Príncipe, cá dentro e na diáspora, muito bom dia.

Vamos dar início aos nossos trabalhos, ontem foi muito extensivo. Pese embora ter sido proveitoso, fizemos um debate muito na generalidade. Vamos tentar hoje ser mais sucintos, mais práticos, apresentar as propostas, naturalmente, argumentar as propostas que vamos apresentar, mas nunca devagar sobre outras matérias que não têm nada a ver com o Orçamento, nem com as Grandes Opções do Plano.

Portanto, peço aos Serviços para convidarem os membros do Governo a ocuparem os respectivos lugares.

Hoje, vamos ter um trabalho um pouco mais extensivo que ontem. Se ontem terminámos às 19 horas e 30 minutos, hoje, se calhar, ao ritmo de ontem, podemos chegar às 23 horas. Estou só a chamar atenção. Se formos ao ritmo de ontem, podemos chegar às 23 horas, porque, hoje, temos mesmo que fechar, de acordo com o Regimento.

Portanto, vamos analisar a área económica, tem a ver com o Ministério dos Recursos Naturais, e Meio Ambiente, Secretaria do Estado das Obras Públicas, inclusive, Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Ministério do Turismo e Cultura, Secretaria do Estado do Comércio, Indústria. Se conseguirmos neste primeiro período analisar...

Uma voz: — Esse Ministério já foi discutido.

O Sr. **Presidente**: — Ai é? Ok, então ficará apenas Secretaria de Estado do Turismo. Apenas o Ministério? Se conseguirmos concluir esses três sectores, neste primeiro período, teremos um intervalo às 13 horas e retomaremos às 14 horas, com o Ministério do Plano e Finanças, o Ministério da Descentralização e Assuntos Parlamentares e, seguidamente, a votação das duas propostas de lei, na especialidade e final global.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Presidente, bom dia a todos, antes de mais, gostaria de dizer que concordo plenamente consigo sobre a forma de trabalharmos e o cumprimento do tempo estipulado, o tempo razoável de trabalho, por isso, gostaria de apelar à Mesa, desde já, antes de se começar o trabalho, que quando a Mesa perceber que uma ou outra intervenção está a fugir, para tirar mesmo a palavra. Para não dar sequer brecha para os próximos virem responder, e a Mesa poderá ficar numa situação, porque deixou o outro. Desde o início, que ninguém ainda usou da palavra. Quando a Mesa verificar de que a intervenção está a fugir ao que nos traz aqui, retirar a palavra.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, este é um apelo e é o papel da Mesa. Espero que todos estejam imbuídos deste entendimento, aliás, é regimental.

Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Cumprimento o Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco. Estando todos presentes, vamos iniciar os nossos trabalhos. Como eu dizia, se não houver alteração da parte do Governo, vamos começar com o Ministério dos Recursos Naturais e Ambiente, a Secretaria de Estado de Obras Públicas, inclusive.

Tem a palavra, o Sr. Líder Parlamentar do ADI, para uma intervenção ou para alguma questão prévia?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, portanto, vamos contar o tempo.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos, respeitando a precedência protocolar.

Sr. Presidente, estando nós no Ministério considerado superministério do super ministro, eu estou um bocado preocupado e gostaria de obter da parte de Sua Excelência o Sr. Ministro das Obras Públicas algum esclarecimento. Mas, antes do esclarecimento, quero fazer uma proposta concreta: é que Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro tem-nos pedido, em certos sectores, particularmente, Saúde, Educação, Justiça,

Defesa e Segurança, para olharmos de uma forma holística. E quer dizer que o desenvolvimento do País também deve ser visto de uma forma holística. Quero com isso dizer que é verdade que nós ainda não estamos no Distrito de Mé-Zóchi, mas neste Orçamento, do ponto de vista de infra-estruturação, Mé-Zóchi, sendo o segundo maior distrito, em termos populacional, tendo em conta a sua importância, vimos, neste caso, pouca referência se não o pagamento de algumas dívidas.

Eu não compreendo, Sr. Ministro das Obras Públicas, vejo aqui a rubrica 2565 repetida por três vezes, que é a reabilitação da Marginal 12 de Julho. E daquilo que tivemos na explicação de Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, primeiro, é que a obra da Marginal tem como fonte de financiamento a Holanda e também o Banco Europeu de Investimento. Vejo aqui mais uma fonte de financiamento, RPC – República Popular da China, com os montantes aqui adstritos. Logo, eu pergunto: o que é que mudou desta visão, Sr. Ministro.

Segundo, porque esta fonte de financiamento está aqui a repetir 3 vezes, não sei porquê, queria essa explicação. A minha proposta é eliminá-la aqui no Ministério e remeter para a Câmara Distrital de Mé-Zóchi, para a requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade. A cidade da trindade está quase em ruínas.

Eu não falei, ontem, de uma questão do Ministério de Juventude e Desporto, porque vi que o Ministério tem poucas coisas, mas aquele recinto é um recinto multiuso. Para além de prática desportiva, também permite a realização de actividades culturais e sempre que organismos internacionais ou ONG querem realizar qualquer actividade com grande grupo, com a juventude, etc., etc., é no Parque Popular. E aquilo está em ruínas. Portanto, por essa razão, a minha proposta é de supressão desta verba que está aqui, de Água Grande, com esta fonte de financiamento, já que a fonte de financiamento para a Marginal é a Holanda e o Banco Europeu de Investimento. Então, esta fonte de financiamento, neste montante de 2.4 milhões para o Parque Popular da Trindade. Esta é a primeira proposta.

O segundo elemento, aqui tenho que pedir explicação aos mesmos, porque nós temos poucos recursos, Sr. Ministro de Infra-Estrutura, e precisamos geri-los da melhor maneira possível. E eu não posso compreender como é que, na perspectiva de reabilitar a Marginal 12 de Julho, um projecto que está orçado em cerca de 100 000 dólares e com uma adenda de mais 20 a 25%, foi a expressão do Primeiro-Ministro, e a qualidade da obra não é a desejável. Quando o projecto arrancar, vai-se partir tudo de novo. Quer dizer que nós estamos a, como dizem os franceses, *gaspiller*. Quer dizer, estamos a deitar o dinheiro fora. É por isso que eu, desde a primeira hora, disse ao Sr. Primeiro-Ministro, quer em audiência, e eu defendo, que estou contra a forma desta reabilitação, porque a obra não tem qualidade. Mas num momento de pandemia, elegeram essa obra como urgência. Eu vejo no Orçamento a disposição que é para a questão quebra-mar etc., etc., mas a parte em que o mar está a invadir a Marginal não se vê nenhum sinal. Absolutamente, nenhum sinal! Portanto, essa explicação, gostaria de a obter.

Quanto ao projecto de reabilitação da N1, não sei se mudaram a fonte de financiamento.

O Sr. **Primeiro-Ministro** (Jorge Bom Jesus): — É o Banco Mundial.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — É o Banco Mundial, mas aqui, no Programa de Investimento Público, página 4 de 7, eu vejo outra fonte de financiamento. Daquilo que sempre foi advogado, a fonte de financiamento para a Estrada Nacional Número 1 é Banco Mundial, mas aqui a fonte de financiamento vem outra.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Pode ser contrapartida disso. O Ministro vai...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Então, gostaria de ter essa explicação, se já temos financiamento do Banco Mundial para a N1, porque vejo aqui, requalificação N1 – Praia das Conchas, esta é outra via. Se vamos para cima, 2799 – Transporte, protecção costeira, requalificação N1 – Lembá, estamos a falar de N1, RPC. Eu não vejo a requalificação da N1 com a fonte de financiamento do Banco Mundial. Portanto, é essa a explicação que eu gostaria de obter. E também, há repetição aqui...

Uma voz: — Por isso é que eu digo, são os dois N1.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sim, Sim, os dois N1. Depois eu vejo também uma repetição que gostaria de esclarecimento, melhoria de indicador do sector de água e saneamento, melhoria do sistema de saneamento de indicador de abastecimento de água, enfim, fonte de financiamento, União Europeia. Há esta repetição, eu não sei o porquê, se é apenas para dizer que o Orçamento não é tão elevado assim.

Portanto, são essas notas que eu gostaria de deixar, nesta primeira fase, mas, Sua Excelência, pensamos o País de uma forma holística, como o senhor defende.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. **António Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Ministro Osvaldo, estamos a falar de Obras Públicas, o Orçamento do Príncipe tem uma rubrica ligada ao Porto, e eu confesso que, agora, começo a ter alguma dificuldade em definir as prioridades, porque eu já tinha dito ao Sr. Primeiro-Ministro que o Hospital tem que acabar, que San Joaquim tem que ter energia, que tal coisa tem que ser feita, bom, mas, hoje, eu ainda sou obrigado a dizer ao Governo que é necessário uma atenção ao Porto do Príncipe, e eu explico porquê. Porque isso pode fazer com que se consiga aliviar de um dos grandes problemas que temos, que é a ligação marítima. Porque existem vários empresários que têm seus navios, estão interessados em vir ganhar dinheiro, mas a forma como está o Porto do Príncipe, afugenta esses investidores, porque já está provado que a característica do Porto, pelo nível de degradação e pela pequenez, tem danificado os navios. Então, o armador faz uma ou duas viagens para o Príncipe, chega à conclusão que está a ter mais prejuízo do que lucro e vai-se embora para outra costa.

Portanto, se nós conseguirmos resolver o problema do Porto, acredito eu que o Governo também, porque essa questão de ligação marítima, creio eu que a nível mundial já não é um problema de que o Estado se ocupa a 100%. É um problema dos privados. O Estado só tem é que criar condições para que os privados possam exercer esse tipo de actividade, ter alguma rentabilidade e ao mesmo tempo também poder contribuir para o próprio Orçamento do Estado.

Bom, é este o reparo que eu quero fazer, no sentido de, mais uma vez, chamar o Governo atenção, já que está orçamentado, é verdade que depende do financiador, mas para que um esforço fosse feito.

Neste momento, por exemplo, aliás, eu tenho que agradecer o Sr. Ministro Cílcio, estes dias tem estado muito apertado, que colaborou e ajudou bastante, com a questão de alguns embarços que havia para o navio sair, com combustível, para o Príncipe não ficar na escuridão, se resolveu. O Sr. Ministro da Infra-estrutura que eu também, constantemente, tenho incomodado, digamos assim, e que atende sempre, ajuda a resolver o problema. Muito obrigado, Sr. Ministro. Quando não atende, devolve a chamada. O próprio Primeiro-Ministro, já liguei, também já me atendeu à noite, uma vez atendeu à noite e acabámos de salvar um navio que estava à deriva. Pronto, os meus agradecimentos, em nome da população do Príncipe.

E eu aproveito aqui para deixar aqui uma preocupação e pedir a colaboração do Governo. Por esses dias, conseguimos resolver o problema de abastecimento do combustível, mas há mais uma situação também que é necessário o Governo também ver, porque há um navio aqui, o rebocador que faz e muito bem o abastecimento do combustível. Enquanto o rebocador está a fazer a ligação, não falta a gasolina. O rebocador parou por uns dias, por uma questão que não tem nada a ver com a coisa. É um problema do armador e das pessoas que estão a gerir. Eu que não conheço, não quero entrar nisso, mas a verdade é que o navio ficou parado e o Príncipe ficou sem combustível. Tentou-se ali resolver alguma coisa, o navio saiu, já chegou, ontem, com a gasolina que faltava, mas é necessário que o Governo procure saber, de facto, o que é que se passa com essa questão de rebocador, para haver essa continuidade do abastecimento.

Por outro lado, esses navios pequenos que estão a fazer a ligação, com o combustível, não são navios que abastecem o Príncipe com produtos alimentares. E eu posso aqui dizer, com toda a certeza, que é necessário que, na próxima semana, algum navio de capacidade elevada saia para o Príncipe, para que não falte lá bens alimentares. Há um navio, o Lucas, que é um navio de capacidade, que felizmente ajudou a fazer o abastecimento na quadra festiva do Natal, mas, desde aquela altura, parou. Não é por causa de problema técnico, há um problema que eu não quero entrar, porque cabe às empresas resolverem, mas a verdade é que o navio não está a operar.

Portanto, eu queria que o Sr. Ministro da área procurasse inteirar-se do porquê que o navio Lucas não está a operar neste momento, para ver se a gente consegue resolver. Eu estive a falar, esta manhã, com o maior fornecedor de farinha de trigo à Região Autónoma do Príncipe, que me diz que, na próxima semana, se o barco não for, o Príncipe já não terá farinha de trigo, por exemplo, para fazer pão. É uma das coisas, não é? Nesse momento, ainda tem, mas na próxima semana poderá não ter. Portanto, é essa chamada de atenção, o navio é Lucas, o proprietário é o empresário Cardoso, que é também o dono do EGECON. Portanto, para se ver com este empresário o que é que se passa, se é uma questão que o Governo pode dar algum incentivo, alguma coisa, para que essa ligação se faça regularmente.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim, só um bocado, vamos fazer um equilíbriozinho. Vamos passar a palavra ao Sr. Deputado Carlos Pinheiro. É só para fazer um equilíbrio.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Sr. Primeiro-Ministro, na altura do debate na generalidade, levantei a questão da opção do Governo em simplesmente atribuir dotação para uma e única requalificação de via de acesso, ou seja, investimento numa estrada. E eu fui muito claro. Atendendo o número de investimento, de acções que vão ser levadas a cabo, requalificação de estradas, construções de estradas a nível de São Tomé, e termos simplesmente uma requalificação de via de acesso no Príncipe, achei e continuo a achar que é muito pouco. E essa via de acesso, que é uma opção do Governo, que se vai requalificar, como uma dotação de cerca de 1.5 milhão de dobras não cria grande impacto na economia, porque a via de acesso que propus, acho que, por um lado,

vai permitir o escoamento de produtos para a capital, vai permitir que, no âmbito do turismo, aquilo que é a estratégia da Região Autónoma do Príncipe, possa ir um pouco mais para o interior da Região. Temos lá instâncias turísticas que fazem os seus programas.

O Príncipe já é uma ilha pequena e sem via de acesso ainda torna-se mais pequena, por um lado.

Por outro lado, com a pandemia, muitas pessoas perderam o emprego. Então, se houver uma obra que crie impacto em termos de via de acesso, primeiro, vai criar oportunidade de emprego, segundo, vai criar uma movimentação entre as ilhas, mais rotação de navios, com o transporte, ida e volta, de mercadorias, cargas, etc., e ao mesmo tempo vamos tirar essas comunidades do isolamento em que se encontram, por falta de vias de acesso, e muitas dessas vias de acesso em via de desaparecimento. Isto depende do Governo, é opção do Governo, mas é minha sugestão. Por exemplo, desde Ôquê Daniel, Ponta do Sol, Terra Prometida, Pincatê, S. Joaquim e Porto Real, seria uma obra que poderia agitar um pouco a Região em termos económicos, porque as pessoas estão desempregadas.

Há de facto no orçamento da Região Autónoma do Príncipe algumas obras de requalificações pequenas, de algumas instituições, da Ponte Papagaio, mas não são obras que criem impacto. Faço recordar, por exemplo, a obra da estrada de Porto Real e toda a cidade de São António, arruamento, criou algum impacto na economia. Para o Príncipe não vale a pena estar a reabilitar 1,5 km de estrada, não faz sentido. Por isso, a minha proposta, na rubrica 2946, reabilitação de troço de estradas, cerca de 12.7 milhões de dobras, que fosse afectada para a reabilitação de estradas na Região Autónoma do Príncipe, depois o Governo decidiria que estradas.

Se do Sul ou se da parte Norte. Também temos Terreiro Velho, Nova Estrela, Santo Cristo e temos a outra parte, como disse atrás, Ôquê Daniel, Ponta do Sol, Terra Prometida, Pincatê, S. Joaquim e Porto Real. Portanto há aqui um circuito, e essas estradas estão em via de extinção, sobretudo a de S. Joaquim. Há zonas que, com o efeito de erosão, já estão mesmo degradadas, é preciso haver uma intervenção urgente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Joaquim.

O Sr. **Hélder Joaquim** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Caríssimos Deputados, Caríssimas Deputadas, todos Técnicos e toda a população que nos ouve, muito bom dia.

Sr. Presidente, quero pedir a sua indulgência para um assunto que coloquei ontem. Tendo em conta que ainda não fechamos o Orçamento, quero colocar esta questão. Apresentei uma preocupação sobre o hospital de Ubá-Budo Praia, Santana. Fui recebendo vários *feedbacks*, muita gente começou a ligar para mim e, quando o Ministro respondeu, recebi ainda muitas informações e quero partilhar algumas que acho preocupantes. A primeira é que toda gente diz que tenho razão, que devemos fazer e temos como fazer. A segunda é que a *Humam First* já não está interessada naquele projecto. Então, acho que *ê pô sá cu pó quimi cu n'dala, non cá fé cuá non*.

Vou entrar agora directamente em infra-estruturas. Creio que este Governo está de parabéns, criando algumas infra-estruturas básicas que vão atenuar muitos problemas da nossa população. Aí destaco a questão da água. Vejo no orçamento «programa de melhorias do indicador de abastecimento de água em São Tomé e Príncipe». Quero partilhar com os Srs. Deputados e toda população uma experiência que tivemos. Nós, Deputados do MLSTP/PSD, estávamos a fazer um trabalho de sensibilização à população para o combate ao coronavírus e tivemos imensas dificuldades de comunicação com a população nas nossas roças. Foi terrível a reacção das pessoas concernente a água.

Vou partilhar também uma informação que me passaram. Uma médica foi fazer consulta em Santa Clotilde, ex-dependência de Ubá-Budo, o terreno estava escorregadio, não tem boa via de acesso nem água. Ela escorregou e caiu. Como temos uma população acolhedora, que ajuda, acudiram-na e ofereceram-na água para lavar as mãos. Ela disse que não lavava as mãos com aquela água e foi buscar água mineral. Mas é a mesma água que a população consome todos os dias, e temos problema.

Se este Governo coloca aqui melhoria de condições de água à população, quero que haja um compromisso com este Governo, para que esta melhoria comece nas nossas roças. Que a melhoria de água para as pessoas comece nas nossas roças! Temos que fazer isso!

É lamentável essa situação que vemos no País! Há coisas que podemos fazer.

Aproveitando ainda a água, Sr. Ministro de Infra-estruturas, a comunidade de Pinheira Roça fez uma carta a pedir apoio para a ligação de água do depósito de S. Fenícia com Pinheira, coisa de poucos metros. Mas como está em Mé-Zóchi, as vezes não gostamos de partilhar um bocado que temos com os nossos vizinhos. Há poucos metros está a Roça Pinheira, está o depósito, às vezes todo cheio, mas não conseguem fazer uma ligação pequena entre S. Fenícia e Pinheira.

Estou aqui em nome da população de Pinheira, para pedir encarecidamente ao Sr. Ministro das Infra-estruturas que acelere esse pedido e que possamos em breve ter água potável na Roça Pinheira. Não sabemos o que poderá advir e as coisas poderão complicar-se um pouco mais. É um pedido especial dessa zona.

Vou passar para infra-estruturas e agora com uma proposta concreta. Tenho e vejo com muita satisfação que este Governo olhou, pela primeira vez um governo teve essa atenção, para a estrada que sai de Água

Izé a Claudino Faro, passando pelas dependências. Queremos agradecer a este Governo, mas interrogamos a fonte de financiamento. Interrogamo-la de uma maneira muito especial. É a mesma fonte que a Câmara Distrital de Cantagalo tinha no orçamento passado e eu e o Sr. Deputado Elákcio tivemos que ir ter com o Director do Tesouro para ver como mudar essa fonte, porque a Câmara esteve estrangulada durante 1 ano, não fazia nada. Colocam esta mesma fonte para essa infra-estrutura que acho prioritária do País, é a zona que nos ajudou a combater o coronavírus no País, alimentando a nossa população.

A minha proposta é que na rubrica 1042 «reabilitação de troço de estrada», tiremos 6 milhões e passemos para a construção da estrada de Água-Izé a Claudino Faro. O mais fácil seria trocar só a fonte de financiamento. Então, tiremos a fonte que está cá e passemos RPC para baixo. Isto quer dizer que RPC passa a ter um compromisso com essa estrada, mas deixo a critério do Governo, pode ser que o Governo encontre financiamento, que acelere muito mais a construção desta estrada, para que nesses três primeiros meses possamos lançar o concurso e, ao longo do ano, iniciar esta obra. Não vamos esperar que aconteça coisas piores.

Passo por lá sempre e vejo como as carinhas descem de lá com mercadorias. Não vamos esperar que aconteça o pior para depois nos levantarmos das cadeiras. Podemos fazer isso.

Em relação a infra-estrutura em Cantagalo, minha gente, é complicado. Andaram a esquecer-se do nosso distrito há muitos anos. Felizmente hoje temos deputados que vivem em Cantagalo, estão em Cantagalo, e hoje podemos falar que é penoso. Temos uma estrada em Cantagalo, mesmo Algés. Tem uma empresa que faz a produção e comercialização de inertes naquela estrada, passa sempre por lá veículos que destruíram a estrada toda, está a poluir o ar, as casas, mas não há nenhum compromisso. Peço ao Sr. Ministro de Infra-estrutura para que olhe para isso. Há um compromisso social de que a empresa deve reparar aquela estrada. Não podemos fazer tudo.

Em Cantagalo, temos a nossa dinâmica. Tenho também a apresentar ao Sr. Ministro de Infra-estrutura que nos apoie num projecto, mesmo na Cidade de Santana, Cova Água. As pessoas que passam naquela área, quando chove há um lamaçal na estrada. Há um empresário que conversou connosco e disse que nos podia apoiar a resolver aquele problema. É a estrada de Cova Água, Beladona, Vila Alta e vai para Gomes. A chuva mete todo o barro na estrada. No entanto, um empresário comprometeu-se em nos ajudar, mas quer que tenhamos alguém que faça um estudo da estrada. Então, estou a pedir ao Sr. Ministro de Infra-estruturas e seus colaboradores para nos ajudar a fazer rapidamente o estudo de viabilidade daquela estrada.

Existe muitos problemas em Cantagalo. Estão a pedir tempo, infelizmente, toda gente quer falar, e não tenho tempo para falar mais sobre o meu distrito, para mim é uma mágoa. Temos problemas sérios que podemos resolver, em termos de infra-estrutura do nosso distrito.

O Sr. **Presidente**: — Ainda bem que fez o reparo, na última parte da sua intervenção, de que deixará o Governo analisar a melhor forma de financiamento. Não é da competência dos Deputados mudar a fonte de financiamento, porque a fonte é negociada com o Governo. Só o Governo sabe o que negociou com os parceiros. Mudando a fonte, poderá complicar todo o processo.

Podemos sim fazer propostas de alocação, descrição, mas a fonte só o Governo pode pronunciar e alterar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Sras. e Srs. Deputados e todos que nos seguem, bom dia.

Trago na verdade uma preocupação em termos de reflexão em relação à situação de abastecimento de água potável à nossa população.

Todos reconhecemos que o País sofre uma consequência do desequilíbrio ambiental, com várias causas por detrás, e isso tem afectado, segundo as informações da EMAE, no sistema de abastecimento e distribuição de água às populações. Escuso-me de falar o nome das localidades, porque eu correria o risco de deixar algumas de fora, mas gostaria que o Governo nos explicasse o que tem em carteira, qual o projecto, o tem em vista para solucionar este problema.

Gostaria também, em termos de reconhecimento, torcendo para este projecto que, devido as fontes, dá alguma esperança, mas nota-se uma certa preocupação do Governo quanto à questão ligada ao saneamento e abastecimento de água.

Mas estou a lembrar que, num passado recente, eu trouxe ao Governo a preocupação da Zona de Pété-Pété, em que um dos espaços por onde a água da chuva passava para outro lado acabou sendo vedado por uma intervenção, creio da própria EMAE, o que dificulta a vida das pessoas do outro lado. Quando chove, não há possibilidade de escoamento.

O Governo teve conhecimento, não sei se já está concluído ou o que pensa em fazer nesse sentido.

Sr. Primeiro-Ministro, não vejo a hora de circular na Rua Padre Martinho Pinto da Rocha. Registo com muito apreço o evoluir da obra e espero que tal se concretize ainda este ano.

Sr. Ministro de Obras Públicas, não estou ainda satisfeito, porque no nosso *santomé* conta-se a história daquelas pessoas que passavam azeite na boca das crianças. Espero que não seja isso, mas estou também satisfeito, tenho que reconhecer, que vi no *Téla Nón*, finalmente, o lançamento do troço de estrada Bobô Foro/Madalena/Desejada. Espero que tal se concretize. No dia 27 vou estar lá parado, para acompanhar a tal visita ao espaço, porque seria a materialização de um sonho que vem já de muito tempo.

Da conversa que tenho tido com o Sr. Presidente da Assembleia Nacional, o Deputado Delfim Neves, ele tem revelado preocupações com algumas obras que têm vindo a ser inscritas com alguma frequência, desde 2016, mas até agora não se realiza. Umás são algumas vezes colocadas, outras vezes retiradas do orçamento. Agora, por exemplo, foram retiradas do orçamento e queria uma explicação nesse sentido. Estou a referir-me à estrada que liga a Estrada Nacional n.º 1 a Canavial; ao troço que liga a Estrada Nacional n.º1 a Santa Luzia; Estrada Nacional n.º1 a Praia das Conchas; ao troço que liga a Estrada Nacional n.º3 a Boa Entrada. Todas essas obras inicialmente em calçada. Eu gostaria de saber com o Governo se elas estão no orçamento, porque fui procurar, mas pode ser que por distração não tenha visto. Gostava de saber se estão inscritas ou não. Caso não estejam, propor que pelo menos duas delas sejam inscritas agora e outras para outro ano.

Por ora é isso que gostaria de trazer.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e seu elenco, Caras Deputadas e Caros Deputados, as minhas saudações.

Sr. Primeiro-Ministro, o que me traz cá está relacionado com a rubrica 2946, no que diz respeito à reabilitação do troço de estradas, e está como nacional.

Por um lado, queria que especificasse de concreto qual é a estrada que vai ser reabilitada.

E quanto a esse assunto, eu quero lembrar que, em meados do ano de 2020, iniciou-se um projecto para a construção de um *resort* denominado «Vila Malanza». Foi apresentado pelo Director da Agência de Promoção de Investimentos, tive a sorte de assistir à apresentação que fez em Caué, fiz algumas perguntas e, tanto o Director como o investidor, foram claros em dizer que o projecto já tinha sido elaborado, mas estava sujeito a uma ou outra remodelação, o que o Governo deu um *timing* de 6 meses. Quer isso dizer que logo no primeiro trimestre se teria o projecto elaborado e, de seguida, iriam já arrancar com as obras.

Todo mundo conhece o estado da estrada que temos, que liga Agripalma a Porto Alegre, concretamente o aeroporto, onde vai ser erguido o tal complexo. Os materiais certamente vão ser transportados por via terrestre, ainda que parte tivesse que ir por via marítima, mas qualquer das formas exige mesmo a requalificação daquela estrada. Não só por causa do projecto daquele complexo turístico, mas também por causa da circulação das pessoas e seus bens, pois têm passado por um risco enorme.

Esta questão já foi levantada várias vezes, não é só agora. Por exemplo, no Orçamento de 2020 levantou-se, havia um compromisso do Sr. Primeiro-Ministro de que iria dar uma atenção, houve um Orçamento Rectificativo, voltamos a realçar, o Sr. Primeiro-Ministro nos garantiu que iria intervir, mas finalmente isso não aparece neste Orçamento. Mas aparece esta rubrica a que me referi há bocado, 2946, nacional, no valor de 12.7 milhões de dólares. Se formos ver o câmbio do dia, dá qualquer coisa como cerca 600 000 dólares. Será que essa estrada nacional denominada é a estrada de Caué ou uma outra que não está esclarecida? Caso não seja, seria bom começar-se a reflectir sobre isso, a não ser que o projecto de construção de *resort* Malanza seja algo de brincadeira. Se for brincadeira, é melhor parar com isso, mexer com a sensibilidade de tanta gente que está à espera que Caué mude do paradigma de pobreza em que vive.

Minha gente, um cego vê que o Distrito de Caué, depois da nossa independência, tem servido de escudo para os sucessivos governos arrecadarem fundos que vêm de outro lado a custa da pobreza de Caué. Será que a intenção é mesmo manter essa pobreza, para que os donativos venham sempre, em detrimento da pobreza de Caué? Se for isso, é bom começar a encarar isso com muita seriedade, porque a população de hoje já não é a população de ontem, por um lado.

Por outro lado, a outra rubrica, 5762 nacional, para a construção de casas sociais, está como nacional. Pergunto, a Ilha do Príncipe, Lembá e Caué serão beneficiados com essas casas? Está nacional, mas não está especificado. Seria bom que soubéssemos quais são os distritos que irão ser beneficiados com isso. Ou será mesmo para continuar com Lobata? Também não sei.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Membros do Governo, caros Colegas Deputados, quadros da Assembleia Nacional, povo de São Tomé e Príncipe, muito bom dia.

Quero, em primeiro lugares, agradecer ao Sr. Ministro de Obras Públicas, porque não é fácil contemplar muitos pedidos, mas também venho cá, porque, apesar de ontem o Sr. Primeiro-Ministro nos ter chamado atenção para que não haja um espírito tribalista ou mesmo regionalista, mas de vez enquanto somos

obrigados a fazê-lo. Acima de tudo, também gostaria de dizer aos caros colegas para ter uma linguagem mais doméstica, mais urbana. Quando dizem «não é brincadeira», de modo que haja alguma civilidade linguística.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, gostaria também de associar a minha voz à do colega Abnildo d'Oliveira, por causa da questão da Cidade da Trindade. A Cidade da Trindade tinha um parque, é um centro que mobilizava muitas sinergias, mas até agora temos estado com ausência de lugares para poder recriar.

É só para relembrar que é na Cidade da Trindade que reside o Presidente da República. Todos moram lá e nós temos muito gosto de recebê-los lá.

A zona da Trindade e arredores é o pulmão ambiental, pulmão pluviométrico, pulmão alimentar, pulmão intelectual, pulmão de exportação. É só lembrar Viana da Mota, Almada Negreiros e mais.

Com o problema Covid, muitas árvores e muitas plantas endémicas têm sido fustigadas para o combate desta doença. Eis a razão por que nós entusiasmos o Ministro da Saúde a defender a medicina tradicional. Temos também um parque natural que eu, na Terça-feira, de manhã, antes de vir à Assembleia, tive o cuidado de visitar, pelo que convido a muitos colegas Deputados e membros do Governo a visitarem, de modo a verem a beleza da natureza, da zona que defende e salvaguarda a saúde.

Além da questão do Parque da Trindade, eu gostaria de levantar uma questão, dando uma força ao nosso colega Hélder Joaquim, porque a população de Ponta das Palmeiras me pediu, por causa da questão eléctrica. Felizmente, o Sr. Ministro já nos tinha recebido bastante bem, mas o Sr. Director da EMAE, não sei se está no País ou não, não responde a essa demanda daquela população.

Por outro lado, a questão da estrada de Vanguarda, Fugi Fala e muito mais, Sr. Primeiro-Ministro, a questão de Milagrosa. A estrada de Milagrosa está muito danificada, e é uma zona que fornece muitos produtos alimentares à cidade capital. Portanto, era bom que, dentro dos recursos, víssemos a possibilidade de poder apoiar.

Também já foi dito aqui, e eu queria que fosse vista a questão da água da Cidade da Trindade. A cidade da Trindade é banhada por rios. Temos o fornecimento da Água Moreira, temos o outro tanque que foi construído ali perto de Milagrosa, mas até agora não temos água na Cidade da Trindade. E eu estou a rever, no âmbito das medidas da Covid, no âmbito das moratórias, se fosse possível, não pagar a água na Trindade, porque não têm consumido, não tem havido. E muito mais. Nesse aspecto, o próprio tratamento dessa água, todas essas questões têm sido pertinentes.

Paralelamente a isso, há outra questão, além dessas estradas que citei, apesar de o meu colega Cotú abordar a questão da Madalena, nós também continuamos, Sr. Ministro de Infra-estruturas, com a preocupação de umas infra-estruturas que foram anunciadas para Madalena, no âmbito do projecto de uma empresa petrolífera, que tinha um diferendo com a SATOCAO, mas os interesses do País estão acima de tudo. Portanto, são alguns aspectos que nós gostaríamos de abordar e que, no âmbito da racionalização e no âmbito das medidas, que fossem também atendidos alguns pedidos para a Trindade e arredores.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, bom dia a todos.

Eu tenho certa dificuldade em entender realmente o que se pretende com a chamada infra-estruturação do País e, tendo em conta a situação difícil que o País atravessa e o período em que nós estamos, também tão difícil, nós queremos que tudo seja feito num só ano e num só período, e o Governo demonstra isso de querer resolver todos os problemas ao mesmo tempo, sem ter em conta aquilo que é a nossa real situação económico-financeira. Por isso que, na abordagem que vou fazer, gostaria de ver para os números e não para as acções.

Nós temos um problema, hoje, de escoamento de produtos. Para além das infra-estruturas nacionais, nós temos as Estradas Nacionais n.º1, n.º2 e n.º3, e temos as chamadas estradas secundárias e pistas rurais, que nos possam facilitar naquilo que é o abastecimento do mercado. Portanto, as chamadas zonas rurais de produção agrícola, como o caso da estrada de Claudino Faro, a estrada de Praia das Conchas, a estrada de Santa Luzia, que são estradas secundárias que ligam aos grandes centros de produção hortícola e agrícola, que nos fazem falta. E se nós estamos a falar que hoje temos uma inflação tão alta, provocada pelo elevado custo dos produtos locais, nós temos que procurar as causas que levam a essa elevação de custos. E as causas, Sr. Primeiro-Ministro, são as pistas rurais. Por isso, para além de nós vermos para as acções, o que está escrito como acção, temos que ver para os números. Se olharmos para os números, alguns troços de estradas têm valores que, meus senhores, isso é enganar as populações, valores que não vão resolver os problemas dessas estradas. Eu tomo como exemplo a estrada de Claudino Faro. 6 milhões de dobras para a estrada que vai ligar Claudino Faro, Anselmo Andrade e Bernardo Faro? 6 milhões de dobras, enquanto temos troços de estradas, que nem sequer ligam um centro de produção, com maior valor? Por amor de Deus!

Eu tenho algumas dúvidas e quero pedir esclarecimentos.

Primeira questão, eu vi, nas Grandes Opções do Plano, nas medidas de política das Grandes Opções do Plano do Ministério de Infra-estrutura, «construção de diques de retenção de água», e nós sabemos por que é que o Governo tem esta medida como medida de política. Nós temos um problema de irrigação grave no País, e essa acção, para mim, é prioritária. Depois, temos outra acção do Ministério de Infra-estruturas, que é a conclusão do Plano Nacional de Ordenamento do Território. Outra acção que é aquisição de diversos equipamentos para controlo de qualidades de obras, aquisição de equipamentos para ensaio da qualidade de cimento. Essas três acções, previstas nas Grandes Opções do Plano, não aparecem no Orçamento, mas estão previstas para 2021. Nem construção de diques, nem conclusão do Plano do Ordenamento de Território, não aparece verba destinada. Por isso, eu preciso que me esclareçam se o Ministério de Infra-estrutura resume-se somente à construção de estradas.

Outra questão que me levantou alguma dúvida, e eu quero esclarecimento, é o grande projecto do BADA sobre o abastecimento de água à cidade de Santana e arredores. Há um grande projecto que está a ser executado, mas aparece um outro «Projecto de Reabilitação do Sistema de Abastecimento de Água de Santana e arredores, com outra fonte de financiamento, não o BADA. Eu pergunto, porquê? Por quê essa nova fonte de financiamento, num valor de 6 milhões de dobras, para o Projecto de Reabilitação do Sistema de Água da Cidade de Santana, se há um grande projecto a ser executado? Eu preciso de esclarecimento sobre isso.

Outro esclarecimento que eu preciso que o Sr. Ministro me esclareça é: a reconstrução das pontes sobre Água Grande custa 20.5 milhões de dobras.

Uma voz do ADI: — Credo!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — ...e eu vou ver, com o financiamento da RPC, portanto: transporte e protecção costeira, requalificação da Estrada Nacional n.º 1, 15 milhões de dobras. Quer dizer, as pontes, eu sinceramente, não entendo como é que isto é possível. Eu gostaria que me esclarecesse como é que é possível as pontes terem um valor superior às próprias obras de requalificação da Estrada Nacional n.º 1.

Outra questão que me levanta dúvida: eu, antes de vir cá, tentei conversar com alguém ligado à empresa que está a fazer a requalificação da Marginal. A última tranche que a empresa recebeu, para retomar as obras, porque as obras estavam paradas, foi de 74 000 dobras. E desse valor, 71 000 dobras são destinadas ao pagamento de salários. É lógico que essa empresa não vai conseguir fazer a obra!

Uma voz: — Não vai fazer nada!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Uma tranche de 74 000 dobras para uma empresa que andou desde Dezembro parada, sem fazer nada, e tem os salários em atraso! Logicamente, recebeu essa tranche e pagou os trabalhadores e não tem como adquirir materiais para continuar a obra! E o resultado está à vista de todos. Nós passamos na Marginal, há montes de areia, há montes de blocos, há montes de não sei o quê, e as obras não andam!

Sobre esta questão eu gostaria de ouvir o Sr. Ministro, porquê? Nós, na altura, e o Sr. Primeiro-Ministro, ontem, lembrou-se disso, dissemos que a requalificação da Marginal, se não for no âmbito do grande projecto que existe, estamos a deitar dinheiro fora. E o Primeiro-Ministro, ontem, lembrou-se disso, dizendo que algumas pessoas levantaram-se contra esse trabalho que se está a fazer na Marginal. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, vá-la ver realmente o que está a ser feito! A Empresa JAA começou em CKdo, parece-me que fez 10 ou 15 metros de requalificação e parou. E a outra Empresa retomou a acção, mas, no fundo, a zona onde existe maior degradação continua lá intacta, com essa degradação. Não se fez nada! A zona onde devia ser feita a obra de sustentabilidade e de contenção, não se fez, está lá, porque a empresa não tem equipamentos.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não tem capacidade!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — E é isso que nós temos que ver! Meus senhores, nós temos que fazer as coisas que, amanhã, não é fazer para agradar, as coisas resultem, tenham êxitos! Não podemos continuar a dar dinheiro às pessoas que não têm condições de executar as obras.

Sr. Ministro e o Sr. Primeiro-Ministro, muito bem, eu agradeço pela obra feita no centro da cidade. Muito bem, agradeço, porque hoje a nossa cidade, felizmente, está com outro rosto, sim senhor, mas nós estamos com um grande problema de segurança rodoviária!

Os taxistas que estão nas Estradas Nacionais n.ºs 2 e 3, essencialmente, na Padaria Moderna e na Igreja Adventista, há um problema grave de segurança rodoviária. Se o centro da cidade já está pronto, que se transfira os taxistas para os seus lugares! Organizem as coisas como devem ser e ponham os taxistas nos seus lugares, porque onde estão estamos a correr a risco. Com a abertura das aulas, há um grande risco de segurança rodoviária. E, hoje, os problemas não são com as pessoas, mas entre a Polícia e os taxistas. A Polícia quer fazer o controlo rodoviário, não pode fazer como deve ser, porque a situação é difícil naquelas duas ruas, e nós estamos com a cidade com algum,... não sei também porquê disto, construíram-

se algumas pedras de betão, colocaram à frente dos parques de estacionamento, e não sei se alguém que teve essa ideia percebeu que o espaço que nós temos não cabe todos os carros, todos os taxistas. E ainda por cima puseram lá betão, que vai roubar mais espaço ainda!

Por isso que eu peço aqui ao Sr. Primeiro-Ministro, tome a decisão de repor os taxistas nos seus lugares, porque nós estamos com esse problema. E, se nós vermos, para além do risco das crianças, é aquilo que nós chamamos de falta de saneamento básico! E o Sr. Primeiro-Ministro sabe que onde há grande concentração de táxis há os chamados postos de vendas ambulantes. E naquela rua, à frente da Igreja Adventista, não há casa de banho, não há uma torneira de água.

No âmbito da Covid, alguns lavatórios foram colocados. Sr. Primeiro-Ministro, vai ver como está o estado dos lavatórios! Como estão as torneiras!

Outra questão que eu tenho a perguntar, são tantas coisas que, muitas vezes, eu procuro sintetizar aquilo que é o Orçamento e aquilo que são os valores. Há obras, e muitas vezes, tentamos, o Governo quer assumir todas as pequenas obras, as pequenas estradas secundárias, eu tomo o exemplo da estrada de Conde e Gleba. Portanto, é uma estrada de calcetada, que devia ser uma obra a ser executada pela Câmara de Lobata, em vez de estar neste Orçamento, com um valor de 2.8 milhões de dobras. Se conhece o interior de Conde, com 2.8 milhões de dobras para o troço que sai da Estrada Nacional n.º 1 para o interior de Gleba, não sei se nós vamos conseguir concluir. Entretanto, vamos ver como é que as coisas vão ser feitas.

Bem, outras obras que estão aqui inscritas, nós sabemos que são obras, umas talvez para o pagamento das dívidas anteriores e outras obras ligadas a água, há muitos projectos de água. E eu lanço um repto ao Governo, e espero que em 2021 resolvamos o problema de água, de acordo com os projectos que estão cá. Alguém levantou aqui o problema de água, nós temos, hoje, felizmente, alguns centros de armazenamento e produção de água, como Água Clara, Água Moreira, Rio d' Outro, portanto, centros que nos chamam alguma atenção. Mas há uma questão que eu gostaria de chamar a atenção ao Sr. Ministro de Obras Públicas, como tutelar da Direcção da EMAE. Nós temos um Centro de Tratamento de Água em Pentecoste, quem conhece Pentecoste sabe por onde vai. E aquele Centro de Tratamento de Água abastece quase a metade do País, portanto, todo o Distrito de Lobata, todas as praias. Sr. Primeiro-Ministro, é preciso nós deixarmos desse hábito de esperar que alguma coisa aconteça, depois para nós tomarmos medidas. Esse Centro de Tratamento de Água, situado em Pentecoste, precisa de protecção, precisa de segurança! Chamo atenção para isso.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso.

O Sr. **Rui Cardoso** (MLSTP/PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Venho somente para que o Sr. Ministro das Obras Públicas pudesse dar alguma explicação, relativamente ao Orçamento apresentado. A explicação que eu queria é sobre o troço de estrada de Água Tomás, em calceta, que iniciou e ainda não terminou, mas não consta aqui neste Orçamento. Eu acho que o Governo está a estudar uma outra forma para a conclusão desta obra.

Também para felicitar o Governo pela tapagem de buracos da estrada de Neves, mas também alertar ao Governo para, com esta tapagem de buracos, lembrar da drenagem de água que provém de Bom Sucesso e que desagua nas imediações do Hospital de Neves, do Posto da Polícia e do Mercado. Por conseguinte, eu queria uma explicação do Sr. Ministro relativamente a essa questão.

Quanto a água, a rubrica 3159 fala de águas potáveis. Mas gostaria que se pudesse dizer, águas destinadas a que zonas? Está aqui nacional, muito bem, mas eu sei que, por exemplo no Distrito de Lembá, a Empresa Diogo Vaz tem grandes problemas de água. A Vila de Santa Catarina tem grande problema de água. Então, estando no nacional, sem identificar, tenho algum problema em gerir isto.

Agora, quero dizer também, relativamente à construção de casas sociais, também está no nacional, era bom saber-se se Lembá tem casas sociais, Lobata já tem, já está em construção, se Cantagalo já está em construção, se Trindade irá ter, e outros distritos. Eu acho que devia ser especificado, no sentido de a gente saber, relativamente a este orçamento, o que é que está destinado para cada distrito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, Srs. Técnicos, povo de São Tomé e Príncipe, uma saudação especial.

Sr. Ministro das Obras Públicas, vou dirigir-me directamente a si. Registei com muito agrado ver aqui, nas Grandes Opções do Plano, no capítulo relativo às infra-estruturas, há uma parte que fala sobre a transição, deficiência energética, e aqui diz-se que tem como objectivo «acelerar a transição energética em São Tomé e Príncipe, por meio de uma migração progressiva de energia térmica para energias renováveis e limpas, elemento essencial de resiliência às alterações climáticas e base para um crescimento sustentável». Não há dúvida que isso é extremamente importante. Eu também tenho consciência de que isto não pode ser feito de um dia para outro, mas eu gostava de saber é como é que isso começa a estar traduzido neste orçamento. Porque há uma série de acções que aparecem, nas Grandes Opções do Plano,

para o cumprimento deste desiderato, mas não consigo descortinar o que é que já está contemplado neste Orçamento, visando essa transição energética.

A segunda questão, Sr. Primeiro-Ministro, é que também registei com muito agrado a estrada Ponte Graça/Mulundo neste Orçamento, porque a estrada de Ponte Graça foi feita desde 2003, e as pessoas de Mulundo reclamam essa parte de estrada. Hoje, portanto, vê-la contemplado neste Orçamento, eu só exorto mesmo que ela seja construída, porque faz muita falta à comunidade.

O Sr. Deputado Cotú já falou da estrada de Bobô Forro, Madalena e Desejada, que é uma das coisas muito importantes. Temos plena consciência de que o Governo não poderá fazer de tudo, mas, começando, já é muito bom.

Sr. Ministro das Obras Públicas, nós temos na Madalena um problema, nós, eu digo, o povo, que é o Cemitério de Madalena. Quando chove, é uma catástrofe para as pessoas que têm que carregar o caixão até o Cemitério de Madalena. A Câmara Distrital de Mé-Zóchi já começou a fazer algum esforço, calcetando a entrada do Cemitério. Mas a via de acesso até chegar ao Cemitério continua com muitos problemas. Isso, eu julgo que é uma das coisas prioritárias, porque as pessoas sofrem muito, quando vão enterrar os seus ente-queridos.

Daí que eu gostava de sugerir, porque se falou muito sobre esta questão de requalificação, não vou me meter muito, porque sei que há o compromisso do Governo holandês para o fazer e nos moldes em que está a ser feito de facto deixa muito a desejar, aqui estão duas fontes de financiamento para a requalificação: uma que é do Governo holandês, que publicamente já se disse que vai financiar essa obra, e o que eu gostava de propor é que outra fonte de financiamento, que é da República Popular de China, se tirasse daí, dos 2 400, uns 400 ou 500 00, que eu acho que podia.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Já tem compromisso.

A Sra. **Maria das Neves** (MLSTP/PSD): — Já tem compromisso? Não sobra mais nada? Então temos que ver, mas que se encontrasse uma forma para resolver o problema do Cemitério de Madalena.

Também quero dizer daqui que eu registei com muito agrado o reforço de verba para o GIME, porque o GIME pode ajudar muito ao Governo na manutenção das estradas. Têm feito isso muito bem, e é preciso que de facto haja recursos para que o GIME continue a dar vasão a essa estrada.

Finalmente, Sr. Primeiro-Ministro, São Tomé e Príncipe tem um cabo submarino, portanto, uma Internet que, hoje, já tem um impacto bastante bom no nosso país, um cabo submarino de fibra óptica, que vem cobrindo o País, mas lamentavelmente isso não chegou ao Príncipe. Nós estamos a falar do desenvolvimento do Turismo, estamos a falar de uma população em que a maioria é jovem, um cabo submarino de fibra óptica pode ajudar muito em termos de perspectiva de emprego, para que os jovens possam encontrar uma alternativa, e o Príncipe, que tem uma vocação turística, muito necessita também de um cabo submarino de fibra óptica.

E porque vi, esses dias aqui, o Sr. Director Geral do Banco Mundial, tendo em conta que foi o Banco Mundial que co-financiou o cabo submarino de fibra óptica para São Tomé e Príncipe, eu gostava aqui de propor ao Governo que também analisasse essa possibilidade, para que o Banco Mundial pudesse também financiar o cabo submarino de fibra óptica para a Região Autónoma do Príncipe.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Presidente, bom dia a todos, cumprindo as precedências protocolares.

Apenas tomo da palavra, para trazer uma preocupação, não uma proposta de alteração, mas uma proposta para o Orçamento do próximo ano. E do próximo ano, porquê? O próximo orçamento para 2022, porque tinha que ser coerente com tudo o que disse no outro dia, que tomei a palavra aqui, dizendo que, para mim, a prioridade das prioridades neste Orçamento deveria ser a Saúde. Por isso, não poderia vir aqui, depois de tudo que eu disse, trazer uma proposta de estrada, de água, o que para mim não é prioridade, neste ano pandémico em que ainda nos encontramos.

Mas deixo aqui também às Sras. e aos Srs. Deputados uma preocupação, num momento em que tivermos que fazer uma alteração do nosso Regimento, para que possamos fazer de facto um controlo parlamentar mais acérrimo sobre a execução do orçamento. Porque é preciso, todos os anos, fazermos essas discussões, tira daqui, mete lá, estrada daqui estrada de lá, depois é aprovado e vai-se fazendo. Há já no Regimento o debate da Conta Geral do Estado e o Relatório de Execução do Plano, mas não é do Orçamento, é do Plano, no seu todo, que mesmo assim não acontece. Como está no Regimento, deveria ser, anualmente, isto é, depois da execução, terminando o ano, deve haver um debate sobre a execução desse Plano. Mas isso é já depois.

A minha proposta é que poderia ser, trimestralmente, chamar o Governo, como estamos todos aqui, para nós os Deputados dizermos: aquilo que dissemos da estrada tal, como é que está? A obra já começou? Estrada do cemitério tal, que nós estamos aqui a discutir, a obra já começou? Em que andamento está, como é que está? Se não, ficamos nisso todos os anos, e o Sr. Ministro das Finanças sabe. Eu não entendo por que é que o Governo fica tão preocupado quando os Deputados apresentam propostas, tira daqui mete

lá, se na execução não é nada disso que acontece. Eu fui quadro das Finanças, fui assessor de dois Primeiros-Ministros e assessor de três Ministros das Finanças! E eu sei como é que isso acontece. Ficámos aqui até tão tarde, mas, depois, no dia-a-dia, a dor de cabeça dos Ministros das Finanças é, como, aquele dinheiro já caiu? Qual é a prioridade? Prioridade é isto. Nada disso acontece na execução, de facto.

Então, para o Regimento pôr a possibilidade de, de 3 em 3 meses, virmos outra vez, rubrica por rubrica, o que é que está a ser feito. Tudo isso, porque nós sabemos que o dinheiro não é nosso. Quando o dinheiro não é nosso, muitas vezes, só no final do ano é que está a cair alguma coisa dessas fontes de financiamento. Quando eu vejo fontes de financiamento de alguns dos nossos parceiros bilaterais, por uma questão do politicamente correcto, não vou mencionar nomes desses países, mas está lá nomes de países que dinheiro não vem, é tudo truques! Desculpem essa minha forma de falar, mas é.

Para terminar, a minha proposta, Sr. Primeiro-Ministro, é a primeira vez que o faço, eu sou Deputado há 10 anos, mesmo quando o meu partido estava no poder, nunca o fiz, porque não é minha forma de estar na política. Falamos do Orçamento e das coisas a serem realizadas, mas há uma estrada, não porque eu vivo lá, que é estrada de Saton, entrada de tia Nanda até Galinheiras, Santo Amaro. No passado, nunca mencionei aqui essa estrada, porque a verdade é que não habitava lá muita gente. Nós erámos poucos, havia pouca população, mas hoje em dia já vive muita, muita, muita gente naquele corredor de Saton, entrada do Restaurante da Tia Nanda, que vai sair Galinheira, Santo Amaro.

Para além da densidade populacional de lá hoje, não devemos ver a questão de estrada só para facilitar a vida das pessoas, assim deve ser, é verdade, mas não só, é uma estrada que poderá ajudar a descongestionar de Santo Amaro à capital. As pessoas que vão ao Aeroporto, as pessoas que vão às Praias, e não só, podem desviar, fazendo essa estrada, em vez de fazer toda essa estrada e sair na Manga, dar a volta no Quartel, para ir àquele lado do País. Logo, é uma estrada também estratégica. Por isso, para o próximo orçamento, eu peço ao Sr. Ministro, meu amigo, meu colega, o Ministro Osvaldo Vaz, que já estivemos juntos até...

Uma voz: — Abreu.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Ministro, desculpe, Osvaldo Abreu, já estivemos juntos até naquela estrada, numa acção que o Ministério e o Governo foi fazer, e muito bem, quando os jovens tiraram a areia toda, fizeram aquele estrago de areia em Saton e que a estrada caiu, não havia passagem, não tínhamos como passar, por causa da extracção da areia, e tivemos lá, eu estiver ao lado do Sr. Ministro, e até, para politiquice, tirou-se fotografia e pôs-se nas redes sociais, nós os dois colados, tipo eu estou agora do lado da nova maioria, mas essas coisas não me incomodam.

Logo, o Sr. Ministro conhece bem a estrada, conhece bem aquela realidade. Por isso, para o próximo ano, por favor, Sr. Primeiro-Ministro, espero que no ano 2022 já tenhamos saído da situação pandémica. Então, eu estarei aqui para ver se ficou registado verbas para aquela estrada, que eu acho que é uma estrada que já devia estar pronta há muito tempo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros: Eu quero agradecer o Governo, pelas actividades que tem implementado em Lembá. Estão muito avançadas. Deram prazo de 6 meses, mas é capaz de acabar antes.

Venho cá, por causa da situação de água. Quer em Diogo Vaz, quer em Santa Catarina, nós temos muita água. Lá está a precisar de uma manutenção da EMAE, de modo que haja água de boa qualidade. O problema são bactérias, que podem causar problemas para a nossa saúde. Nós temos muita água, não damos ao Governo muito prejuízo. O projecto de água de Santa Catarina foi feito em 1962, já havia outra técnica, e hoje as coisas mudaram.

Mas gostaria de dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que não estou a compreender este Orçamento. Se nós não mudarmos a nossa mente, mudar o paradigma totalmente, eu não estou a compreender. Está a parecer que o País começou hoje. Essa nova maioria, com o XVII Governo, começou hoje? Nós vamos buscar todas as actividades que temos e estender as mãos?! Nós não discutimos internamente!? Eu peço desculpas, porque os nossos parceiros não vão aguentar isso. E quando um país habitua com isso, nunca mais muda, nem daqui a 100 anos. Nós não vamos a lado nenhum! Vamos dividir as responsabilidades! O que é que nós podemos fazer com a política interna? O que é que podemos fazer com a política externa? Eu penso de outra maneira, Sr. Primeiro-Ministro.

Eu não tenho muito tempo, fico por aqui.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra a Sra. Deputada Aysa Silva.

A Sra. **Aysa Silva** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, muito bom dia.

Sr. Primeiro-Ministro, também notei que Mé-Zóchi tem pouco investimento. Por isso, venho propor que tirasse da rubrica 2946 – reabilitação do troço de estrada, 4 milhões, para a construção da estrada de Vanguarda, António Soares e Galo Cantá, de Cruzeiro a Milagrosa. Também energia para a comunidade de Santa Adelaide, iluminação pública para a localidade de CATAP. Sei que este valor não é suficiente, mas se pode começar a obra e concluir no próximo ano. A população de Mé-Zóchi agradece.

Obrigada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Ministros, povo de São Tomé e Príncipe: Venho aqui com algumas preocupações, relativamente à análise na especialidade deste Orçamento, mas iria iniciar a preocupação na zona em que eu vivo, Distrito de Água Grande. Nós temos aqui «reabilitação, e construção da estrada Sporting/Potó Potó. Tenho dúvidas, por isso peço que me explique, Sr. Ministro de Obras Públicas, como é que se entende que uma estrada já construída, Graças a Deus, foi difícil termos aquela estrada, mas ainda bem que há a continuidade de Estado e essa estrada, hoje, está concluída, mas vem aqui no orçamento «construção e reabilitação. Apenas foi construída e não vejo o porquê de se preocupar já com a sua reabilitação. Eu penso que não é, como diziam os outros, prioritário.

Mas ainda há outro problema, o que mais me interessa. Já havíamos dito que é uma estrada muito importante, que facilitava o desvio das pessoas que viam do Aeroporto, e não só. Mesmo como a Estrada Nacional n.1, ela é extremamente importante e continua a ser importante, tem uma grande circulação actualmente. As pessoas, viaturas e motorizados circulam lá como se fosse uma pista de aviação.

O que eu peço ao Sr. Ministro, em vez de se preocupar com a reabilitação, é colocar lá, em princípio, sinais e uma lomba, para evitar, de facto, grandes danos, como já começamos a ver.

Por falar nisso, nós, em São Tomé e Príncipe, estamos habituados com *quá é dá é dá*. Nós temos toda a nossa cidade sem sinalização moderna, o que nos preocupa bastante! As pessoas circulam, como se estivessem dentro da sua própria casa, não há sinais. E não é porque não se pôs lá sinais. Vandaliza-se tudo e faz-se do País aquilo que se quer, mas ninguém se responsabiliza por tal coisa. Viaturas partem sinais e vão-se embora, não são chamadas à responsabilidade. Eu penso que devíamos dar atenção a isto, porque o País também está a desenvolver, está a sair daquele marasmo em que vivíamos.

Passo agora para outra situação que é a modernização do Aeroporto do São Tomé, capítulo 1042, modernização. Sr. Primeiro-Ministro, queremos perceber a modernização tem a ver com quê. Com todo o Aeroporto? Modernização com o financiamento de 10 milhões de dólares. Não sabemos de onde é que vem. Só para falar do muro de vedação do Aeroporto, no estado em que se encontra, 10 milhões, peço desculpas! E é um risco, quando estamos a falar num Aeroporto modernizado, actualizado. As pessoas de Praia Gamboa e Praia Cruz choram bastante pelas suas cabras, seus porcos, porque quando ultrapassam o muro de vedação, matam e atiram para fora, e cria problema. É preciso que vejamos essas situações e não estamos aqui a ver só para o centro do Aeroporto.

Temos um aeroporto em que, quer aqueles que chegam de viagem, quer aqueles que vão viajar, não podem sentar-se num sítio e pedir uma refeição. Um aeroporto sem restaurante.

O Sr. Ministro já pensou na modernização da restauração do aeroporto também? Seria um pedido neste ponto.

Também gostaria de juntar a minha voz à daqueles que já citaram a requalificação, nomeadamente do troço que liga Bôbô Forro a Desejada, agradecer por essa intenção. O sonho é bom, mas de facto a sua execução é que é difícil. Com 5 milhões de dobras, para reabilitar aquele troço que conhecemos, de Bôbô Forro até Desejada, é bom reflectir melhor!

Para terminar, lamento também a situação do troço que liga ao Cemitério de Madalena. Devemos dar atenção àquele troço, porque muitas são as pessoas que deixaram de ir enterrar os seus entes queridos naquele cemitério devido à trajectória. Portanto, se tivermos que regressar ao passado, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro das Obras Públicas, é bom que se dê atenção. Em vez de pensarmos em 5 milhões, se calhar está-se a pensar em iniciar a reabilitação para terminar no próximo ano, que também se pudesse contemplar aquele pequeno troço com este pequeno orçamento.

O Sr. **Presidente**: — Caras e Caros Deputados, já demos palavra a 11 intervenientes, temos no total 24. Então, vamos dar a palavra a mais uma Deputada ou Deputado que está na lista, vamos resumir as intervenções havidas, o Governo irá responder, porque pode ser que outras pessoas possam desistir.

Estamos a ouvir muitas intervenções repetidas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Adelino Costa.

O Sr. **Adelino Costa** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Trago uma preocupação, porque na altura, quando estávamos a discutir o Orçamento do ano de 2019, havia colocado a questão dos troços de estrada de Bugué e Cachoeira. Depois disso, surgiu o projecto de abastecimento de água potável, que passou por essas duas localidades e a estrada piorou, por causa disso de puxar água para os quintais e coisas dessas. Ainda há 2 dias, tentei passar de lá com o meu carro, não foi possível. Estou a falar de 2.5 a 3km de estrada de terra batida.

E vi aqui uma rubrica, 2946, reabilitação de troço de estrada, 12.7 milhões de dobras. Gostaria de propor que fosse retirado 1.7 milhão de dobras para a reabilitação das estradas dessas duas localidades. Estou a falar de estradas de duas localidades, em que, há mais de 20 anos, não se mexeu uma pedra. Uma zona onde existe uma fábrica de produção de farinha de mandioca, há circulação de pessoas e bens constantemente. Gostaria que o Governo desse atenção a essa estrada.

Trago a preocupação da população de Cabeça Cal, que me pediu para felicitar o Governo, por ter incluído o troço de estrada de Cabeça Cal a Bombom, reabilitação. O projecto que saia de Margarida Manuel a Palha não incluía aquele troço de estrada. Para dizer que neste momento a obra já está a mais de 50%.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa tentou recolher todas as preocupações, para fazer uma súmula do que o Sr. Primeiro-Ministro irá eventualmente esclarecer, mas temos um comentário, aproveitando as deixas de alguns intervenientes. Sr. Primeiro-Ministro, julgo que se deveria manter no orçamento todas as obras de conclusão e priorizar pelo menos uma única estrada de cada distrito, aquelas que são prioritárias, de modo a evitar propostas que não são realizáveis.

Temos uma lista de compra para supermercado e o carinho não vai encher, porque as verbas que estão aqui direccionadas para determinadas obras já sabemos que é só para lançar a obra. Na verdade, se quisermos ter algo feito e deixar legado, deveríamos ter prioridades.

Tenho aqui tudo o que disseram, há rubrica que já não tem dinheiro, tem-se que ir buscar de outro lado. Toda gente quer estrada, quer tirar de uma rubrica para outra. Acho que se estivéssemos todos de acordo, é claro que as obras já iniciadas têm que ser concluídas, estas são prioridades, as novas, identificar uma importante de cada distrito. Vou dar exemplos: falou-se aqui da estrada de Bôbô Forro a Desejada, prioridade para Mé-Zóchi, fechou; Malanza a Porto Alegre, única, fechou; Água Izé a Claudino Faro, única.

Murmúrios.

Acho que se tivermos esse critério, em vez de termos aqui 50 troços de estrada com 2 milhões, 500 dobras, isso não vai resolver! Às vezes é só para o estudo. E deveria ser um exemplo a seguir, não apenas para este Governo, como os outros que seguirão. Aquilo que disse o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, é verdade, se definirmos as prioridades.

Primeira coisa, queremos beleza, o que é o bilhete de identidade do nosso país. Qual é o bilhete de identidade de um país? É a capital, e temos na capital alguns troços de estrada completamente esburacados. Temos que ter essa noção.

As pessoas fazem avaliação do país, vendo o que está feito e o que está a ser feito. Porque se cada um de nós, os Deputados, começarmos a identificar obras nos locais onde vamos colher votos, não haverá governo que possa governar. Não é possível!

Estou a imaginar a resposta que o Sr. Primeiro-Ministro vai dar. Na minha opinião, continuo a achar que deveríamos ter, sim, prioridade das prioridades, no caso das estradas. Tudo que já iniciou tem que concluir.

Segunda prioridade, capital do País. Estou a falar em termos de estrada. Nos outros distritos, um troço importante, sobretudo no sector produtivo.

Falou-se aqui, realmente, do aumento da inflação. Aumento da inflação do produto local tem a ver com o transporte. Se construirmos estradas nessas zonas, de certeza absoluta que será melhor para isso.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Lobata também tem estrada, Santa Luzia, pessoas que vêm de Água Sampaio, com muita matabala sobretudo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venha para aqui, mude de lugar!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar do ADI, a Casa Parlamentar está constituída por 55 Deputados, e o senhor não pode tentar dominar todo o resto. O senhor tem a mania de querer dominar todo o resto. É o único Deputado que me está a ouvir? Por quê que o senhor sempre reage?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Artigo 107.º do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — O senhor não está preocupado com o País, está preocupado com politice.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Se estivesse preocupado com o País, deveria ter outra postura. Artigo 107.º, o senhor cumpre o Regimento?

Nem vou entrar nessa estrada.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

O Sr. Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (Osvaldo Vaz): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Caros Colegas Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados, bom dia.

Estava muito preocupado, quando estávamos no debate sobre o orçamento da Saúde, mas agora já não estou preocupado, porque não sei o que é prioridade das prioridades.

Para dizer que só venho esclarecer alguns pontos, e acho que o Sr. Deputado Levy Nazaré está a ser coerente, porque efectivamente seria bom até que não pudéssemos realizar isso nesta fase da pandemia em que estamos, e que de facto pudéssemos alocar os primeiros recursos que aparecerem para a Saúde.

O Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira havia colocado a questão da Estrada n.º1. Só para explicar que, por acaso, 1042 e 2799, a fonte de financiamento é o Banco Mundial. Houve um lapso, não é a República Popular da China. É transporte para construção costeira, com o Banco Mundial. É a mesma frase que usam, porque neste momento a estrada vai até Praia das Conchas e estamos a negociar com o Banco Mundial a sua continuidade até Santa Catarina. De momento, está até Praia das Conchas já acertado.

Quanto à construção da estrada Sporting/Pótó-Pótó, o que está cá é o valor que falta pagar pela obra.

O Sr. Deputado Arlindo Ramos levantou a questão de abastecimento de água a Santana e arredores. O financiamento do BADEA é numa percentagem e o Estado tem uma contrapartida. Inclusive, BADEA é tão exigente quem, quando o empreiteiro emite a factura, se o Estado não pagar a sua parte, o BADEA não paga a parte que lhe compete, o valor do Estado é mais baixo. Então, aqui está a parte do BADEA, está a contrapartida do Estado, que pensamos pagar com o apoio directo ao orçamento da República Popular da China.

Grosso modo, é isso, depois o Sr. Ministro das Infra-estrutura irá explicar.

E acho que para a reabilitação de troços de estrada que estamos a falar aqui, seria bom que não pensássemos em estar a distribuir os valores, por dois motivos: os troços de estrada que já foram lançados vão ter que ser executados e, acima de tudo, a preocupação dos troços de estrada dos sectores produtivos, para evacuar produtos.

Falaram aqui de Praia das Conchas. No Orçamento, Praia das Conchas até está especificado. Santa Luzia, Fortunato, Santa Geni, Claudino Faro, então, arranjou-se o termo «troços de estradas», para não se especificar por completo, porque neste momento os Ministério de Infra-estruturas e Agricultura estão a analisar, porque no COMPRAN há também a possibilidade de incluir 15 Km de estrada, que ainda não definiram onde será. Estão a analisar isso, porque o objectivo é mesmo atingir as zonas que produzem produtos alimentares, porque no ano de 2020 tivemos problemas. Inclusive, o Ministério da Agricultura tinha que fazer um esforço, colocar transportes em alguns locais como Santa Geni e Fortunato, que têm muito produto, transportar para o mercado e centros urbanos.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Infra-estruturas.

O Sr. Ministro das Infra-estruturas e Recursos Naturais (Osvaldo Abreu): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, permita-me aproveitar a oportunidade para saudar os cidadãos são-tomenses que nos escuta, e não só, e desejar a todos um ano 2021 com mais prosperidade, mais realizações e muita saúde.

No âmbito das nossas responsabilidades de responder às preocupações manifestadas pelos representantes do povo aqui presentes, cabe-me, no âmbito de tutela das Infra-estruturas e Recursos Naturais, esclarecer alguns pontos que foram colocados, esclarecimentos necessários, tentando ser o mais resumido possível.

Fazemos esse exercício ao longo da nossa participação, enquanto governantes, é nossa obrigação, alguns deles repetitivos, como aqui já foi frisado, mas é o dever e faremos o nosso melhor. Vou tentar resumir, tenho aqui cerca de 14 anotações das Sras. e Srs. Deputados.

Começava por atender às preocupações do Líder Parlamentar do ADI, quando manifestou a sua preocupação em relação a valores repetitivos sobre as obras da Marginal. Acho que já estamos esclarecidos, temos financiamento específico de alguns parceiros e as contrapartidas do Governo. De acordo com a transparência e orientações que temos dos mesmos, devem estar expostos no OGE. Temos de assim fazer. Portanto, aprecem esses financiamentos do Banco Europeu de Investimento, do Governo Holandês e também do próprio Governo são-tomense, que cobre a intervenção que preconizamos e fizemos realizar no princípio deste ano.

São essas três aparições que temos no nosso orçamento, concernente à Marginal.

Sobre eliminação de uma delas para remeter alguma requalificação da Cidade da Trindade e com especificidade do Parque, nos agrada a ideia, mas teremos que ir procurar outra forma, ou talvez nos orçamentos que advirão, ou através da Câmara, porque esses que temos aqui, como explicamos, não nos é possível fazer essa transferência.

Aproveitaria para comentar um bocadinho sobre os parques populares do nosso país, que fazem parte da nossa herança sociocultural e infra-estrutural, todos eles estão num estado bastante preocupante. A sua preocupação em relação a Mé-Zóchi também podemos transferir em relação a Lembá, Lobáta, mesmo em Água Grande. Veja o Parque Popular de Água Grande, onde grande parte de nós fazemos as refeições, Sabemos, quando éramos criança, o que lá havia, e o estado em que se encontra neste momento. Acho que é uma reflexão que todos poderíamos fazer e encontrar formas, nos parques financiamentos que conseguimos mobilizar para as diferentes prioridades. Neste momento, estamos um bocadinho focalizados na Saúde, com toda a razão, e abastecimento de água, mas vivemos aqui no nosso país, cada um defendendo a sua localidade de origem, e nos preocupa de facto.

É no âmbito desta preocupação, e aqui foi frisado recentemente pelo Sr. Presidente da Assembleia que, quando recebemos a nossa capital, decidimos fazer alguma intervenção, para mudar o espelho da nossa capital. E essa intervenção contemplou aquela reabilitação de parte das infra-estruturas rodoviárias, o saneamento e sobretudo as infra-estruturas de evacuação de águas que acumulavam naqueles recintos. Estamos a falar de drenagem e não só. Concomitantemente, fizemos a proposta para fazer intervenção na Marginal, a primeira parte da intervenção que aqui foi frisada, entre CKdo e o início da Marginal, visou uma particular preocupação. Nós, os utentes tradicionais normais, não tínhamos a noção do estado da penetração costeira naquela zona. Fomos chamados atenção e enviamos uma equipa das entidades especializadas e detectou-se que a erosão já estava para além da metade da estrada, ou seja, a estrada já não tinha sustentáculo de baixo.

Era um buraco que se fez para toda aquela zona, por isso foi a intervenção urgente que tínhamos de fazer, porque em qualquer momento simplesmente aquele troço desabava. A razão que nos levou a fazer aquela primeira intervenção era para atender a essa questão específica e é por isso que naquela parte vimos que a intervenção, em termos de protecção costeira, foi robusta, com toda essa intervenção feita pela empresa JAA (José António Alves), numa intervenção urgente e emergente. Entretanto, como todos assistimos depois, e foi uma obra muito criticada, quando começamos, claro que demos as explicações que tínhamos que dar, mas também era nossa responsabilidade, caso a estrada depois desabasse, houvesse algum ou outro acidente ou interrompesse o trânsito, seríamos chamados à responsabilidade. Depois daquela intervenção, claro ouvi, são vozes, inicialmente a criticar e depois a elogiar, pela forma como ficou, pela sua estética tão bem feita e não só.

E dado o estado da Marginal toda, não só aquela parte que fizemos, se continuarmos depois do Museu, Radio Nacional, Hotel Miramar, vemos o estado em que se encontram os balaústos e todo o parapeito que herdamos, mas a parte inicial conjugava duas situações. A primeira tem a ver com a própria segurança das pessoas, os passeios completamente esburacados e tinha sido reportado vários acidentes devido aos buracos nos passeios.

O estado dos balaústos. Tal como foi frisado pelo Sr. Deputado Arlindo Ramos, aqueles buracões são resultados da erosão costeira, o que levou também a que pudéssemos ganhar aqueles investimentos dos nossos parceiros.

Fez-se um estudo logo no início, final de 2019 e início de 2020, paralelamente com a primeira intervenção. Nós decidimos fazer uma intervenção aligeirada, tendo em conta que, como já o Primeiro-Ministro tinha explicado, a morosidade da execução efectiva dos projectos financiados pelos diferentes parceiros do nosso desenvolvimento.

Fizemos as contas, em termos de tempo, porque a primeira intervenção com uma duração de 8 meses é feita por uma empresa francesa que ganhou o concurso para estudos conclusivos e preparação dos cadernos de encargo, só depois o lançamento do concurso internacional. Nessas coisas, inclusive agora temos duas entidades, e que nós assistimos a algumas dificuldades são levadas ao seu tratamento, o que leva tempo. Lidar com um só financiador, num projecto como é o caso da EN1, é complicado. Não se imagina lidar com dois financiadores para um mesmo projecto, cada um com a sua especificidade, exigências e não só, até podem pôr-se de acordo, para termos o dinheiro completamente desbloqueado para a sua finalidade.

Faremos todos os possíveis do nosso lado, e temos feito, temos equipas preparadas para trabalhar, mas nós estamos conscientes das nossas vulnerabilidades e do tempo possível que isso vai levar.

Foi esta linha de pensamento, conjugada com o tempo daqueles projectos, o estado da nossa Marginal, o estado da nossa cidade, a segurança dos nossos cidadãos, que levou com que nós decidíssemos, numa verba o menos possível, fazer uma intervenção aligeirada, como dissemos várias vezes. Fizemos os procedimentos normais, mas tenho que concordar com o Primeiro-Ministro, quando disse, na sua primeira intervenção, que também não gostou da forma como a execução tem sido feita, não está contente e nem satisfeito com a mesma. Eu faço suas as minhas palavras.

Ao nosso nível, temos feito o que pode ser feito, em termos de fiscalização e em termos de financiamento, mas todos estamos lembrados de que houve um dado momento em que a nossa política

tradicional levou a que o Tribunal de Conta pudesse fazer o que é chamado a fazer, houve interrupção na obra, por aquela instituição, auditoria, fiscalização e interrupção de pagamento, através dos serviços do mesmo Tribunal. Respeitamos, são normas, cabem dentro do nosso ordenamento legal e fiscal, e tivemos que esperar algum tempo, para não dizer muito, até que aquilo fosse desbloqueado e nós continuássemos a fazer o pagamento e que a empresa pudesse continuar o seu trabalho.

Disse e bem, depois da aprovação da adenda, há procedimentos da Direcção das Finanças, há redistribuição de verbas para diferentes trabalhos que temos em curso e da adenda aprovada, cerca de 20 ou 25% do montante de 100 000 dólares, que temos aqui espelhado. Foi pago ao empreiteiro uma primeira tranche dos noventa e tal mil, efectivamente, e recebeu os tal setenta e tal. Isto nós confirmamos.

Mas temos um problema aqui com os nossos empreiteiros nacionais. Alguns, em dimensões diferentes, carregam muita falta de meios, particularmente meios financeiros, que vêm de anos, vêm se arrastando, problemas com os bancos, com os recursos humanos. Muitas vezes, quando recebem uma verba de um projecto, pagam outro projecto que já tinha ficado atrás, depois o outro. Vão fazendo esta engenhoca e os projectos que têm que ser executados agora vão ficando para atrás.

Temos um problema desde daquele momento que o actual Presidente da Assembleia era Ministro das Infra-estruturas, com os passeios. Há empresas que não receberam até agora o dinheiro da reabilitação dos passeios e têm dívidas com os bancos. Desapareceram, perderam bens. São situações que o nosso estado financeiro leva a que os nossos empreiteiros, empresários ou pequenos empresários que aventuram nessas coisas, depois ficam com mãos atadas. Nós não gostaríamos que isso acontecesse, é verdade. Queríamos que nessas obras da Marginal, quanto nas outras, se fizesse alocação para pequenos empreiteiros, e não restringir a alocação de verbas para três ou quatro empresas cá no País. Mas tem também esse outro lado das fragilidades, que com o tempo teremos que superar. É intenção do Governo, também no âmbito da nossa política de empregabilidade, de abertura e de oportunidades para mais cidadãos, que façam outra coisa e não só estar à espera de empregabilidade institucional, que também possam ter oportunidade.

Espero, de certa forma, ter espelhado a nossa posição em termos desta intervenção, dessa iniciativa que nós assumimos, esperamos e estamos a trabalhar e a pressionar, para que parte do troço que resta entre a Ponte e Artes e Ofícios conclua o mais rapidamente possível e com a qualidade desejada.

Muito obrigado por esta parte.

Quanto ao grande buraco, não está incluído no orçamento inicial. Nós pedimos orçamentos extras a duas entidades, pelo menos, e dos orçamentos que nos foram dados, o mínimo, foi de 180 000 dólares, só para aquele grande buraco que está ao lado do Paraíso dos Grelhados, e para o outro pedaço, cerca de 220 000 dólares, para atender àqueles buracos. Dissemos, então, vamos criar forma, com barreira de contenção ou o que for adequado, para proteger as pessoas, que não tenham acesso àqueles buracos e eventualmente o Governo comprar pedras e colocar nos buracos, mas não vai ser nada de construção, porque aquilo que disse e bem, nós conhecemos o orçamento da JAA para o resto da Marginal. Quer dizer, não podíamos fazer isso.

As fontes de financiamento para a EN1, já foi esclarecido pelo Ministro, porquê que estava e a confusão que havia com a fonte de financiamento. Isto é para concluir, a preocupação do primeiro interveniente.

E quanto à melhoria de abastecimento de água, já falamos desta parte e vamos voltar a falar, tendo em conta outras intervenções que foram mais específicas.

Sr. Deputado da Região Autónoma do Príncipe, nós temos uma verba no orçamento da Região Autónoma que responde à sua preocupação. Não temos necessidade de tocar na outra que propôs. Estamos a falar no Orçamento do Governo Regional do Príncipe, que aparece na rubrica 2469, «Construção de troços de estradas». A mesma verba que temos desenhado para o Território Nacional, existe uma específica para a Região Autónoma do Príncipe. Portanto, se assistiu, tanto o Deputado Pinheiro como o Deputado António Ramos, há preocupação com diferentes troços de estradas. E nós tomamos essa decisão, em conversação com o Governo Regional do Príncipe e, nas discussões que tivemos lá e aquando do Conselho de Ministro alargado, aqui em São Tomé, vamos definindo as prioridades conjuntas, para atender a essas preocupações. Portanto, esta alocação 2469 responde às preocupações aqui colocada, não há a necessidade de mexer na rubrica 2946.

O Sr. Deputado Hélder Joaquim, abastecimento de água. As estradas que acabou de mencionar, Claudino Faro é a nossa preocupação. Eu próprio e o Ministro da Agricultura já falamos várias vezes deste troço, porque é um troço com uma importância económica bastante elevada, é reconhecido. E nós temos essa flexibilidade e oportunidade, tanto através de OGE, quanto através dos Projecto PRIASA e agora COMPRAN, de ver como é que nós podemos coordenar com aquelas verbas para podermos melhorar aquilo que foi atribuído para essa obra. Preocupa-nos também, sabendo nós que é uma infra-estrutura muito importante para dar cobertura a outras actividades socioeconómicas e não só daquela parte do Território Nacional.

Deputado Danilson Cotú, Presidente do Partido PCD, de facto, nós fizemos publicar ontem, através do Instituto Nacional de Estradas, o concurso para três troços de estrada. Nós já dissemos aqui, Ribeira Peixe a Porto Alegre, Madre Deus a Almerim, Bôbô Forro a Madalena e Desejada. Esses três troços estão em concurso público neste momento. Por quê só este momento? Porque recebemos o *no objection* do COSSIL há 2 dias.

Assim que recebemos, trabalhamos intensamente, trabalho intenso inclusive trabalho de noite do Instituto Nacional de Estrada, em que na mesma noite conseguiu concluir o processo para o lançamento deste concurso que já está publicado neste momento.

Em relação à Rua Padre Martinho Pinto da Rocha, são daquelas pequenas situações, como nós fizemos em quase toda a nossa capital, grande parte dela, e que olhando com olhos de ver, temos que fazer alguma coisa. Não podíamos de novo fazer de conta que isso não existe, e passar mais uma governação com aquela estrada, naquele estado em que se encontrava. A intenção nossa é ir até o Cemitério de São João da Vargem, com aquela intervenção, e os arruamentos adjacentes, que dão acesso à estrada principal, que também está num estado lastimável.

Os outros troços de estrada que aqui propõe, inclusive foi-nos reportado como preocupação do Presidente da Assembleia, como Canavial, Santa Luzia, Praia das Conchas e Boa Entrada, fazem parte das acções que incluímos na rubrica 2946. Para as intervenções, na medida em que o que está em curso vai sendo feito, a mobilização do financiamento também vai sendo feito. Portanto, em dependência da importância e da prioridade dessas mesmas, vamos fazendo essas intervenções. Todas essas nomenclaturas estão englobadas na preocupação do INAE e no próprio documento da Instituição, que lamentavelmente não podem estar espelhadas especificamente no nosso OGE.

Em relação ao Sr. Deputado Mário, a sua preocupação foi respondida. Sobre a estrada do Sul, que nós vimos inclusive negociando com o Hotel Pestana já há algum tempo, que manifestou junto ao Primeiro-Ministro e à ex-Ministra do Turismo, é uma preocupação muito grande, tendo em conta as infra-estruturas que há lá. E vínhamos trabalhando nisso, a pandemia atrasou um bocadinho a nossa intervenção, porque se tinha que ir lá fazer os estudos. Portanto, somos felizes agora em poder anunciar o início desse concurso.

Casas Sociais, aproveito agora a sua intervenção, para responder às outras preocupações que foram feitas. Nós temos nesse momento em execução 5 edifícios (prédios), para um total de 60 habitações entre T2 e T3. Duas edificações T3, uma em cada distrito, Cantagalo e Lobata, e as restantes T2. Uma das políticas marcantes da nossa governação prende-se com a Construção de habitações a um preço razoável, acessível às nossas populações, em particular à juventude. Renegociamos com o governo chinês essa oferta que estava limitada a 60 e conseguimos levar, já com a aceitação, e os processos já em curso, para 204. Neste momento, temos locais identificados, trabalhos de geologia e de laboratório de engenharia civil a serem conduzidos, em Lembá e em Caué. Começará também na Região Autónoma do Príncipe e em Mé-Zóchi, para completar a construção dessas infra-estrutura em todos os distritos. A distribuição que o Governo propôs seria levar duas edificações, no mínimo, para cada distrito. Assim sendo, teremos 24 habitações em Lembá, 24 na Região Autónoma do Príncipe e 24 em Caué.

Teríamos 36 em Cantagalo e Lobata, que teria mais um edifício, e 60 habitações em Mé-Zóchi. Portanto, é o total que vai rondar cerca de 204. E Água Grande não está incluído nesse pacote, por diferentes razões. Em Água Grande, estamos preocupados mais com a requalificação do Distrito. É importante fazer uma requalificação, porque a ocupação do espaço no Distrito está muito mal distribuído, e é preciso trabalhar nesse sentido e não colocar mais prédios e prédios em lugares que nos vão criar mais problemas. O mais importante neste momento já não seria a angariação do financiamento nem do projecto, porque já está feito, mas sim preocuparmos com a política de requisitos para a atribuição dessas infra-estruturas. Nós não queremos cometer os mesmos erros que se cometeu no passado, ou seja, pessoas com casas e terem direito às mesmas.

Portanto, é algo que vamos trabalhar arduamente e, enquanto nós cá estivermos, tudo faremos para que essa atribuição/distribuição, tanto ao nível central do trabalho do Ministério e o Instituto de Habitação com as Câmaras poder ser o mais justo possível. Como o Sr. Primeiro-Ministro tem por tendência dizer-nos em Conselho de Ministros, quando há críticas quanto à distribuição: «Entreguem 100 cabazes ao homem mais justo de São Tomé, para distribuir por 1000 pessoas e vejam se não o vão criticar, porque ele foi injusto. Porque em casa quando há fome, o pão nunca vai chegar e sempre vai haver a tentativa ou a tendência de dizer que fomos injustos, mas faremos a nossa parte, o melhor possível.

O Vice-Presidente Guilherme Octaviano reforçou a ideia do Deputado Abnildo e também trouxe algumas preocupações relativamente a estradas e energia. Nós, como dissemos, retomamos o programa de expansão da rede eléctrica, em Lembá. Na Região Autónoma do Príncipe, fizemos também outra intervenção, através da EMAE, para a zona de São Joaquim e vamos continuar, tendo em conta que conseguimos estabilizar razoavelmente o fornecimento de energia à população. Continuamos no trabalho árduo de manutenção e de sustentabilidade deste meio de produção, que não é o desejável, e assim poder também continuar a dar energia àquelas populações que ainda não beneficiam deste serviço. Portanto, não vou entrar agora em especificidade, porque são muitas, temos lá as cartas, e a EMAE já tem uma série de zonas, por diferentes critérios, para começar a trabalhar, em concordância com o Ministério das Finanças, que terá que alocar verbas para esse trabalho. Reparem que não é um trabalho da EMAE, mas sim do Governo. Então, o Governo é que quer fazer a expansão, é o seu programa, a EMAE é a empresa que vai executar, em parceria com as outras empresas mais técnicas para o efeito.

A infra-estrutura desportiva de Madalena também nos preocupa, o próprio Ministro da área, Vinício Pina, ainda ontem conversamos sobre este assunto, quando nos indagou sobre o estado desta promessa.

Através da Agência Nacional de Petróleo, fez-se vários pavilhões e áreas desportivas, com a verba disponibilizada no âmbito dos projectos sociais das empresas petrolíferas. A empresa GALP Energia tem a responsabilidade de construir a instalação desportiva, que é o polo desportivo em Madalena. Já discutimos vários obstáculos que existiam, desbloqueamos todos eles, mas mesmo assim as obras não começaram. Vamos tomar o compromisso junto à empresa para que, neste ano, pelo menos no primeiro semestre, estas obras arranquem, porque é a responsabilidade da empresa alocar verbas. Vimos que, por algum motivo, tem-se arrastado essas disponibilizações da verba, o que não acontece com as outras empresas petrolíferas, como é o caso da Kosmos, BP, que são muito mais céleres na alocação de verbas dos projectos que vamos fazendo.

Deputado Arlindo Ramos, as infra-estruturas, escoamento dos produtos, nós já falamos, as estradas primárias, secundárias e rurais e os valores alocados para algumas dessas mesmas opções que fazemos, nós vimos observando ao longo dos orçamentos e considerando a nossa capacidade de execução, a nossa capacidade de mobilização de recursos, a distribuição que fazemos das mesmas execuções por diferentes prioridades e diferentes partes do País, que a nossa execução não é tão grande assim. Portanto, nós começamos com um montante, que é estudos, concursos, os 30% e por aí fora. Portanto, as verbas muitas vezes são alocadas nesta vertente, mas existem mecanismos nas Finanças, coso, em alguns casos, se consiga ultrapassar, para que os reforços sejam feitos e as obras continuem.

Falou das GOP, construção de diques de retenção, falou do laboratório e Plano Nacional de Ordenamento do Território. Sobre o Ordenamento do Território, depois o Secretário do Estado virá dar mais detalhes, porque está a seguir este processo como mais proximidade.

Quanto ao laboratório, temos um programa para melhorar os equipamentos dos mesmos, mas o nosso a vontade financeiro nos limita. O que temos feito ultimamente é parceria com empresas que actuam no nosso território, em particular as empresas internacionais, que têm que necessariamente fazer um teste de diferentes execuções, no Laboratório de Engenharia Civil. Então, como têm de fazer o teste, e este tem custos, têm que pagar ao laboratório. O que fazemos é conversar com aquelas empresas, a partir delas adquirimos alguns equipamentos e fazemos as amortizações com o tempo desses mesmos equipamentos, através dos trabalhos realizados. E fazemos tudo isto em conversação com o LNEC, que é o Laboratório de Engenharia Civil de Portugal, e os equipamentos são identificados pelos nossos parceiros em Portugal. Identificados os montantes, só assim avançamos. Isso é que nos tem permitido dar vazão a algumas necessidades que temos no nosso laboratório.

Quanto aos taxistas, a descrição está perfeita, o Sr. Deputado não está cá, temos este bloqueio nas duas saídas para a EN2 e EN3 da nossa cidade, com os taxistas aí amontoados, e é uma preocupação nossa. Viram algumas barreiras que colocamos na praça de táxi, com vista a encontrarmos uma solução para viabilizar a entrada desses mesmos profissionais e os seus equipamentos naquele lugar. O trabalho não está concluído. Assim que o concluímos, e nós o temos feito em conversação permanente com a própria Associação de Taxista, que tem acompanhado todo o trabalho que estamos a fazer.

Sr. Deputado Rui Cardoso, as casas sociais, troços de estrada, já o dissemos. Aproveito para fazer um esclarecimento aqui ao público, quanto à nossa abordagem política de tapagem de buracos, Neves a Guadalupe. Nós fomos atacados duramente, pela Associação dos Taxistas do Norte, que discordam e discordam com o facto de a reabilitação da EN1 começar em São Pedro e ir até Guadalupe. Essa discordância trouxe-nos problemas graves: bloqueio de estradas, nós assistimos isto, problemas de segurança em Neves, e não só, situações bastante insustentáveis para a paz social que nós preconizamos. Então, o Governo indigitou-nos para ir negociar com aqueles profissionais e a população em geral, que discordavam e não descansavam, enquanto não tinham uma resposta.

Foi assim que em Fevereiro do ano passado, uma delegação completa do Ministério mais a AFAP tivemos uma reunião bastante extensa na Escola de Neves com todos esses profissionais e algumas autoridades. Daquele encontro extenso e exaustivo, até de certo ponto crítico, em termos de segurança pessoal para nós que lá fomos, saímos de lá com um acordo com a população, que tinha como a garantia a cabeça do Ministro. Eu tive que colocar o meu cargo à disposição perante a população e os taxistas, demitir-me, caso, quando começasse as obras da estrada da Cidade Capital a Guadalupe, o Governo não fizesse intervenção na estrada de Neves a Guadalupe. Tivemos o advento da Covid-19 e tudo o que já sabemos. Assim que as coisas estiveram mais ou menos organizadas deste lado, tivemos que acelerar, porque era um compromisso e uma necessidade. E todos estamos recordados que há quase 3 anos que não se faz uma intervenção naquela estrada. E isso tem como causa o facto de haver um projecto, uma vez mais esta situação, de um grande financiador, que ao mesmo tempo bloqueia qualquer intervenção do Governo. O Governo não pode intervir, porque já há um dinheiro que está a vir. Só que este dinheiro tarda em vir, muitas vezes demora 4, 5, 6 anos.

Quando as coisas ficaram mais ou menos estabilizadas, tivemos que fazer aquela intervenção, e não podíamos dizer outra coisa, apesar de, quem for agora para Neves, vê o que está a ser feito não é tapagem de buracos, é muito mais do que isso, mas tecnicamente tínhamos que dizer isto, até para outras mensagens que queríamos passar, que agora não vou entrar em detalhes, porque estamos a falar ao público, em aberto. Estamos em negociações para que o Banco Mundial considere uma segunda fase dessa intervenção, de Praia das Conchas, Neves e Santa Catarina. Temos feito este esforço, o Ministro das

Finança, o próprio Primeiro-Ministro, neste momento está cá o representante, estamos a insistir, mas concordarão connosco que levar essa intervenção até Guadalupe e deixar a estrada de Guadalupe para Neves como está não era opção. Era muito mais do que simples tapagem de buracos. E a execução está a ser feita, está visível e podemos ver, comparar e opinar. As críticas vieram, nós compreendemos, estamos aqui para melhorar naqueles aspectos em que nós falhamos.

A Sra. Deputada Maria das Neves falou das GOP. De facto, a transição energética é outro aspecto bastante sensível da nossa governação e que nós, lamentavelmente, depois de 2 anos, não conseguimos executar um projecto específico concreto sobre a transição energética. O que fizemos, sim, foi estabilizar a produção térmica, através do concurso da BP, com a construção da Central Santa Amaro 3, e que fomos criticados na altura que estávamos a fazer uso de geradores de alta rotação. Todos os técnicos da área sabem que um gerador de baixa rotação tem como tempo de aquisição cerca de 18 a 24 meses. No mínimo, 14 meses para se mandar construir um gerador de baixa rotação. Eles não estão na loja, como estão os de alta rotação, disponível. Portanto, nós não somos ingénuos, todos nós vivemos, aqui não é uma questão de política, nem politiquice, nós sofremos isso na carne. Há coisas que estragaram, os electrodomésticos, negócios, os produtos, em 2018 e princípio de 2019. Tínhamos que dar resposta à situação caótica de energia do País. Tendo aquele financiamento, fomos ao mercado procurar aquilo que era mais rápido para ser instalado.

Demorou o tempo que demorou, mas veio a tempo para hoje constituir cerca de 50% da produção energética térmica que temos neste momento. Ou seja, se não houvesse Santa Amaro 3, nós estaríamos quase na situação que estivemos em 2018/2019. Claro que nos permite também ir melhorando a eficiência de algumas máquinas que são velhinhas. Essas são mais novas, permite-nos dar descanso a outras, é o que temos feito felizmente neste momento, e, com uma gestão muito criteriosa dos poucos meios financeiros que temos, fazer aquisição das peças e colocar essas máquinas um bocado mais velhas em funcionamento. Durante a época festiva, nós tivemos mais produção daquilo que era a procura no nosso País. Nós não estamos bem, queremos melhorar. Precisamos, neste momento, de 2,5 milhões, aproximadamente, de dólares, para recuperamos os ABC da Central 2, para que eles possam recuperar as 24 horas, que já vão por 36, e continuarmos a intervir para que essas máquinas nos possam servir.

Portanto, a transição energética é fundamental, dada as características do nosso país, desde o ponto de vista hidrológico e meteorológico.

No âmbito da emergência energética e do plano de emergência que tínhamos do nosso Governo, fomos buscar todos os pedidos, alguns protocolos que já existiam, dos privados que queriam fazer intervenção própria para a produção de energia solar. Negociamos, com a cooperação e assistência do BAD e do PNUD, que colocou um consultor internacional para nos assistir, e fizemos vários acordos com privados, no âmbito da nova lei do sector eléctrico, que permite aos privados fazerem produção independente. Quando era o momento em que os privados estavam a mobilizar o seu dinheiro próprio, daquilo que assinamos, para começarem a produzir, e inclusive com o Ministério da Agricultura sedemos áreas na zona Norte, cerca de 14 ou 15 hectares a cada um desses privados, para começarem a instalar os painéis solares. Estamos a falar em Abril, Maio do Ano passado. Um dos nossos parceiros disse que não podíamos continuar com esse projecto, por alguns motivos alocado, e tivemos que interromper toda essa acção. Felizmente, depois de quase 6 meses de discussões, muito duras, conseguimos fazer compreender a esses nossos parceiros internacionais de que este é o caminho, esta é a política, e temos uma espécie de bênção deles, para que possamos continuar com esses projectos.

Portanto, agora no início de 2021 vamos retomar esses mesmo projectos, renegociar alguns aspectos que nos foram aconselhados e que achamos bem, estamos a aprender, e esperemos que ao longo deste ano possamos ter a construção de várias centrais fotovoltaicas e lançar, já no primeiro trimestre, o concurso público para a construção da barragem de Lô Grande 1 e Lô Grande 2, Bombaim, Lembá, Xufexufe, Cantador e Rio Papagaio, que são as centrais que estão identificadas no estudo de viabilidade técnica e económica como com alguma pujança, desde o ponto de vista de produção e económico, para produzir energias renováveis no nosso país.

Quanto às estradas que aqui mencionou, o Cemitério, a requalificação, GIME, estão no âmbito daquilo que já dissemos, fazem parte da nossa preocupação e poderemos continuar a conversar sobre esses aspectos nas intervenções futuras que vamos tendo.

O cabo submarino, o nosso parceiro ainda está cá, o próprio representante novo que chegou manifestou a vontade de voltar a falar do sector de telecomunicação. Portanto, estamos aberto e vamos naturalmente falar sobre esta possibilidade de levar o cabo submarino para a Região Autónoma do Príncipe e outras preocupações no âmbito de telecomunicações que temos neste momento.

A estrada de SATON, preocupação levantada pelo Deputado Levy Nazaré, está dentro dos orçamentos e com os estudos sectoriais já realizados. Não foi incluído, como viu no bolo das distribuições, mas está no orçamento da INAE, sectorialmente, e nós temos. O que vamos ter nesta fase, não será talvez grande coisa, mas é o que vamos ter, é uma intervenção para facilitar a mobilidade, tendo em conta os bloqueios que vão existir ao longo da EN1. Aquelas estradas, tanto a passagem do Aeroporto pela secção dos militares, como para aqui da Tia Nanda, vão sofrer algumas melhorias, porque serão estradas alternativas,

quando se bloquear a estrada EN1, em determinados pontos, para a execução da obra. No próximo ano estaremos cá, se Deus quiser, para ter a sua devida orçamentação no nosso Orçamento.

Deputada Ayza, as estradas, energia, já falamos sobre esses aspectos.

Deputado Salvador, a mesma situação, a sinalização é a última fase da execução da cidade capital. Vamos sinalizar, faz parte do orçamento. Lamentavelmente, são as coisas que não nos agrada, mas temos destruição sucessiva de muitos sinais de trânsito, pelas pessoas que roubam, parte e levam. É algo que temos que resolver, mas isso também ultrapassa o Ministério das Infra-estruturas.

A modernização do Aeroporto, se me permitir, já foi falado aqui pelo Sr. Primeiro-Ministro. Temos um projecto que agora abrange a expansão da pista, os equipamentos airo-navegáveis, a segurança e a terminal, que era um aspecto que não estava incluído inicialmente, mas depois de várias negociações que tivemos com a parte chinesa, incluiu-se a renovação da terminal, para um montante superior a 100 milhões de dólares. Os técnicos chineses continuam a fazer o seu trabalho com a equipa nacional. De acordo com a meta que eles trouxeram, é um trabalho que vai durar 3 meses, vamos acompanhar. Nesse aspecto, geralmente os nossos parceiros chineses são muito exigente em relação ao tempo.

Portanto, esperemos que sim, que nesses 3 meses tenhamos o caderno de encargo preparado para o lançamento de concurso público e intervenção no nosso Aeroporto. Que a nossa intervenção não se reduza, simplesmente, à parte infra-estrutural, estamos também a trabalhar em serviços, nas operadoras e na gestão. Portanto, como vós sabeis, assinamos um memorando de entendimento com a Empresa ANA (Aeroportos de Portugal) e a Empresa VINCI, que no final deste mês estarão cá em São Tomé e Príncipe para um levantamento e auditar os nossos serviços aeroportuários, para posterior cooperação entre as duas instituições, portanto, a ENASA com aquelas instituições.

De igual forma, estamos a trabalhar com algumas empresas de gestão de portos, no âmbito de concurso de Porto de Águas Profundas, para a melhoria de equipamentos e gestão dos portos de São Tomé e do Príncipe.

Deputado Adelino, as estradas que aqui mencionou entram neste pacote de 2946 e, como dissemos, vários factores e critérios ditarão a inclusão ou não desses troços de estradas que aqui foram ditos, e também atendendo à recomendação do Sr. Presidente da Assembleia, para seleccionar alguns troços específicos em cada distrito e avançar.

No total são estas as nossas preocupações, por enquanto, deixar também a informação de que o Governo está a trabalhar com o Banco Europeu de Investimento, BADA e a União Europeia, para que possamos construir mais estação de tratamentos de águas superficiais, porque já vimos que está mais que provado que o uso de águas das nascentes não responde às nossas actuais necessidades de abastecimento de água. Neste momento, temos ETA em Neves, Angolares, Canga, Ribeira Afonso, Rio d'Ouro, mas não são suficientes. Então, já identificamos alguns aspectos para o reforço das existentes e a construção de novas. Muitas das rubricas que estão mencionadas e que foram aqui desde ontem faladas sobre abastecimento de água têm a ver com acordos específicos sobre melhoria de abastecimento de água e saneamento que nós assinamos com o Banco Europeu de Investimento e a União Europeia.

Neste ano, apesar da pandemia, nós construímos 22 casas de banhos, em diferentes centros de saúde e escolas do nosso país.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, pela sua exaustiva explicação e esclarecimento.

Temos ainda dois inscritos, são 13 horas e 15 minutos. No entanto, também recebi a informação de que a logística ainda não está preparada. Temos mais 15 minutos para fechar o Ministério das Obras Públicas e Infra-estrutura.

Não sei se o Secretário de Estado irá intervir.

Não.

Temos 15 minutos para fechar o Ministério, se alguém quiser intervir.

Uma voz: — Quais Ministério.

O Sr. **Presidente**: — Ministério das Obras Públicas infra-estrutura, para fechar.

Murmúrios.

Meus senhores, ainda temos 11 inscritos, queremos saber se as pessoas ainda querem falar. Se quiserem falar podem, mas temos 15 minutos para fechar.

Quais são as pessoas que estão ainda na lista?

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Raúl Cardoso mantém-se.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Não.

O Sr. **Presidente**: — Desistiu.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Iazalde Rita?

O Sr. **Iazalde Rita** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Sras. e Srs. Deputados, equipa da TVS e colaboradores da Casa Parlamentar, muito boa tarde.

Eu trago uma preocupação que é o troço da estrada que liga a estrada de Vila Maria a S. Marçal, que a cada dia que passa está a tornar-se numa estrada de terra batida, mesmo na cidade capital. Peço ao Sr. Ministro que com a verba destinada à reabilitação de troços de estradas também pudesse reabilitar aquela estrada.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Iazalde Rita.
Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e o seu elenco, Caras e Caros Deputados, Srs. Técnicos, bom dia.

Eu até estava bastante preocupada. Se não conseguisse falar, talvez sairia da sala um bocado triste.

Eu já não posso falar da estrada, porque o meu colega Deputado da minha localidade já falou da estrada de Bugué, mas se não for possível para este ano eu agradeço que se inscreva para o próximo ano a estrada da localidade de Bugué, Riba Mato.

Mas a essência da minha intervenção esta relacionada com a localidade de Penha, a lixeira de Penha. Eu já coloquei esta questão da outra vez, o Sr. Ministro das infra-estruturas estava na Sala, mas não me disse nada. Eu recorro que o Sr. Presidente da Assembleia disse que, como iríamos discutir o Orçamento Geral do Estado, poderia colocar a questão, aquando da sua discussão. Portanto, eu não vi, é uma preocupação, tem a ver com a Saúde da população. Eu sou do Distrito de Mé-Zóchi, mas estou preocupada com aquela localidade, muito embora não seja do Distrito de Água Grande. Como são-tomense, eu circulo em todas zonas, portanto, isso me preocupa. Aliás, eu também inalei um pouco aquela fumaça toda. Estive na cidade, quando o lixo que estava a ser queimado na Penha inundou a cidade toda com o fumo. É preocupante!

Portanto, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro nos dissessem qual é o plano que têm em relação ao tratamento daquele lixo, porque briga com a saúde da população. Pode ser que nós não estamos a reparar, alguns ou grande parte de nós não estamos a passar por isto, mas imagino as pessoas que vivem naquela localidade. Eu não vivo lá, mas na cidade por volta das 18 horas, eu também sofri um bocado, pensei que houvesse algum incêndio. As pessoas que vivem naquela localidade, como é que estão a passar, inalando aquela fumaça toda?

Portanto, Sr. Ministro, por favor, diga-me alguma coisa, para eu sair da Sala mais satisfeita.

Outra questão é também em relação à sinalização da nossa cidade. É necessário reactivar também as passadeiras, principalmente aquelas que estão nos pontos escolares, ali na Escola Preparatória e outras zonas mais, onde há circulação de crianças, na hora de ponta. É necessário realçar ou reactivar aquelas passadeiras! Algumas pessoas sabem, mas a gente como motorista até às vezes se esquece. É preciso sinalizar, de tempo em tempo, colocar tinta apropriada, para chamar atenção dos motoristas e também das pessoas que utilizam a passadeira.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Danilson Cotú.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, é bem rápido. Era só para perguntar ao Sr. Ministro, como disse que há uma verba inscrita para resolver alguns problemas, dentre eles, sobre a água, como é uma estrada por onde passo todos os dias e vejo o sofrimento das pessoas, eu queria informações sobre o que está inscrito para Correia e Penha. As pessoas de lá sofrem bastante. E porque visitei Clussu Cutu e as pessoas de lá disseram: «o senhor veio visitar e não fala com a gente, não fala mais?» Então, Sr. Ministro, qual é situação para Clussu Cutu? Estão lá a precisar também de água potável.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras e Caros Colegas Deputados, bom dia.

Eu não me sentiria bem comigo próprio se não viesse aqui levantar duas questões que me preocupam.

Eu resido em Monte Café, as pessoas sabem que eu resido lá, e há um problema de água. Sr. Ministro, o que é que se passa neste momento? O que é previsto fazer para aquela população? Existe água, mas as

peessoas não têm água na torneira. A cada dia que passa, eu acho que também com algum vandalismo, a água às vezes aparece e depois desaparece. Então, por favor, o que é possível fazer?

Outra situação, Sr. Ministro, colocou-se a energia em Monte Café e em grande maioria das dependências. Em Bemposta, um poste de alta tensão passa praticamente dentro da comunidade, mas eles não têm energia eléctrica. Por favor, veja o que é possível fazer.

Em ralação à estrada, Sr. Ministro, para o ano, eu vou fazer algum barulho, porque há pequenas estradas em que eu acho que podemos fazer intervenção.

Eu tive a possibilidade de ir a Liba Dôquê, na vila de Obôlongo. Eu gostaria que o Sr. Ministro visitasse aquilo, é um pequeno troço de estrada, não consigo entender como é que não se consegue fazer nada. E eles disseram que já há anos que andam a batalhar para isto. Havendo um problema de doença naquela zona, disseram que põem a pessoa no pano e levam para a estrada. Mas é pouca distância.

São questões pequenas que o estado pode tentar ver o que é possível fazer.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Maiquel do Espírito Santo, o último inscrito. Podemos ouvir, eventualmente se o Governo assim entender, esclarecimentos, e encerraremos.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Boa tarde, muito obrigado.

Para dizer que talvez o Governo me conhece, eu costumo trazer solução, não trago problemas. Portanto, seria uma mais valia ouvir-me, e será mesmo rápido.

O troço da estrada entre a parte de trás da Morgue do Hospital e o Laboratório, há mais ou menos 50 metros que falta fazer. Temos turistas que passam por lá, estamos a investir no turismo e mais, é uma questão que pode ser resolvida.

Também há o troço de estrada de S. João da Vargem, atrás da Antiga Serração, o outro troço, Café-Café, atrás do Cimenteiro, Úbua Caju, para se dar saída a Boa Morte, eu acho que com os materiais que se vai retirar da estrada que se vai começar a construir, de S. Pedro a Neves, normalmente quando se começa a reabilitar uma estrada, essas britas que saem, pedras e mais, cada um leva para a sua casa, às vezes a gente vê os camiões a se desviarem para outras paragens, pode-se utilizar esses materiais para dar algum jeito àquela estrada, o que eu acredito que não gasta tanto dinheiro. Daí que eu acho que é uma porta de solução, ou se não um financiamento, para nós cobrimos essas coisas.

Quanto a atrás do Morgue do Hospital, pode ser em calcetada, vamos reutilizar o que temos.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bom, o Governo poder esclarecer as questões que foram agora afloradas. Tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado das Obras Publicas, Ambiente e Ordenamento do Território** (Eugénio Vaz Nascimento): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Referente à questão que foi aqui posta sobre a lixeira de Penha, eu devo dizer que este é um problema que levou à necessidade de elaborar um Plano Nacional de Ordenamento do Território. Aquando da criação dessa lixeira, não havia lá tantas casas que agora existem. As pessoas foram construindo, mas o Governo deve resolver a situação.

A lixeira de Penha é gerida pela Camara Distrital de Água Grande, o Estado tem participado quanto às limpezas feita, ora pela empresa JAA, ora por outras empresas, para a manutenção da lixeira, mas também isso é um problema da Camara Distrital de Água Grande. O Governo tem participado, eu sei que se tem pensado nisso e há o projecto de transformação do lixo em energia, que se está a negociar com o PNUD e outra instituição, para ver uma forma de transformar esse lixo em energia. Portanto, são questões que estão em estudo, é o que eu posso dizer neste momento.

Relativamente à extracção de areia e de outros inertes, a direcção dos Recursos Naturais e Energia, através do Ministério, eu sei que submeteu a esta Casa Parlamentar uma lei sobre a extracção de inertes, que foi aprovada, mas infelizmente parece que foi esta Casa Parlamentar que adiou implementação dessa lei para 1 ano depois da sua publicação. É esse conhecimento que eu tenho. Ao invés de a lei entrar imediatamente em vigor, só entra depois de 1 ano.

Portanto, esses são os esclarecimentos que tenho a fazer sobre as questões que foram levantadas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, eu gostaria que o Secretário de Estado esclarecesse bem a última questão, em relação à Lei de Inertes, porque a Assembleia aprova as propostas e os projectos de lei que nós transformamos em lei. E aquilo que eu lembro, a iniciativa dessa lei pertenceu ao próprio Governo. É uma proposta de lei que veio para a Assembleia, para ser discutida e aprovada, e nós discutimos e tudo que esta na lei é a proposta do governo, não é a proposta de Assembleia.

Portanto, não é verdade que a Assembleia é que quis prorrogar para 1 ano a questão da execução da lei. Não é verdade!

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Arlindo Ramos, pelo esclarecimento. Mais alguma questão?

Alguém quer esclarecer?

Portanto, vamos encerrar o Ministério de Obras Públicas e, conseqüentemente, suspender a sessão por 1 hora. Portanto, retomaremos às 14 horas e 30 minutos.

Portanto, esta suspensão a sessão.

Eram 13 horas e 32 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Membros do Governo, Caros Técnicos, vamos retomar os nossos trabalhos, portanto, confirma-se o quórum, há 52 Srs. Deputados na Sala, vamos iniciar os nossos trabalhos, com a análise, na especialidade, das Grandes Opções do Plano e do Orçamento Geral do Estado, vendo o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural.

Eram 15 horas.

Portanto, estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, boa tarde a todos, espero que tenham todos tido uma boa refeição, desejando uma boa digestão.

Este sector que está à procura de garantia e qualidade alimentar e nutricional para nós é importante, e eu tenho algumas questões.

Eu vejo aqui algumas rubricas que me levantam questões. Vejo no Ministério «aquisição de um autocarro para o Ministério da Agricultura, de 30 lugares», quero discordar com essa iniciativa, mas quero ouvir o Sr. Ministro. Por quê? Sabendo que temos problemas com os autocarros escolares, transporte de alunos, se vamos buscar um autocarro, uma viatura de 30 lugares, estamos falar de um mini autocarro, quando o ministério pode programar as suas actividades e requerer ao Ministério da Educação uma viatura, e com esta verba poder dar outra importância a outras necessidades. Os recursos são escassos e precisamos geri-los da melhor forma. Estou a falar da rubrica 6712, quero uma explicação.

Vejo também uma rubrica «missão de patrulha conjunta com a Guarda Costeira». Estou em dúvida como é que o Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural vai fazer isso. Se é patrocínio ou se é um subsídio à Polícia e aos militares. Queremos uma explicação.

A rubrica 6808, posto de controlo, transporte, produtos agro-florestais, e a fonte de financiamento é a que está cá inscrito, mas há coisas, Sr. Ministro, que temos que pôr o cavalo de corrida, e a certas coisas que nós devemos demonstrar certos esforço nosso, esforço interno. Como é que até o posto de controlo vamos exigir ao parceiro pagar? Por quê não há um esforço pelo menos da nossa parte? Há coisas que o parceiro, quando olha para o nosso orçamento, vai ver «não esses senhores têm algumas dificuldades, eles estão a pedir a, b, c, vamos ajudar», mas há coisas que nós colocamos no orçamento que eles também olham «então, eu é que tenho que pagar o fiscal, tenho que pagar a polícia, tenho que pagar o militar para fiscalizar um produto ou outro da floresta?».

É esta minha preocupação que eu gostaria de trazer, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, eu estou preocupado, porque as medidas do Governo para este sector colocam-me serias dúvidas. Por quê? Nós vemos feiras agrícolas, descentralizadas a serem realizadas, e essas feiras têm custos, com transporte, mobilização, para facilitação, mas o preço dos produtos ao consumidor não está a baixar, matem-se. E vimos o Sr. Ministro, em várias ocasiões, a enaltecer vários serviços, vários projectos, sobretudo o de suinicultura. Eu queria perguntar quantas toneladas de carne nós tivemos em 2020 e quantas toneladas de carne perspectiva, Sr. Ministro da Agricultura e Pesca, para 2021. Esta pergunta vem na lógica, porque o objectivo é garantir a segurança alimentar com qualidade, e proporcional que o consumidor tenha proteína, a população de uma forma geral, mais com um preço reduzido, o que não se está a verificar. Mas há projectos, há dinheiro, e neste Ministério em concreto vê-se que há muitas acções, mas todas estão a redundar em fracasso, assim se pode dizer.

No Natal passado, comprou-se frangos a 130, 140 dobras, frango nacional, produzido internamente, quando o frango importado está a 70 dobras. Alguma coisa de mal está a acontecer, Sr. Ministério da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural!

Estamos aqui e eu não estou a notar este cavalo de corrida da sua parte! Não estou a notar!

Eu não vou entrar na questão de produtos hortícolas, não vou entrar noutros aspectos. Não vejo no orçamento, nem tão pouco nas Grandes Opções, quanto ao apoio aos agricultores no que concerne à adaptação da produção, tendo em conta os efeitos da mudança climática. Estamos a falar mormente de

estufas. Quantas vamos ter? Quantos agricultores vão ser beneficiados? Isto é resposta para estar aqui. Bom, não sei se o projecto COMPRAN inclui tudo isso, mas se inclui, quantos? Portanto, eu tenho todo o gosto de começar a discutir números, porque precisamos também de avaliar.

Portanto, preocupa-me o preço dos produtos ao consumidor, das proteínas, está-se a investir, há projectos, mas a população ainda continua a consumir com um preço muito elevado.

Portanto, eu gostaria de ter explicações de Vossa Excelência, trato o senhor assim, porque o senhor é Ministro da República, pese embora ter tratado um cidadão como mula-manca.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso.

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde.

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro da Agricultura, a melhor actividade que eu percebi no vosso Governo é esse desafio «*bamu chimiá pá non bê cuá cumé*». É um desafio, para mim, primordial. É um desafio que o Primeiro-Ministro tem que levar a cabo, porque é um desafio para a alimentação e nutrição do povo são-tomense. Um governo, quando trabalha para resolver o problema de alimento do povo, fica com pouca preocupação.

Nós falamos da saúde, mas a agricultura também não é brincadeira.

Eu quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro, nós não sabemos quantos agricultores somos, se é preciso a gente fazer uma reforma agrária, para saber quantos agricultores temos, quanta terra temos e o que nós podemos produzir, para alavancar esta economia importante.

Porque nós estamos a depender dos parceiros, e nós não sabemos o que pode vir atrás. Então, esse desafio que o senhor lançou, «*bamu chimiá pá non bê cuá cumé*», por favor, Sr. Primeiro-Ministro, o senhor tem que assegurá-lo com garras, porque não é brincadeira.

Sr. Primeiro-Ministro, há um *descentramento* no Ministério da Agricultura que só o Ministro da Agricultura não consegue resolver. Os técnicos estão desanimados devido ao salário que recebem. Um agrónomo, pelo menos, o Governo tem que dar atenção.

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR) vinha acompanhando os pequenos agricultores, neste momento eu não vejo a CADR a implementar trabalhos com os pequenos agricultores. Os pequenos agricultores não podem estar largados. Têm que ter acompanhamento. Por exemplo, depois de desbravar uma terra, o que é que vai fazer? Tem que plantar, tem que ter alguém para o acompanhar, como todos os Ministérios têm técnicos para acompanhar os trabalhos.

Tenho pouco tempo, tenho que respeitar o tempo do outro.

Sr. Primeiro-Ministro, Lembá organizado, eu não sei se há distrito que pode combater Lembá em certos produtos. Eu quero dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que 70% da produção de Lembá não vai para o mercado de Bôbô Forro, devido a via rural que está toda estragada.

Se este Governo conseguir meter o sistema de irrigação e reparar as vias rurais, nível de São Tomé e Príncipe, eu posso dizer ao senhor, nós vamos dar um passo para frente. Eu ando em todo espaço do País, eu sou agricultor, eu já disse que sou gajo de terreno, eu não venho aqui falar mentiras. Muita gente está a participar na agricultura. Então, espero que este Governo dê uma mão ao Ministro da Agricultura, porque o valor que deram à Agricultura não dá para resolver outros problemas.

Eu fico por aqui, tenho muito para dizer, é por isso que temos que ter um debate...

Vozes: — Oh!

O Sr. **Felisberto Afonso** (PCD/MDFM-UDD): — Vamos ter um debate aqui, para pormos as coisas no seu lugar, porque temos que produzir, não podemos estar a contar com os outros. Muita gente tem que ter isso em mente. Nós queremos tudo, mas temos que fazer qualquer coisa.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Esmail do Espírito Santo.

O Sr. **Esmail Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, eu venho citar uma referência que é 1001, do orçamento do Ministério da Agricultura. Preocupa-me, Sr. Ministro da Agricultura, uma situação. Eu vejo cá alocada, para a Direcção das Florestas, uma verba de Dbs. 1.439.600.000,00 (um bilhão, quatrocentos e trinta e nove milhões e seiscentas dobras). Preocupa-me esta verba, na medida em que, os quadros e as pessoas que fazem parte deste sector, sobretudo quem vive da nossa floresta, têm estado a reclamar da situação que vivem.

Não sei se esta verba que o Ministro aloca, 1.450.600.000,00 relaciona com a medida que o Ministério tem levado no que tange às medidas florestais. Cito concretamente uma situação que, como representante do povo, aprez-me trazer. Não sei se nesta Casa alguém pode achar o contrário. Sr. Ministro, não sei se pode vir aqui explicar aos madeireiros, estes que estão filhados no Ministério da Agricultura, com

credenciais, que reclamam da tomada de posição do Ministério, às costas desses senhores. Doutra forma, com medidas, porque para eles nenhuma representação têm perante o Sr. Ministro. Não sei se esta verba que apresenta na Direcção da Florestas, o senhor tem alguma justificação. Os madeireiros e quem vive deste sector alegam que o Ministério não lhes dá nenhum ouvido, tomam medidas, têm contribuições, pedem que o Sr. Ministro lhes escute. Marca audiência, mas não faz. Não sei se o Sr. Ministro poderá explicar sobre a receita que a Direcção das Florestas arrecada, se não têm alguma contribuição ou deviam ter alguma coisa que o Sr. Ministro devia explicar.

Sobre a Direcção de Pecuária, preocupa-me também bastante a verba que está cá, na medida em que tem uma verba de 5.975.000.000,00 (cinco bilhões, novecentos e setenta e cinco milhões de dobras). Preocupa-me esta verba, porque, segundo os criadores de animais, esta direcção pouca representação tem, e vem no orçamento uma verba com algum volume. Não sei se o Sr. Ministro teria alguma palavra a dizer sobre isto.

Eu deixo essas duas preocupações para o Sr. Ministro me dar a sua resposta.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar da Coligação.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Sr. Ministro da Agricultura, eu tenho uma preocupação em relação aos agricultores, no que diz respeito a irrigação. Recentemente, eu tive contacto com alguns do Distrito de Lobata, que reclamaram de dificuldade para irrigação. Falei também com alguns do meu distrito, que reclamaram de condições para irrigação. Gostava de saber o que o Ministério tem em carteira para ajudar a resolver este problema.

Num determinado momento, ouvi o Sr. Ministro dizer, num certo programa, que do trabalho fizeram naquele período de pandemia, já sabem onde está a comida. Faltava é criar condições para ir buscá-la. Nesse sentido, eu entendi que o Ministro fazia menção a vias de acesso. Que eu gostava de saber é o que que o Ministério tem em vista para resolver o problema de acesso e ir buscar a comida, lá onde ela existe.

Durante algum tempo, Sr. Ministro, foi-se ouvindo críticas em relação a custo por tonelada de atum, no âmbito da cooperação com a União Europeia. Dizem que o valor é extremamente pouco, o custo por tonelada. Eu gostava que o Sr. Ministro nos explicasse como é que é esse acordo, como é que ele funciona. Se pudesse apresentar, em termos comparativos, como é que foi o custo ao longo dos tempos, seria bastante importante para nos clarificar.

Dois aspectos só para terminar, Sr. Ministro. Um tem a ver com a necessidade de abastecimento da loja, para os pescadores terem como comprar materiais de pesca. É bastante importante, porque disto dependem muitos outros aspectos.

Sr. Ministro, falando em pista rural, eu tenho uma preocupação. Existe uma via que vai de Quime Quime – Madalena para Prado, bastante degradada. Prado é uma comunidade agrícola, aquela via aproxima-se bastante a Convento, que é outra comunidade agrícola. A via está bastante má. Recentemente, houve incêndio naquela localidade, os bombeiros nem tiveram como entrar. Então, gostava de saber com o Ministro qual a solução que a gente pode encontrar para esta via, que é uma via produtiva.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu gostaria de criticar a forma como este Programa de Investimento, no âmbito da agricultura, esta feito. As classificações aqui, eu não sei se são orçamentais ou não, mas são pouco esclarecedoras. Vou dar um exemplo concreto. Aqui diz, COMPRAN, 22,5 milhões de dobras. É o projecto COMPRAN, mas o que é COMPRAN? Quer dizer, o Orçamento não pode vir, projecto tal x valores. Por quê? Isto dá aso a que o ministério tutelar deste projecto faça dele o que quiser. Porque no Orçamento não está especificado o que este projecto vai fazer concretamente. Por isso, era bom o Ministro esclarecer, realmente, o que se vai fazer em 2021 com essa verba do COMPRAN, o que é que se vai fazer concretamente para a Agricultura. Isso é uma questão que eu preciso de esclarecimento.

Outro esclarecimento que eu gostaria de ter, apesar do Deputado que me antecedeu levantou a questão de irrigação, nós estamos no âmbito de, como alguém disse, bamú *chimiá pá nom bê quá cumé*, mas infelizmente nós temos zonas produtivas com problemas de irrigação grave. No Orçamento do Investimento, não vem nenhuma descrição que possa indicar que esse problema vai ser resolvido. Eu falo concretamente das zonas de Santa Clara, Monte Carmo, Santa Clara e Água Sampaio, porque se resolveu o problema de irrigação para Santa Luzia e falta resolver o problema dessas três zonas.

Também o problema de depósito. O reservatório construído em Caldeiras, que nem chega para irrigação. É preciso aumentar a capacidade desse depósito, para contemplar todos os agricultores que aí produzem.

A nível das pescas, eu tenho muita dificuldade em entender aqui alguns projectos ligados às pescas, uns com o financiamento da União Europeia, outros com o financiamento do BAD. Eu gostaria de perguntar, a nível da Direcção das Pescas, na execução do Orçamento, na informação que nos foram passadas sobre a

Direcção de Pescas, sabíamos que existia um protocolo com o Japão para a aquisição de materiais de pesca, mormente, cerca de 400 motores fora de bordo e algumas embarcações. Soubemos também que, por opção, este Governo decidiu ter outra opção para a aquisição desses materiais, que é adquirir dois barcos pesqueiros semi-industriais. Se não me enganar, foram mandados fabricar em Sri Lanka...

Uma voz: — Que empresa?

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — ...e até agora nós não temos informação nenhuma sobre esse valor de 1.6 milhão de euros que se destinava à compra desses materiais de pesca. Por isso, eu gostaria que o Sr. Ministro esclarecesse esse assunto, porque essa verba não aparece no Orçamento, fonte de financiamento do Japão. Portanto, eu gostaria de saber o porquê, já que os barcos já estão encomendados desde meados de 2019. Quando é que vão chegar?

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Escondem informações.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Outra questão, a nível das pescas, eu quero esclarecimento também sobre a construção, em Mé-Zóchi, de um centro de aquacultura. Portanto, eu gostaria de saber se é um centro de estudos ou de produção. O que é que se pretende com a construção desse centro, se é para estudos das espécies que nós temos, tanto peixes como crustáceos e outros animais marinhos, ou se é para a produção. Eu gostaria de esclarecimento sobre esta questão.

Outra questão, eu estive a ler as Grandes Opções do Plano sobre a Agricultura e vi que, no ano 2020, o Sr. Ministro diz que importou 12.5 toneladas de sementes de batata inglesa...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — *Timboré lá.*

Uma voz do ADI: — *Quê quá!*

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Comeram muita batata!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Nas Grandes Opções de Plano. E essas sementes, segundo as Grandes Opções do Plano, também a informação sobre a execução, diz que foi lançado na roça San Nicolau, no Distrito de Mé-Zóchi, o projecto de plantação de batata inglesa, como forma a reduzir a importação desse produto e incentivar a produção interna. Muito bem, mas 12.5 toneladas de sementes de batata inglesa?

Uma voz do ADI: — *É demais!*

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Eu acho que nem para consumo nós importamos esse volume de batatas. Eu acho que não! Por isso, eu gostaria, se é um engano de números, que o Ministro nos pudesse esclarecer, para eu saber, realmente, o que é que se fez com tanta semente de batata.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Muita batata! Há pessoas que não compraram batata no Natal!

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Portanto, são essas questões que eu gostaria de ver esclarecidas e depois poderei voltar, para alguma pergunta concreta.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, em grande parte daquilo que tinha para a minha intervenção, sinto-me um tanto ou quanto ultrapassado, principalmente, depois da última intervenção, mas mesmo assim quero dizer que este era outro ministério, como a Saúde, que eu tinha alguma atenção em particular sobre como é que iria ser o orçamento. E, em termos abstractos, acho que o valor que foi atribuído a este Ministério é baixo para o momento que nós estamos a atravessar. Por isso, eu concordo com a intervenção do Sr. Deputado Felisberto, principalmente porque os grandes projectos o como COMPRAN são projectos que levam grande parte desse valor.

Quer dizer, tirando esses projectos, quase que a Agricultura e Pesca estão muito a quem daquilo que se esperava. Eu volto a dizer, não sabemos ainda como é que vai ser este ano, porque é possível, tendo em conta os dados que nós estamos a ter, se as coisas se complicarem quanto à contaminação pela Covid e tudo isso, vamos ter que tomar medidas mais drásticas e estas poderão, obviamente, fazer com que a Agricultura seja chamada para alimentar a nossa população, para não falar da própria segurança alimentar, independentemente da era Covid ou não.

Também é aquilo que eu vinha dizendo, senti-me um pouco ultrapassado quanto a essa rubrica da aquacultura. Existe uma distinção entre a aquacultura e aqüicultura, e quanto à pergunta que fez o meu colega Deputado, se é como está, aquacultura, e não aqüicultura, é para produção. Não sei se é isso,

porque aquicultura pressupõe ciência para investigar técnicas. Aquicultura já é mesmo a produção. Se é assim, não sei se é assim que o Ministério e o Governo pensaram, honestamente, nós temos que analisar tudo isto, e isso não tem a ver com este Governo, digo nós, São Tomé e Príncipe, o nosso acordo de cooperação com a União Europeia, em matéria de pesca, porque vir com produção de *papês* grandes para alimentar a população, quando nós somos uma ilha, um arquipélago, cheio de peixe, e vamos pedir dinheiro à União Europeia, depois... essa coisa de cooperação tem muito que se lhe diga. Quem financia é a União Europeia, que celebra o acordo conosco, para levar quase todo o nosso peixe, depois vem nos dar algum dinheirito para fazer aquicultura, *papê* grande.

Risos.

Não, desculpem lá, nós temos que repensar essas políticas todas, porque não fazem sentido, estão a nos enganar! Eu sei que vão mandar isso para a União Europeia, paciência, mas estão a nos enganar! Por isso, temos que repensar essa coisa toda. Não faz sentido!

Eu sou de opinião que essa verba, uma proposta concreta, Sr. Presidente, é para ser canalizada para a questão de irrigação, que é mais importante, depois o Ministério vê qual é o Distrito que precisa mais de irrigação.

Outra pergunta que eu quero fazer, eu vejo aqui na rubrica 6712 – aquisição de um autocarro de 30 lugares, com uma fonte de financiamento segura, a República Popular da China. O Sr. Ministro da Agricultura pode ter uma explicação, o Ministério da Agricultura precisa de um autocarro de 30 lugares, para quê? Talvez haja uma razão, eu não quero pôr em causa isso, mas se é para transportar, seja o que for naquele Ministério, se há um Ministério que tem mais jeeps, com quatro, cinco, seis lugares, acho eu que é o Ministério da Agricultura. Se houver alguma necessidade de uma acção pontual que o Ministério precisa deslocar-se ao terreno, para seja aquilo que for, requisita-se. O Estado tem autoridade para requisitar viaturas, jeeps de projectos, os projectos estão cheios de prados, muitos carros. Para uma acção concreta de ir ao terreno num final de mês, requisita-se viaturas do próprio Ministério. Por isso, também não percebo a aquisição de viatura, num momento como este. Por isso, essa verba vai para irrigação, para a compra de insumos agrícolas, ou outra coisa qualquer.

Se apoiem o Governo, há algum tempo atrás, com o projecto *bamú chimíá pá nó m bê quá cumé*, eu acho que sim, fez bem, e quem está na Agricultura percebe. Eu não dedico todo o meu tempo à agricultura, mas estou um pouco na Agricultura. Surte efeito, de facto, esse projecto, tem surtido efeito, mas concordo, de facto, que o preço do produto não baixou no mercado, mas tem outras explicações económicas. Não baixou, porque há consumo, e também tem um pouco a ver com o próprio custo da produção agrícola. Volto a dizer, isso é para quem está na agricultura. O custo da produção, hoje, não permite que o agricultor baixe demais o preço.

O que ele gasta é superior ou igual a... por isso é difícil baixar o preço. Só podia assim acontecer, se houvesse uma exponencial, mesmo produção, que ultrapasse a necessidade de consumo. Aí viria uma outra questão que eu não vi no orçamento, que é a transformação dos produtos. Mas isso poderá estar no empreendedorismo, que nós vimos ontem. Acompanho um pouco na Televisão, o Ministério da Juventude e Desporto tem alguns projectos com os jovens empreendedores, mesmo no sector agrícola, para pequenas e médias empresas de transformação dos produtos agrícolas. É preciso ver, eu não encontro nada aqui, mas talvez não tem que ser o Estado a fazer, mas o Estado tem que incentivar a criação de empresas de transformação no sector agrícola, para aqueles momentos, aqueles períodos que há excedente de produção.

Para terminar, Sr. Primeiro-Ministro, não quero roubar muito tempo ao meu Grupo, mas peço ao Governo para estar um pouco mais atento ao tal financiamento de crédito à Covid, principalmente no Sector de Agricultura, e tem havido já um zum zum, alguma insatisfação de alguns operadores económicos, porque o Governo pôs como condição ao seu decreto que o projecto para agricultura não há outras garantias, a garantia é o próprio título de posse. O título de terra é que é, pelo menos são informações que circulam. Para a agricultura, a garantia é o título. E eu sei que já há movimentações de compras de título para se apresentar como garantia. Por isso é que eu volto a dizer, informem-se bem. É melhor se informarem bem, por que para o turismo e outras áreas pede-se a garantia real.

Ou consultem os bancos. Pede-se a garantia real, mas para a agricultura só estão a pedir o título de posse. Então, há pessoas a comprarem título de posse, apresentar, e a pedir 20 000 dólares, 30 000 dólares, 50 000 dólares para agricultura. É preciso ter atenção porque, se o Governo não estiver atento, eu compro o título de posse de um agricultor a 100 000 dobras, 80 000 dobras, depois vou apresentar um projecto, peço 20 000 dólares, depois eu digo ao Governo, pode tomar a sua terra outra vez. É o que pode acontecer! Por isso, muita atenção com isso. Consultem a APCI e os bancos, se não devia haver limite desse crédito. É verdade que é de cinco a 50, mas há alguns projectos agrícolas que não têm que ir a 50. Devia-se ver o tecto de alguns projectos. Não estou a dizer que todos os projectos da agricultura devem limitar-se a cinco ou 10, ou aquilo que for, aquilo que o Governo decidir. Há alguns que justifica ir até 50. Por exemplo, um grande projecto de criação de uma pequena indústria de transformação, aí pode ir até o

tecto de 50. Mas plantar árvore e essas coisas que eu ouço falar, criar porco, muita atenção, com esse valor.

É isso que eu tinha a dizer, peço desculpas, se fui longo demais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio, que será substituído pelo Sr. Deputado Rui, Vice-Secretário.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Quero só acrescentar algo.

O Sr. **Presidente**: — Tenha bondade.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro: esse processo de crédito para ajuda ao sector produtivo e económico, que foi afectado pela situação pandémica, também peço a sua indulgência para ver o que é que se passa, porque há muita demora. Há muita burocracia, muita morosidade! E, sinceramente, eu não entendo. Se o objectivo é fazer face à situação pandémica, é um projecto que começou, ouve-se falar disso já desde Junho, Julho, nós já estamos em Janeiro, mas é uma tanta demora, desde a parte administrativa, depois é outra confusão nos nossos bancos e, muitas vezes, projectos com garantias reais, situação concreta que se vê que não é para ir comer dinheiro do Estado, é uma demora que a gente não entende.

Estão à espera quando a Covid acabar depois para dar o dinheiro?! Não! Esse projecto é exactamente para este momento. Isso é para ajudar a própria economia. Esse valor é para fazer o quê? Para fazer compras, adquirir produtos para investir. Nem que se crie pagamentos em tranches. Porque se se está com dúvida se alguém vai buscar para pegar, como já aconteceu no passado, comprar jeeps e viajar para Lisboa, etc., etc., como já aconteceu no passado, neste País, então, estipula-se com os bancos. Consoante o andamento do projecto, cria-se uma equipa de fiscalização, põe-se 5 000 dólares, vão ao terreno ver, passada essa fase, desbloqueia-se mais, assim até o projecto terminar.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Elákcio da Marta.

O Sr. **Elákcio da Marta** (MLSTP/PSD): — Sr. Primeiro-Ministro, eu congratulo-me com o programa *bámu chimia pá nó m bê quá kumé*. De facto é um programa que tem contribuído para a nossa alimentação. Para dizer que as comunidades de Mato Cana, Anselmo Andrade, Bernardo Faro, Claudino Faro têm estado, de facto, a cumprir com o pedido de Sua Excelência o Sr. Primeiro-Ministro, no que diz respeito ao programa *bámu chimia pá nó m bê quá cumé*. É certo que, quando pedimos aos agricultores para semearem, também temos que oferecer melhores condições de estrada, de maneira que os agricultores possam sentir-se incentivados em produzir muito mais.

Eu também escutei atentamente o Ministro Osvaldo Abreu, que reconheceu a importância daqueles troços de estrada. Ao mesmo tempo, neste debate, fico feliz em encarar os dois Ministros, quer o Ministro da Agricultura, quer o Ministro das Infra-estruturas, que havia reconhecido a importância dessa estrada.

Eu gostaria de frisar, no que diz respeito à rubrica 6590 – Projecto COMPRAN. Também foi dito aqui que o projecto COMPRAN tem compromisso com 15 quilómetros de estrada no seu programa. Por isso, eu gostaria de aproveitar essa oportunidade para pedir encarecidamente aos dois Ministros, se o Chefe de Governo pediu para nós semearmos, seria bom que essa estrada das comunidades ex-dependências de Água Izé fosse beneficiada, quer no Ministério das Obras Públicas, quer no do Ministério da Agricultura, no que diz respeito ao Projecto COMPRAN. São 18 quilómetros. O COMPRAN pode muito bem assumir de Água Izé até Anselmo Andrade, 7 quilómetros, e outros 11 quilómetros poderiam ser distribuídos para o Ministério das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente. Para não dizer que só um Ministério pode assumir os 18, porque outras comunidades de outros distritos gostariam também de beneficiar dessas estradas. Por isso, com um bocado de cada ministério, podemos corresponder à solicitação de Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr. Deputada Alda Ramos.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, a minha preocupação está relacionada com produtos agrícolas, face ao projecto *bamu chimiá*, e também com a pandemia. Com o projecto *bamu chimiá*, se nós todos começarmos a semear a sério, com ou sem projecto nós devemos semear, aproveitar o nosso quintal, eliminar algumas plantas decorativas e começar a cultivar plantas alimentares, também é uma contribuição, aí teremos produtos biológicos, naturais.

Logo, eu gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, porque não vi no projecto, se se começar mesmo a semear a sério, nós vamos começar a ter excedentes da produção. E se começarmos a ter excedente da produção, temos que começar a pensar em aumentar o processo de transformação. Nós vamos

transformar, sim. Vamos transformar a nossa banana, a nossa fruta em farinhas, não temos outro processo. Se fizermos *chips*, não chega, é aperitivo, mas se transformarmos em farinha, já dá para fazermos pirão, papa e outras coisas mais. Mas nem toda gente consome. Não falando, por exemplo, da fruta pão, que não dá para conservar. Eu não vi, no projecto, não sei, o Sr. Ministro depois vai explicar, pode ser que esteja e eu não entendi, câmaras de conservação de produtos. Para além da transformação, tem que haver o processo da conservação de produtos. Pelos menos para uma durabilidade de 6 meses. Parecendo que não, quando se começa a plantar a sério, começa a haver excedentes da produção.

Então, como é que vamos fazer? Vamos começar a estragar os produtos? Tem aparecido muitos ananases, muitos mesmo! Lá para a localidade de Porto Alegre, outras zonas mais, ananás, abacate, mas acabam por estragar. Se a gente começar a fazer néctar, por exemplo, nesta época, em que ainda há muita manga, néctar de manga, néctar de ananás, são poucas as pessoas que consomem. Eu digo isso por experiência própria. Por isso, tem que haver um mecanismo para a conservação desses produtos, pelo menos com uma durabilidade de 6 meses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra O Sr. Joaquim Salvador.

O Sr. **Joaquim Salvador** (ADI): — Eu serei muito breve. Venho apenas levantar uma preocupação concernente à formação, neste Ministério. O Ministério da Agricultura tem o chamado CATAP, e eu pergunto, qual é o objectivo do CATAP? Eu falo do CATAP porque, como sabemos, no Ministério da Agricultura, não vejo aqui nenhuma componente formação. E nós estamos a perder muito valor. Muitos valores estamos a perder naquilo que é, portanto, a nossa especificidade.

Nós conhecemos os agrónomos, nós tínhamos engenheiros, muitos deles hoje estão praticamente inoperantes. E, hoje, nós estamos a falar em *bamu chimiá pa nón bê cua cumé*. É importante, mas tem que haver cientistas, tem que haver gente formada. Onde é que vamos buscar? Eu vejo aqui CIAT. O CIAT tem outra componente, não é verdade? Agora, eu queria que o Sr. Ministro nos explicasse o que é que o Ministério da Agricultura espera com técnicos agrónomos, neste país. Aliás, o que é que o País espera em ter mais engenheiros, mais técnicos. Estamos virados para doutores, juízes, por aí fora, somos um país agrícola, mas não vejo nenhuma formação agrícola.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Primeiro-Ministro, ou a quem este indicar, para esclarecer ou responder às questões aqui levantadas.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — É só para racionalizarmos o tempo, por isso vou indicar o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural** (Francisco Ramos): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas, muito boa tarde. Obrigado pela oportunidade que me dão. De qualquer maneira, tudo isso é uma escola, nós ensinamos e aprendemos.

Eu gostaria de responder a algumas questões que me foram colocadas. Começaria pelo Líder Parlamentar do ADI, o Deputado Abnildo, e também houve outros Deputados que falaram de autocarro. É verdade que não dá, pelo espaço que nós temos no Orçamento, para colocarmos toda a explicação. No entanto, os autocarros são para o Centro de Investigação Agro Tecnológica, que tem técnicos de todo os distritos.

Praticamente, eles concentram-se no Ministério e depois vão a Potó, onde está localizado o Centro de Investigação Agro Tecnológica. Neste momento, estamos com um autocarro já cansado. Colocamos só um, porque já temos um no Porto. Temos um no Porto que, possivelmente, na próxima semana, vamos tirar. Porque, neste momento, se o autocarro obsoleto, que tem feito com dificuldade a viagem com os técnicos de Potó, avariar, estamos todos lixados. Muito obrigado pela questão que me colocaram.

Quanto à missão de patrulha conjunta, nós temos com a Cooperação Portuguesa o navio Zaire, que faz patrulha à nossa costa. Esse navio Zaire leva agentes da Guarda Costeira, leva os inspectores das pescas, e esse trabalho é remunerado. Aliás, é um prémio, não é remuneração. Portanto, aí a razão de colocar uma verba para a prossecução dessa actividade. E eu acho que nenhum deputado, depois de saber a resposta, vai estar contra.

Colocou uma terceira questão que tem a ver com o posto de controlo. Não devia ser uma questão do Ministério da Agricultura, mas o Governo é um e único, e adoptámos a estratégia. Hoje, todo o mundo fala que não há motivação para produção, há muito roubo. Nós não temos polícia suficiente para colocar atrás dos ladrões. Aí, adoptamos uma estratégia. Por quê não criar um posto de controlo nos caminhos onde a pessoa pode passar? E nós sabemos que as pessoas que furtam em grande quantidade vêm para grandes centros urbanos, pois é aí que existe mercado. Logo, adoptamos esse mecanismo e, com apoio dos

parceiros, colocámos a situação e temos alguns parceiros que vão nos apoiar nessa situação. Eu acho que isso não é mau. Quem não tem pede, em vez de roubar.

Temos a ECOFAC-6, que está liderado pela ONG *Birdlife* que nos vai construir cinco postos de controlo. Nós vamos ter postos de controlo nos Distrito de Lembá, Lobata, Mé-Zóchi e Cantagalo. Nós não vamos dizer que vamos acabar com o furto, mas o nosso objectivo é reduzir, para que impulse a vontade de produzir. Hoje, nós questionamos sobre terras abandonadas. Há quem diga: eu vou trabalhar terra para quê, se não consigo recolher os produtos? Logo, é essa a estratégia que nós vimos, para podermos reduzir os furtos nas parcelas. Não só parcelas, nas *úbuas*, nas capoeiras. Só não chora de furto quem não produz! Todos que produzem choram de furto, muito furto. Podia não ser um problema do Ministério da Agricultura! Podia ser um problema de Defesa e Ordem Interna, mas o Governo é um e único! Nós temos um corpo e trabalhamos essa estratégia em conjunto com o Ministério da Defesa e Ordem Interna, com o Ministério da Justiça e todo o Governo está envolvido. Essa é a estratégia.

Feiras agrícolas têm um custo, mas os produtos não estão a baixar. Eu não sou apologista dessa afirmação. Nós tivemos o tomate que chegou a 5 dobras, ninguém falou! Estava a 60 dobras e chegou a 5 dobras.

Murmúrios do ADI.

15 dias ou não, é uma experiência, mostra-nos que o caminho é certo. Nós tivemos a batata inglesa, que chegou a 10 dobras! Para quem faz compras, a batata inglesa chegou a 10 dobras.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Não é a tempo inteiro, mas estamos a trabalhar para que os produtos agrícolas baixem de preço, pelo menos aqueles que conseguimos produzir aqui, porque tudo aqui fica caro. Não vamos construir uma fábrica de enxadas, de machins, de adubo. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, tudo aqui fica caro. Mas pelo menos o que produzimos aqui vamos trabalhar para que haja a produção e a produtividade, para que o povo consiga comprar em mais quantidade e comer produtos de qualidade.

Uma voz do MLSTP/PSD: — Muito bem!

O Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural: — Identificamos alguns produtos que podemos produzir internamente, como a batata inglesa, que se importa cerca de 600 toneladas por ano. Também importamos por ano 400 toneladas de cebola, 800 toneladas de feijão seco e mais de 2 000 toneladas de carne de frango. Essas coisas, Sras. e Srs. Deputados, podemos produzir aqui, e estamos a traçar uma estratégia.

Fizemos uma experiência piloto com a batata inglesa e o tomate, chegamos à conclusão de que é possível e vamos afiná-la. E é o nosso objectivo baixar o preço, porque só assim poderemos encorajar a transformação. Se ainda não temos produtos, não podemos falar da transformação. *Bamu ximiá*, sim senhor, isto para incentivar a produção.

Para responder à Sra. Deputada Alda Ramos, temos duas câmaras de frio em Mesquita, que estão fechadas e vazias, porque não há produtos. Onde é que está? Portanto, vamos produzir. Se nós produzirmos, o objectivo é transformar.

O Sr. Felisberto Afonso (PCD/MDFM-UDD): — Vamos fazer a nossa parte!

O Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural: — Em 2018, encontramos a carne suína em 30 toneladas e levamos a 89 toneladas.

O Sr. Maiquel Espírito Santo (MLSTP/PSD): — Muito bem!

O Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural: — O preço mantém-se, porque a ração é importada. Logo, o objectivo é traçar uma estratégia para a produção interna de ração animal. Falar isso aqui é fácil, mas a sua concretização leva tempo.

Portanto, meus senhores, quando falamos na produção de telápia, peixe de água doce, *papê*, temos esse objectivo.

Murmúrios.

Aqui em São Tomé é que nos damos ao luxo de não comer o *papê*. Eu vi são-tomenses em Portugal na bicha para comer o *papê*, *que quem estava a confeccionar érea uma guineense*.

Risos e murmúrios.

Un bê cu uê mu! Aqui é que somos finos e não comemos o *papê*.
Murmúrios e protestos.

Mas o objectivo não é para o consumo interno, é principalmente para a produção de farinha de peixe. Não se faz a ração só com a farinha de peixe, precisamos também de milho e existem muitas áreas hoje que não estão a ser aproveitadas, porque não há água. Então, temos que trabalhar para a produção de milho.

O Sr. Deputado Abnildo falou que não viu nenhuma adaptação. Meus senhores, a verdade é que o nosso Governo, quando entrou, encontrou instaladas 10 estufas, que custaram cada uma 44 000 euros, e que não deram nada. Sabem por quê? Porque o factor formação não estava presente. Entretanto, com a ajuda de parceiros, como o PNUD, fizemos chegar especialistas em estufas e estamos nesse processo. No ano passado, fizemos 14 estufas tradicionais, que ficaram a mais ou menos 5 000 euros, e este ano vamos fazer mais 20 estufas tradicionais, acompanhadas também de formação. Vamos mandar os nossos técnicos para países que já vêm fazendo essas coisas há muito tempo. Com essas estufas, poderemos garantir o nosso mercado, pelo menos com tomate e pimentão.

Daqui deste púlpito, gostaria de felicitar o Sr. Ostílio, de Caué, que se apropriou dos ensinamentos e hoje é dono da melhor estufa que temos.

O Sr. **Maiquel Espírito Santo** (MLSTP/PSD): — Muito bem!

Aplausos gerais.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Como é que os produtos não aumentam, se na comunidade internacional os produtos aumentaram 8%? As pessoas têm que acompanhar. Sras. e Srs. Deputados, temos que ler!

Murmúrios do ADI.

Os produtos aumentaram, no mercado internacional, 8% e nós que pagamos a importação, os nossos produtos não aumentam?

Protestos do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

Eu disse que temos que ler!

Risos.

O Sr. Deputado Felisberto Abordou a questão «*bomu ximiá pa non bê cuá cumé*». É essa a estratégia que escolhemos para incentivar mais as pessoas a trabalhar, mas estamos a trabalhar às escuras, porque se fez o recenseamento geral agrícola há 30 anos, meus senhores.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — O quê que obriga o Ministério da Agricultura?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Estamos lá há 2 anos. O XVII Governo Constitucional fez 2 anos.

Protestos do ADI.

O Sr. **Jorge Bondoso** (ADI): — O PCD está no Ministério há 30 anos.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Srs. Deputados, posso continuar?

Vozes: — Pode sim senhor!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Já houve verbas para o efeito, mas por uma questão de visão tiraram essa verba e fizeram outras coisas. É visão!

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Quem tirou?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — O governo anterior tirou e fez outras coisas.

O nosso Governo, reconhecendo a importância do recenseamento geral da agricultura, foi batendo as portas, para realizar esse recenseamento, e vamos começar este ano. A União Europeia vai colocar à nossa disposição 1 milhão de euros...

Uma voz: — Oh!

O Sr. Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural: — ... e vamos pegar neste dinheiro e transferir para a FAO, que é o organismo vocacionado para fazer o recenseamento agrícola. Vão dar-nos as chaves nas mãos!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Como é que podemos desenvolver a agricultura, se não sabemos quantos agricultores efectivamente temos? Quais são as áreas que temos disponíveis? Qual o produz, o quê e onde? Que quantidade? Portanto, tudo isso nos impede de efectivamente elaborar um plano para o desenvolvimento da agricultura. Sozinhos não vamos conseguir e pedimos ao Banco Mundial, que aceitou a ajudar-nos a preparar um plano estratégico para a agricultura. Amanhã, Sexta-feira, vamos lançar em S. Nicolau um pequeno inquérito, para a recolha de dados, juntamente com o INE.

O Ministério da Agricultura, antes do XVII Governo, não trabalhava com o INE. Como é possível? É esse instituto que nos apresenta os dados estatísticos, e temos um trabalho em conjunto com o INE, que está a surtir um grande efeito. É uma questão de visão!

Murmúrios e risos.

O Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural, questão que levantou o Sr. Deputado Felisberto, por outras palavras, é a instituição que dá assistência aos produtores, pescadores e criadores de animais. Quando chegamos, vimos que alguma coisa estava mal, porque não é possível. Assistência significa tirar um agricultor do ponto A para o ponto B, e nem toda gente está vocacionada para dar assistência. Estamos neste momento a reestruturar o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Rural (CADR), para responder melhor à agricultura, pesca e o desenvolvimento rural.

Concordo com o Sr. Deputado Felisberto, Lembá tem muita produção. Estamos com Fortunato, Santa Geni, Manuel Morais, António Morais, com muita produção de banana, mas não temos vias de acesso. É nossa preocupação melhorar a via de acesso, para trazeremos toda essa produção. Logo, pouco a pouco, estamos a abraçar os problemas do País e tentar resolver paulatinamente.

O Ministério da Agricultura e o das Infra-estruturas estão de mãos dadas, aliás, estamos no mesmo governo. Portanto, com o COMPRAN, vamos fazer uma parte e com outros fundos que estão alocados no Ministério da Agricultura vamos fazer a outra parte, porque governar significa ir à busca de soluções.

O Sr. Deputado Felisberto falou da irrigação. Para dizer que é nossa visão, e a sorte é ter um agrónomo à frente do Ministério da Agricultura. Um agrónomo agricultor. Vivi muitos problemas na agricultura e um dos maiores problemas é a falta de água. Outrora, tínhamos 9 meses de chuva e 3 de Gravana. Hoje, nem sei se temos 6 meses de chuva. Com as mudanças climática, temos que nos adaptar. É assim que neste ano 2021, com o estudo e as obras que vão ser realizadas, vamos investir aproximadamente 2.350 milhões de dólares. Vamos ter o estudo de irrigação, que já está em curso, para Canavial Cima, Canavial Baixo, Água Casada, Vila Moura, Santa Clara, vamos reabilitar todo o sistema de Mesquita, Uba-Cabra e Santarém. Está sendo materializado um estado para materializar a estratégia nacional de irrigação, que nos aponta para a construção de seis barragens, sendo cinco em São Tomé e uma no Príncipe. Quer dizer, Sras. e Srs. Deputados, que ao nível do Ministério da Agricultura há financiamentos que são geridos pelos parceiros...

Murmúrios e protestos do ADI.

... e esses financiamentos estão no orçamento. Se virmos a rubrica «reabilitação da infra-estrutura do PRIASA», está lá.

Murmúrios gerais.

Ver também que alguns agricultores que têm situações fáceis de resolver, instalar nas suas parcelas o sistema de irrigação, com os 25 kits que recebemos.

Sr. Deputado Esmael, confesso que não entendi a sua intervenção, porque a modéstia me acompanha permanentemente e mesmo no tempo da pandemia fui recebendo as pessoas. Recebo todas as pessoas que pretendem falar comigo. Entretanto, o valor que mencionou, que está no orçamento, é para a reabilitação do laboratório para veterinários. Não temos e então urge termos um laboratório para o efeito.

O Sr. Deputado Cotú falou de irrigação, já dei a respostas, mas não sei se o satisfaz.

Sobre o COMPRAN, está previsto 15 km de estrada, sendo 10 em São Tomé e cinco no Príncipe. Entretanto, há uma promessa, de se construirmos os 15 km, num curto prazo, e com qualidade. Poderemos solicitar mais quilómetros. Entretanto, já constituímos uma equipa no Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, para preparar o PRIASA III, e estamos focados em pistas rurais. São muitas as pistas rurais, temos o levantamento delas todas e vamos pedir o apoio de parceiros, para podermos materializar esse desiderato.

Como título de exemplo, ao nível de Mé-Zóchi, temos o troço Roça Nova – Bombaim, Roça Nova – Abade, Bom Sucesso – Macambrará, Folha Fede – Água Francisca – Piã Piã, Ototó – Santa Margarida, Vanguarda, Rio Lima – Vista Alegre, Filipinas, S. Nicolau, Monte Café, S. Carlos – Bem Posta, Santa Margarida – Benfica, Água das Belas, Saudade.

No Distrito de Caué, temos Ponta Baleia, Porto Alegre, Soledade, Manuel Caroça, Nunes Oliveira. Portanto, para dizer que temos ventilado todos os troços rurais que precisam de uma intervenção e vamos trabalhar junto com os parceiros, para ver se conseguimos, de uma vez por todas, melhorar estes troços. Sem a reabilitação, reparação, ou mesmo a construção de caminhos, não podemos falar de produção.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, já temos feito todo o levantamento e neste momento vamos fazer os mais prioritários. Mas temos que procurar um projecto com os parceiros para nos ajudar a melhorar os troços rurais. É possível que não seja com este Governo, mas vamos criar condições para que o próximo tenha condições de o materializar. De braços cruzados não podemos ficar.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Muito obrigado, Sr. Ministro. Faz cedo, que já não tem tempo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, já terminou o seu tempo. Pode concluir, se faz favor.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

No sector das pescas, Sras. e Srs. Deputados, o acordo que temos é um acordo de parceria e não comercial.

Vozes do ADI: — Sr. Presidente, o Sr. Ministro já não tem tempo, tem que terminar!

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Em 2019, fizemos um acordo com a União Europeia, para lhes permitir o acesso às nossas águas, porque a União Europeia, para além da verba que entra, através da pesca, dá apoio ao Orçamento, ao saneamento do meio, ao GIME, e tudo isso está nesse acordo. Como vêem, em 2018, a União Europeia não deu apoio ao Orçamento, porque não assinamos o acordo de parceria de pesca. As pessoas nos comparam com outros países, mas em São Tomé o nosso acordo de parceria só tem a ver com o atum, ou a agulha-sombra. Enquanto nos outros países, para além do atum e agulha-sombra, têm lagostas, camarões, lulas, uma série de recursos, que não temos. Logo, não podemos comparar o que não é comparável. E não temos assim tanto peixe, como as pessoas falam.

O Sr. **Idalécio Quaresma** (ADI): — Ah sim?

Murmúrios.

No ano passado, a União Europeia pescou 3,5 toneladas de peixe...

Vozes do ADI: — Só?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Quer dizer que ficamos a ganhar, quando o nosso acordo era para 8 toneladas.

As pessoas comentam tanto sobre o acordo, que o XVII Governo Constitucional não conseguiu fazer um bom acordo com a União Europeia, mas está cá desde 2006. Desde essa data, foi atribuindo 100 euros por cada tonelada de peixe. 2006 a 2010, 2011 a 2014 e 2014 a 2018, 100 euros por toneladas.

Vozes: — 100 euros?

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — Quer dizer, se fosse assim tão fácil, todos esses governos que passaram teriam levado isso para mais, mas não levaram. Levamos para 120 euros, e não foi fácil.

Tivemos também outras coisas importantes. O que a União Europeia nunca aceitou são os nossos marinheiros nos barcos europeus, mas conseguimos convencê-la a aceitar.

Tenho outras respostas, mas o tempo acabou e fico por aqui.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Cada um deve ver bem o tempo que tem, porque ainda temos três ministérios.

Murmúrios.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Presidente, não sei como, mas de facto com três ministérios e os Grupos Parlamentares só com esse tempo, vai ter que ter a indulgência de nos dar tempo, porque não faz sentido três ministérios com apenas 7 minutos disponíveis. Mas cabe à Mesa depois decidir.

Só pedi a palavra outra vez, primeiro, para agradecer ao Sr. Ministro da Agricultura pelas respostas dadas, pelo menos naquilo que me tange, em relação às preocupações que levantei. Por isso, Sr. Presidente, queria retirar as duas propostas que havia feito. No fundo fico satisfeito com a resposta, quer quanto à viatura e quer também quanto à questão da aquacultura.

Quanto à viatura, quando usei da palavra, havia dito que ficava à espera da resposta do Ministro quanto ao porquê dessa viatura. Como é uma acção de todos os dias, está justificado. É isso mesmo que pedi, que o Sr. Ministro viesse explicar.

Quanto à aquacultura, não é para produção e para consumo, é para outras acções, como a ração animal. Portanto, também retiro a minha proposta, não obstante também fazer menção, tenho que o fazer. Quando usei da palavra, era para comparar ao peixe que temos no mar, porque somos ilhéus. É essa a comparação, quando falei do *papê*, quer dizer, peixe de água doce. É um nome, isso não é pejorativo nenhum, para que aqui em São Tomé as pessoas percebam aquilo que estamos a falar. Se me dão um *papê* e um cherne, vou comer o meu cherne! Se me dão um *papê* e um voador, vou comer o meu voador, e não tenho problemas quanto a isso. Sou de Lucumi. Todo mundo sabe que a minha mãe é de Lucumi e que o meu pai é de Boa Morte – Água Marçal, antes de chegar Três Macucus. Desde criança, comi muito *papê*, muito charoco, muito fodê-budo, etc., etc.

Murmúrios e risos.

Peço desculpas pela expressão, mas são os nomes dos peixes que usamos aqui. Não tenho problemas com isso, nem com o *papê* Lucumi, naquele tempo. Não é esse Lucumi de hoje.

Vozes: — Também já não tem.

Risos gerais.

Outra coisa, os são-tomenses que comem *papê* naqueles países, é porque não estão em São Tomé. Se tivessem os peixes de São Tomé, não comeriam o *papê*.

Murmúrios.

Acho que não! Em Angola também comem muito *papê*, o *cacussu*, como eles o chamam.

Outra grande preocupação minha é uma rubrica que diz «requalificação das casas sociais». Não é só para este Governo. Quando falei do acordo de pesca com a União Europeia, não me referia apenas a este Governo. São todos os governos que têm que parar para pensar em tudo isso. Também esta questão não é apenas para este Governo. Ficamos a requalificar essas casas, quando as roças já foram distribuídas, os trabalhadores dessas roças venderam os seus lotes, problema deles, fizeram o que fizeram, mas o Estado fica todos os anos, em todos os governos, em todos os orçamentos, a requalificar as casas-comboio». É uma obrigação do Estado estar a requalificar essas casas e com esses custos todos? É uma pergunta que faço.

Murmúrios e protestos.

Se é, tudo bem, só estou a levantar uma questão, porque as pessoas têm os seus lotes que trabalham, alguns usam o dinheiro para outras coisas, nem uma chapa de zinco podem comprar para cobrir as suas casas, e está lá o Governo a requalificar as casas-comboio. Quando é que vamos parar com essas requalificações? É essa a minha preocupação.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — É preciso alienar essas casas.

O Sr. **Presidente**: — A Mesa não pode opinar, mas, na senda daquilo que disse o Sr. Deputado Levy, sobre as casas-comboio, é uma questão para reflexão de todos os Deputados, se em pleno século XXI elas são mesmo casas habitacionais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira, para uma intervenção.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, venho apenas para contrariar o Sr. Ministro, quando disse que a batata vendeu a 10 dobras. Vou às compras e nunca vi a batata a 10 dobras o quilo. Vi sim molhos de batata a esse preço. A batata foi vendida entre 18 a 20 dobras aos agricultores, em conceito de sementes. Ao consumidor foi vendida entre 20 a 25 dobras, e os importadores de batatas vendem entre 30 a 45 dobras. Não vi batata a 10 dobras! Diz-me qual é a loja em que foi vendida a esse preço, que também quero comprar.

Murmúrios e protestos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramos, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Como temos pouco tempo, também não vou falar muito.

Só queria discordar daquilo que disse o Sr. Ministro sobre as pescas. Portanto, quando intervim, não falei das acções da União Europeia sobre as pesas, só levantei uma questão concreta que gostaria que o Sr. Ministro respondesse, sobre o fundo do Japão. O Japão também apoia a Direcção das Pescas, com 1.6 milhão de euros, que estava destinado à compra de embarcações e materiais de pescas. O que é que se fez até hoje, desde 2019? É esse o esclarecimento que pedi e é isso que o Sr. Ministro tem que me dizer.

Para dizer ao Sr. Ministro que a União Europeia não pesca Atum e Peixe-andala, pesca Atum e Espadarte.

Murmúrios e protestos do ADI.

O Sr. **Presidente**: — Com o tempo que o MLSTP/PSD dispõe para o Governo, o Sr. Ministro da Agricultura pode esclarecer esta questão da importação de motores e incentivos da pesca e quando se vendeu a batata a 10 dobras o kilo.

Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. **Ministro da Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural**: — A verdade é que quando entramos encontramos um protótipo do acordo com o Japão, no valor de 1.6 milhão de euros, para comprar os mesmos materiais que o Governo já se tinha engajado a comprar, o que seria um contra-senso. Logo, aproveitamos a oportunidade e solicitamos ao Japão se não poderia converter aquele dinheiro na aquisição de dois bacos. Isto que estou a falar assim facilmente, não foi fácil! A equipa japonesa que veio a São Tomé para assinar o acordo, recusou a assinatura do mesmo.

Comunicaram-me do Ministério dos Negócios Estrangeiros: «Sr. Ministro, a equipa japonesa não quer assinar o acordo para a compra de barcos». Então, a minha decisão foi que não assinássemos. Já tínhamos encomendado anzóis e redes e íamos encomendar ainda mais para quê? Pelo facto de ter essa atitude, no mês seguinte, veio outra equipa japonesa, que aceitou o acordo, e o governo japonês já transferiu o dinheiro para São Tomé e São Tomé. De acordo com os procedimentos do Japão, esse dinheiro foi transferido para a empresa que vai fazer a aquisição dos barcos, e não tem nada a ver com São Tomé. São Tomé é só uma ponte. O barco devia chegar no ano passado, mas compreenderão que estamos de mãos estendidas. Ninguém que está de boleia diz ao condutor do carro «para aqui». Mas tudo já está assinado!

Sobre a batata inglesa, meus senhores, forçamos os importadores de batata a reduzir o preço, com a produção interna. Eles viram-se a braços, tanto é que convocamos o Secretário de Estado do Comércio, que participou comigo numa reunião com os importadores de batata, e a batata chegou a custar, durante algumas semanas, a 10 dobras, nalgumas lojas.

Murmúrios e protestos do ADI.

Como é que um ministro vem para a tribuna mentir? Não pode!

Risos e protestos do ADI.

Portanto, estamos a trabalhar para que tudo fique registado. Vamos importar novamente as sementes. As que importamos foi somente para cobrir 6 a 7 hectares de batata. O nosso objectivo é chegar a 30 hectares de batata inglesa, para reduzir o custo da importação, e também dar ao povo comida de qualidade.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O que importamos, para além de ter custos elevados para o nosso bolso, não oferece qualidade. Portanto, o que é da terra é bom.

É esse o nosso objectivo.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Ministro, pelas rápidas respostas. Portanto, vamos encerrar o Ministério da Agricultura, passemos imediatamente para o Ministério do Turismo e Cultura.

Vozes: — Mas o Ministro não está presente.

O Sr. **Presidente**: — Está o Primeiro-Ministro. Quem tiver questões a colocar pode fazê-lo, porque está cá o Chefe do Governo.

Srs. Deputados, vamos fazer a redistribuição de 1 hora.

Pausa.

Ministério do Turismo e Cultura, não há questões?

Não havendo questões, está encerrado este Ministério. Passemos imediatamente para o Ministério da Descentralização e Assuntos Parlamentares. Estamos a inverter a ordem, para o Ministério das Finanças ficar para o fim.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, ainda não distribuíram a hora, mas posso falar e depois a Mesa descontará. Bem, a Mesa vai tomando notas. Eu sou disciplinado.

O Sr. **Presidente**: — Serviços, já procederam à distribuição do tempo?

Pausa.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, este Ministério é simpático, não tem muitas coisas, mas olhando para aquilo que é o investimento público, por ser um ministério encarregue pelo poder local, eu vejo uma aproximação entre a Câmara de Mé-Zóchi e a Câmara de Lembá, em termos do montante, o tecto. Por isso, esta minha primeira questão, tendo em conta a densidade população, segundo maior distrito do País e a sua necessidade.

E porque nós não conseguimos encontrar, da parte do Ministério das Obras Públicas e Infra-estruturas, a possibilidade de alocar verbas para a requalificação do parque da cidade da Trindade, como eu dizia, para além da questão desportiva, há a questão cultural, quando existem trabalhos de sensibilização, as feiras agrícolas, que são realizadas naquele espaço, que se encontra em ruína e precisa de uma intervenção urgente. É urgente, porque é o espelho da segunda cidade, uma cidade histórica, a vila da Trindade. Teríamos muito gosto em ver reabilitada aquela infra-estrutura. Daí que a minha proposta é, Sr. Ministro das Finanças, se pudéssemos encontrar alguma verba, mesmo nos Encargos Gerais do Estado, para podermos reabilitar essa infra-estrutura.

E quero agradecer o Vice-Presidente, Guilherme Octaviano, que sustentou esta de possibilidade de requalificarmos o parque. Tenho o seu apoio e o da Deputada Maria das Neves.

Por isso, Sr. Ministro, queremos uma requalificação do parque popular da Cidade da Trindade.

Sr. Ministro da Descentralização, a juventude, ok, muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Líder Parlamentar, para além do pedido que fez ao Ministro das Finanças, a Mesa não percebeu se tem uma proposta concreta.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — A minha proposta é para o Ministro das Finanças, nos Encargos Gerais do Estado, 2 milhões para a requalificação do Parque popular da Cidade da Trindade.

O Sr. **Presidente**: — Passemos agora ao Ministério de Descentralização.

O Sr. **Esmail Espírito Santo** (ADI): — Sr. Presidente, há uma questão que eu vejo aqui na rubrica 6541, que se encontra no Ministério da Saúde, com o valor de 3 000...

O Sr. **Presidente**: — É que nós estamos a analisar o Ministério de Descentralização...

O Sr. **Esmail Espírito Santo** (ADI): — Tudo bem, Sr. Presidente. É que eu estou a me situar.

Então, preocupa-me, a situação e a localização do espaço da construção na Vila de Almas. Segundo informações, esta obra é da Câmara Distrital de Mé-Zóchi, e a Câmara, na situação em que está não consegue levá-la a cabo.

Não sei se o Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização, não tem conseguido esforços para alocar verba para que a Câmara conclua essa obra, mas vejo a obra com verba no Ministério da Saúde. Não sei se o Ministério vai mesmo concluir a obra.

Sr. Ministro da Descentralização, penso que é uma matéria que o senhor tem que se ocupar mais, alocando verba, ou dizer quem devia ter encargos com a obra. Isso preocupa-me, porque a obra está com duas responsabilidades.

Não sei se o Sr. Ministro teria alguma coisa a dizer.
Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Bem, essa é uma intervenção que não tem cabimento nenhum, porque já ultrapassamos o Ministério da Saúde. A verba está no Ministério da Saúde, para a conclusão do centro de Saúde, independentemente de ser o distrito A, B ou C. Portanto, já foi aprovado, estamos a analisar Ministério dos Assuntos Parlamentares e Descentralização.

Tem a palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

o Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Ministros, boa tarde.

Falo da Descentralização, porque o que se nota é que a nível das Câmaras Distritais, a população, de forma legítima, tem pedido aos Presidentes das Câmaras, realizações, obras, porque que de facto precisam de ver as suas comunidades a crescer.

Eu estou a lembrar, por exemplo, da estrada de Vanguarda. O Presidente da Câmara de Mé-Zóchi várias vezes disse que a população daquela localidade tem estado a pedir, com toda a razão. Estou a ver a questão da iluminação da zona de Galo Cantá. Falo da questão de requalificação da rede de distribuição de água no centro da Trindade. De facto aqui há um problema grave, no que se refere a isto. Aquela rede foi feita há 30 anos, mais ou menos.

Mas falo disto porquê? Porque estou aqui a ver a transferência de verbas para os distritos, e vejo que para Mé-Zóchi são cerca de 9 milhões, para investimento público. E o Distrito de Mé-Zóchi tem cerca de 52 000 habitante, mais ou menos. Para o Distrito de Lobata, que é o Distrito do Sr. Ministro das Finanças, está aqui uma transferência de cerca de 14 milhões. Acho que há aqui uma discrepância, com todo respeito, não estou a ser regionalista, estou a falar em termos de distribuição proporcional. Dá a impressão que há aqui qualquer coisa que o Ministro das Finanças mais o Ministro da Descentralização terão que explicar. Não sei se há alguma coisa muito especial a ser feita em Lobata para haver essa discrepância. Havendo bem ou mal, deve-se distribuir pelas aldeias. É verdade que o Governo pode dizer que não tem meios, mas essa discrepância deve ser explicada. Porque o que estou a ver aqui é muito desproporcional. Por favor, Sr. Ministro, explique-nos o que se passa.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (ADI): — Sr. Primeiro-Ministro, antes da recente remodelação, havia uma grande expectativa. Depois da remodelação feita, houve muitas críticas. Por isso é que eu não consigo perceber. Se a remodelação foi em Setembro, antes da preparação do Orçamento, e o Ministro já estava em funções, há muita expectativa quanto ao que será este ministério e na sua pessoa, Sr. Ministro, eu não consigo perceber, por isso espero alguma resposta sobre como é que este Ministério só tem esta verba de 46 mil milhões de dobras, sendo que 37.5 é para a realização das eleições. Então, se nós deduzirmos 46 mil milhões menos 37, fica qualquer coisa como 10. No fundo, este ministério só tem 10 mil milhões.

Depois, mesmo quando entramos neste Ministério, o foco está no Ministério de Descentralização. Não, este não é o Ministério de Descentralização. É o Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização. Pelas rubricas que temos aqui, o que é que este Ministério vai fazer no próximo ano, quanto à Reforma que o Estado precisa? Bom, pode haver uma explicação. Não vou falar de coisas que eu não sei, para não ter a resposta do Sr. Ministro da Agricultura. Por isso, espero que o Ministro venha explicar, porque não estou a entender este orçamento para este Ministério. Não há nenhuma acção para a Reforma do Estado. Nada! Se é para ser Ministro assim, não vale a pena. O Ministério da Justiça podia ocupar esta pasta. Para vir ao Parlamento de vez em quando, basta o Ministério da Justiça. Acrescentar-se-ia só Assuntos Parlamentares e estava resolvido o problema. Por isso, honestamente, há coisas que eu não consigo entender.

Para terminar, há agora eleições em Portugal e aprendemos muito. Nós somos políticos e acompanhamos isso. Estão em campanhas para as eleições e aprendemos que prorrogar prazos para a realização de uma eleição, grande discussão da alteração da Constituição. Se se pode alterar a Constituição, mesmo numa situação pandémica, etc., eu estou a falar, porque nós nem temos a audácia de saber fazer as coisas. Quer dizer, não se fala de eleições autárquicas. Pelo menos pôr só e não realizar, porque não há verbas, qualquer coisa. As eleições autárquicas, está na Constituição, devem ser realizadas de 3 em 3 anos. Então, por que é que só se põe eleições presidenciais, se temos que ter eleições autárquicas e não podemos estar a violar a Constituição todos os dias, ficando a prorrogar, prorrogar, pois é inconstitucional?

Já agora, tudo é inconstitucional em São Tomé. Agora todos falam em inconstitucionalidade, pegaram na Constituição e fizeram algo tão banal, que cada um come e bebe, desculpem a expressão, e vai para alguns programas falar de inconstitucionalidade.

Agora, em São Tomé, tirar manga com *vugu-vugu* é inconstitucional.

Risos gerais.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente, Levy Nazaré, pela sua preocupação, que penso ser de todos nós.

Tem a para a palavra o Sr. Vice-Presidente, Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (ADI): — Sr. Presidente, recordo a intervenção da nossa colega Beatriz. Muitas vezes há questões que nos deixam preocupados, porque Mé-Zóchi, em termos populacionais, como foi dito, citando expressivamente o meu colega Felisberto, «queremos alavancar Mé-Zóchi. Entretanto, realmente é inadmissível, inaceitável e incompreensível a atribuição dessa verba para as actividades. Temos Bombom, que tem um círculo populacional grande, a cidade da Trindade e arredores, Madalena e arredores. Aliás, a Estatística tem estado a fazer um bom trabalho sobre como é a densidade populacional.

Portanto, o montante que se atribui à Câmara de Mé-Zóchi, o poder local, é irrisório. Uma das coisas que procuramos, já de algum tempo a esta parte, é desenvolver alguns seminários sobre o que é o poder local, o poder de proximidade.

Neste aspecto, o montante atribuído a Mé-Zóchi é inaceitável e era bom que se revisse esta questão. Vimos um conjunto de localidades que Mé-Zóchi tem e seria uma oportunidade. Aliás, Sr. Ministro, que foi um dos que saiu das nossas células, gostaria que fizesse um trabalho brilhante no poder local.

Portanto, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Ministro, era bom que víssemos esta questão da verba. Talvez trocássemos. Lobata ficaria com 9 milhões e Mé-Zóchi com 14 milhões.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Muito bem!

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Felisberto Afonso, para uma intervenção.

O Sr. **Felisberto Afonso** (ADI): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Ministros: Vim falar da Câmara de Lembá, onde temos uma verba de 8 mil, e temos problemas graves. Temos a construção do troço de estrada em calçetada e a construção da via de acesso a Água-Tomá.

Sr. Ministro, gostaria que o senhor visse a situação de Lembá, porque aquela estrada destruiu-nos todos os transportes. Não temos nenhum transporte para a recolha de lixo, nem para organizar os trabalhos da Câmara. Esse meio que está aqui é muito pouco, porque queremos comprar pelo menos uma carinha para a recolha de lixo e um carro para fazer os trabalhos de expedientes da Câmara. A estrada rebentou-nos com tudo, Sr. Ministro. O problema é a estrada. Não sei qual é a possibilidade que o senhor pode arranjar para a gente adquirir um transporte. Pode acreditar que não temos nada. Estão todos lá em sucata, arrumado. Estamos muito mal, a estrada acabou connosco.

Por isso, vim apelar ao Sr. Ministro, no que poderá fazer, por exemplo, ver nos distritos que têm uma verba mais elevada,...

Murmúrios gerais.

... ou arranjar outra maneira, porque queremos um carro para a recolha de lixo, desde Ribeira-Funda até Santa Catarina, e outro para os expedientes da Câmara. Com o meio que está cá, se comprarmos um carro, ficaremos sem salários e sem nada.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Alda Ramos, para uma Intervenção.

A Sra. **Alda Ramos** (ADI): — Sr. Ministro da Descentralização, venho reforçar algumas intervenções com relação ao plaform que deram ao Distrito de Mé-Zóchi. Não é ser repetitiva, mas é necessário que haja justiça. Portanto, dar à Câmara Distrital de Mé-Zóchi 9 milhões e à Câmara Distrital de Lobata por volta de 15 milhões, é uma injustiça, Sr. Ministro.

Para dizer que nós, ao nível do Distrito de Mé-Zóchi, temos um serviço de bombeiros com muita dificuldade. Os transportes estão quase inoperantes, os funcionários nem têm indumentária. Logo, este plaform que deram não é nada! Pessoalmente, liguei para os bombeiros e eles disseram que não estavam em condições de deslocar-se. Portanto, não tinham mais como fazer. Dei tantas voltas, para tentar socorrer

a pessoa, que estava a precisar de alguma assistência médica e medicamentosa, mas os bombeiros do Distrito de Mé-Zóchi não puderam aparecer, porque não estavam em condições de se deslocar.

Por isso, haja consciência e haja justiça!

O Sr. **Presidente**: — Antes de passar a palavra a outros intervenientes, vamos ouvir o Sr. Ministro das Finanças, relativamente à verba das Câmaras. Se calhar, poderá elucidar os Srs. Deputados e resolver o problema, para não serem repetitivos.

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

Murmúrios.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo: Primeiro, para dizer que sou lobatense, e isso é mesmo de lobatenses. Aqui neste orçamento, e vou ter que explicar, o posto de Almas estava no Distrito, houve negociações com a Saúde e tirou-se do Distrito 5 milhões, porque na Saúde, nos nossos trabalhos, precisaram acertar assim. Os 5 milhões de Almas saíram do Distrito e foram para a Saúde.

Estamos com problemas muito sérios em Mé-Zóchi. Viram lá nos encargos gerais? Até estive a pensar se valeria a pena ou não tirar esses 2 milhões. Nos encargos gerais está «exercícios findos». Ouviram que o carro do Presidente da Câmara, por causa da dívida, foi arrestado? Estamos agora com problemas, que nem 6 milhões resolvem. Desses «exercícios findos», o objectivo fundamental é resolver o problema das dívidas de Mé-Zóchi, que são altas. Está aqui exercícios findos, 14 milhões, tiraram agora 2 milhões, tem a ver com Água Grande e Mé-Zóchi. Estamos a resolver o problema das dívidas, que não são poucas. Então, estamos a trabalhar neste sentido. Está aqui, pode-se colocar lá em cima, não há problema nenhum, ultrapassa tudo isto.

Quanto ao assunto dos bombeiros, estamos numa negociação forte com o Ministério da Defesa, porque, no caso de Lembá e de Mé-Zóchi, os bombeiros criaram normas, leis que existem, e eles têm que suportar esses custos. Não é fácil. Estamos agora a lutar para que os custos dos bombeiros sejam suportados ao nível nacional, para ter só um corpo de bombeiros. É esse o processo com que estamos a lutar. Neste orçamento, estamos a dar atenção para ver se conseguimos resolver, para esses dois Distritos, as dívidas que estão contraídas. Porque a dívida não é barata. Temos problema com o Ramy, com a Electrofrío, um conjunto de dívidas que já vêm de algum tempo, não estou a dizer que tenham a ver só...

Murmúrios.

Estou a ver três, mas são cerca de 7 milhões...

Murmúrios e protestos.

Ok, não há problemas nenhuns. Não fiz nada que pudesse prejudicar Mé-Zóchi. Podemos tirar em «exercícios findos» e colocar em Mé-Zóchi agora, para fazer obras. Não há problemas nenhuns, mas acho que são dívida que já estão a levar o distrito a situações extremas que, antes de avançarmos, deveríamos liquidá-las, no meu ponto de vista. Mas os Deputados são soberanos.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Há uma proposta para clarificar o orçamento. Portanto, transferir o «exercício findo», que está separado do Distrito, e incorporá-lo no Distrito. Se entendemos bem a proposta, dos 14,920 milhões, 2 milhões saíram para a reabilitação do parque popular e 12,920 milhões para «exercício findo», e adiciona-se a Mé-Zóchi.

A proposta está sobre a Mesa e caberá aos Srs. Deputados analisarem e aprovarem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Arlindo Ramo, para uma intervenção.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Sr. Presidente, quando vi aqui o Ministro da Agricultura a fazer uma listagem de acções, ouvi «Mé-Zóchi, Mé-Zóchi, Mé-Zóchi», tudo Mé-Zóchi e nenhum Deputado de Mé-Zóchi levantou para contestar.

Murmúrios gerais.

Ninguém! Todos concordaram com aquilo que a agricultura está a fazer. E Lobata, se não propuséssemos algumas acções, ficaria sem nada. Agora, como está no orçamento de Lobata, querem tirar.

Sr. Ministro, não aceite, se faz favor!

Murmúrios e risos gerais.

Apesar da Câmara de Mé-Zóchi ser do ADI, como estamos a falar de acções concretas, é por isso que estou a posicionar-me contrariamente aos Srs. Deputados. Por isso, meu amigo, não aceite! O Sr. Presidente é de Lobata, se faz favor, ajude-nos, não aceite, vamos defender o nosso distrito, porque estamos a precisar.

Risos gerais.

Venho falar do Ministério dos Assuntos Parlamentares e Reforma do Estado, particularmente sobre a Reforma do Estado. Portanto, fico triste, porque uma das coisas que o País precisa é reforma do Estado, mas o Programa de Investimento não nos dá indicações de que essa reforma pudesse iniciar, pelo menos, em algumas áreas, porque a Reforma do Estado, se vamos ver, implica reforma da Justiça, da Administração Pública, uma série de reformas. No mínimo, essa reforma da Justiça, talvez em 2021, vai ser uma das primeiras reformas, muito bem!

Sr. Ministro, como sabe, o senhor trabalhou muito tempo na Descentralização, sabe disso, a questão de eleições tem duas etapas: a etapa de actualização e recenseamento e a etapa da realização propriamente dita das eleições. Sabemos que o nosso parceiro que financia as eleições, que não vale a pena dizer o nome, que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro sabem, é muito rigoroso naquilo que são os pagamentos que fazemos, principalmente os relacionados com os subsídios, transportes, pagamento de pessoal. O nosso parceiro não aceita pagar esses tipos de despesas, mas se disponibiliza em financiar as eleições, actualização e recenseamento dos cadernos eleitorais.

Por isso que acho que deveríamos dividir essa verba em duas fases; a fase da actualização e recenseamento, que é um período onde o custo desse trabalho é superior à própria eleição. Deveríamos aqui definir realmente qual é o valor destinado à actualização e realização do recenseamento, porque temos um problema em mão, que é actualização e realização de recenseamento na diáspora. Temos que fazer este ano, tendo em conta que estamos num ano eleitoral. Temos que fazer essa actualização e recenseamento. Caso contrário, a diáspora não poderá votar nas eleições presidenciais. Se votar, vai votar com alguns eleitores já...

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Primeiro, tem-se que dar posse à Comissão Eleitoral.

O Sr. **Arlindo Ramos** (ADI): — Por isso, acho que nesta verba deveria haver uma divisão. Porque os custos com os cadernos eleitorais, por exemplo, a nível daquilo que achamos aluguer de transportes, pagamento de passagem e mais coisas, daria por volta de 22, 23 mil milhões de dobras. Esse é o custo da primeira fase. A eleição em si é outra fase.

Acho que para não haver contestação do nosso parceiro, era bom que já se começasse a trabalhar sobre o orçamento da actualização e realização do recenseamento eleitoral. Esse orçamento é que iria permitir a avaliação, através do Gabinete Técnico Eleitoral, portanto, proceder à avaliação dessas despesas e a nível do PNUD iriam definir realmente quais são as despesas que poderiam ser pagas ou não.

Acho que se deveria colocar, pelo menos, 22.5 milhões de dobras, para a actualização e recenseamento eleitoral, e 15 milhões de dobras, para a realização de eleições presidenciais.

O Sr. **Presidente**: — O apelo que me foi feito para socorrer o Distrito de Lobata é óbvio, tanto mais que a proposta do Sr. Ministro é para não tocar no orçamento de Lobata. Está-se a redistribuir as despesas de exercícios findos para Mé-Zóchi e Água Grande, essa é que é a proposta que está sobre a mesa.

De qualquer modo, vamos pedir ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares para clarificar essa questão de verbas para as eleições.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Tomada de posse da Comissão Eleitoral.

O Sr. **Presidente**: — O senhor vai dar, quando quiser.

Risos.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares, Reformado Estado e Descentralização** (Cílcio Santos): — Sr. Presidente, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Caras Deputadas e Caros Deputados, Técnicos da Assembleia Nacional, da Comunicação Social, povo de São Tomé e Príncipe, muito boa tarde e, mais uma vez, um bom ano de 2021.

Estamos em sede de especialidade, por isso, não vou dissertar sobre várias questões que me foram colocadas, em termos de qualidade ou não, de expectativa ou não. É um ministério novo, por isso, só poderei ser avaliado no fim do mandato.

Em relação às questões que me foram colocadas, sobre a requalificação do parque da Trindade, já foi respondida, Sr. Deputado Abnildo d'Oliveira, a questão de 2 milhões para sair de encargos gerais para a requalificação do parque da Trindade.

Em relação à discrepância de verbas, penso que o Sr. Ministro das Finanças já respondeu. Como sabem, as autarquias locais têm autonomia, concebem os orçamentos e os remetem para as Finanças que, por sua vez, em função da disponibilidade, estabelece plaform para cada uma das autarquias locais.

Por isso, o Sr. Ministro das Finanças acabou de explicar, em razão das necessidades do plano que foi apresentado, o valor que a cada câmara coube. Quanto a isso, não tenho muito para justificar, porque as câmaras têm autonomia, apresentam o seu orçamento ao Ministério das Finanças, que por sua vez atribui o plaform, em função do orçamento apresentado. Portanto, é uma questão das câmaras ou da ousadia dos próprios autarcas, e é necessário perceber como é que as câmaras funcionam, mas não estamos no palco próprio para o efeito.

Para o Sr. Deputado Levy Nazaré, é com estranheza, mas devo dizer, meu caro Vice-Presidente e amigo, que me furto àquilo que disse, em relação às prioridades do momento pandémico. Tive isso em consideração, para também, de forma coerente, apresentar o orçamento do Ministério que coordeno.

Mas porque falou que o Ministério não é só Descentralização, também tem Assuntos Parlamentares e Reforma do Estado, Assuntos Parlamentares compreende-se só com as despesas de funcionamento, posso dar resposta. Reforma do Estado é transversal. E quem nos ouve a falar pode dizer, não, o Sr. Ministro está a fazer pouco caso da reforma. Não! A reforma está no Sector da Justiça, no aparelho administrativo, legislativo, na Presidência. Em cada um dos ministérios, vamos ver a reforma. A reforma, estando sobre a minha tutela, é uma questão de coordenação, de conjugação, de alguém assegurar o processo e dizer, vamos avançar, mas ela está em todos os lados. Por isso, acredito que me foi atribuída essa responsabilidade, no intuito de coordenar esse exercício, pois alguém tem que pegar a reforma com mão, de facto, porque falamos de reforma, reforma da Justiça, sobretudo a questão dos Tribunais, do Ministério Público, da PJ, a reforma está em tudo, questão legislativa, a tal revisão da Constituição, que é necessária, a questão eleitoral, que está hoje em voga. A reforma está em tudo.

Para responder o Sr. Deputado e Vice-Presidente, meu amigo, não me furtei a essa questão, é uma preocupação de todos nós e prometo dar todo o meu empenho para que possamos de facto encontrar a dita reforma.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano também já foi respondido pelo Sr. Ministro das Finanças, a questão de alocação ou transferência de verbas de um distrito para outro. É uma questão, como disse, orçamental de cada autarquia.

O Sr. Deputado Felisberto Afonso falou de Lembá.

Disse bem o Sr. Deputado Arlindo Ramos, fui Director quase 4 anos. Comecei nas autarquias locais desde 2004, tenho quase 17 anos de trabalho feito em autarquias locais, e de formação. É necessário que entendamos o que é poder local e, de uma vez por todas, o poder local tem que começar a trabalhar para, a partir do distrito, começar a arrecadar receitas para financiar as despesas distritais. O que as autarquias recebem é um fundo para equilíbrio, para corrigir assimetrias. Não é para financiar as suas despesas correntes, nem de investimento, mas invertemos a posição em São Tomé, e as autarquias locais ficam dependentes 100% do OGE. É errado! Temos que inverter esse círculo. A partir dos distritos, elas têm que ter as próprias receitas, para financiarem as suas despesas e, através do OGE, encontrarem apenas um apoio. Nisso é que temos que começar a trabalhar, também faz parte da reforma.

Sr. Deputado de Felisberto Afonso, na qualidade de tutelar, vou com a autarquia de Lembá procurar formas para mitigarmos essa questão.

A Sra. Deputada Alda Ramos também falou de plaform, é mesma coisa, já expliquei, portanto, está respondido.

Sr. Deputado Arlindo Ramos, em relação às eleições, de facto a verba inscrita cobre o processo de recenseamento de raiz na diáspora, a actualização de caderno em São Tomé, a própria realização das eleições, quer presidenciais, quer autárquicas.

Quero dizer que houve um lapso, porque no orçamento deveria estar inscrito 30 000 para as eleições presidenciais, incluindo o recenseamento e a actualização, e 7 000 para as eleições autárquicas. Se formos ver nas GOP, está na página 42 «realização de eleições presidenciais e autárquicas. Houve um lapso, está aqui autarquias. Foi um lapso não plasmar no orçamento.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Há uma outra proposta do Sr. Deputado Arlindo Ramos, que podemos deixar condensada ou também separar. São 22.5 milhões para recenseamento de raiz na diáspora e acertos de cadernos, 7.5 000 para eleições presidenciais e 7.5 000 para eleições autárquicas, separado.

Sr. Primeiro-Ministro, não vê qualquer inconveniência? Todos estão de acordo? Portanto, descondensar o valor, ficará, despesas com recenseamento eleitoral na diáspora e acertos de cadernos eleitorais em São Tomé e Príncipe, actualização e recenseamento eleitoral, 22.5 milhões. No mesmo Ministério, estamos só a descondensar o valor. Eleições presidenciais 2021, 7.5 milhões de dobrás, eleições autárquica, o mesmo

valor, portanto, dá no total 37.5 milhões de dobras. Todos estão de acordo ou temos que submeter à votação? Alguma objecção?

Está aprovado.

Relativamente ao orçamento da Câmara de Mé-Zóchi, a proposta do Sr. Ministro das Finanças é transferir 2 milhões de dobras do exercício findo, na mesma página, para a referida Câmara, descrição: «reabilitação do Parque Popular da Cidade da Trindade». Os outros 12.920, exercício findo, acrescentar, Câmara de Água Grande e Mé-Zóchi. Acrescentar apenas a descrição, para ficar claro que são para despesas de dívidas com esses dois distritos.

Alguma objecção?

Está aprovado.

Mais alguma questão para este Ministério?

Tem palavra o Sr. Deputado José António Miguel.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sr. Presidente, tomo palavra, porque o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e Descentralização disse que as verbas atribuídas às Câmaras deveram-se sobretudo às suas dinâmicas e apresentado. Então, eu gostaria de desafiar o Sr. Ministro a dizer aqui, se é que pode, qual é o orçamento apresentado por cada câmara, porque se não vou ficar preocupado com a Câmara Distrital de Mé-Zóchi.

Não acredito que o Sr. Presidente da Câmara Distrital de Mé-Zóchi tenha apresentado um orçamento de 9.3 milhões de dobras, sabendo que tem tanta coisa para fazer no Distrito. Tentei informar-me, e soube que a Câmara apresentou mais de 20 milhões, distribuídos em despesas de investimento público e despesas correntes.

Por isso, gostaria que o Sr. Ministro dissesse exactamente quanto tem como orçamento das câmaras. Dizendo assim, ficamos com a impressão de que de facto há a possibilidade de as câmaras terem mais dinheiro, mas que as próprias câmaras é que não são ambiciosas, que pediram pouco dinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Rainho.

O Sr. **Mário Rainho** (ADI): — Sr. Presidente, venho cá com uma proposta. Se formos ver a rubrica atribuída à Câmara do Distrito de Caué, no que diz respeito à construção dos troços de estradas calcetadas, há uma obra que já vem de um bom bocado de tempo, não está concluída e requer uma atenção muito especial. Estou a referir-me à obra de calcetada que vai para o Cemitério de Angolares. Foi alocada uma verba de 1.5 milhões de dobras, o que quer dizer que dá na ordem de 71 mil dólares. O que quero dizer? Se formos ver para uma rubrica, não estou a ver de que ministério, só sei que há uma rubrica que diz respeito à requalificação da Praia dos Tamarinos, em Lobata. Nesse sentido, queria que fosse alocada uma verba, diz que não é possível, mas a verdade é que há que se dar uma atenção àquele troço, porque é uma obra que já vem de há muito tempo e era bom que se concluíssem essa obra que dá acesso ao Cemitério de Angolares.

O Sr. **Presidente**: — A proposta não foi acolhida? Não foi acolhida.

Fechamos este Ministério, passemos de imediato ao Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Tem palavra a Sra. Deputada Maria das Neves.

A Sra. **Marias das Neves** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro das Finanças, olho para o orçamento do Ministério das Finanças, aliás começando pelas GOP, não há dúvida de que se chama Ministério das Finanças e Economia Azul e essa vertente economia azul é extremamente importante para este Ministério e pode até contribuir para trazer uma grande mais-valia para o Ministério. Quando olho para as GOP e também para o Orçamento, não vejo uma palavra sequer sobre a economia azul. Gostaria de saber o que se passa com a economia azul.

A segunda questão é em relação aos inquéritos ao orçamento familiar, que acho uma questão extremamente importante, porque é através desse inquérito ao orçamento familiar que se vai elaborar um novo cabaz de compra para calcular a inflação. Não há dúvida de que com a questão da Covid, com esses procedimentos todo, os hábitos de consumo da população são-tomense vem alterando consideravelmente e esse inquérito é extremamente importante.

A minha preocupação é se a fonte de financiamento que aqui aparece dá garantia para que esse inquérito seja feito ainda este ano, tendo em conta que depois há outra rubrica com outra fonte de financiamento para depois se determinar o cabaz de compra. Claro que se tem que fazer o inquérito para depois se determinar o cabaz de compra.

A preocupação é se esta fonte vai de facto garantir que esse inquérito seja feito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carreira.

O Sr. **Carlos Correia** (ADI): — Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta ao Governo, concretamente ao Sr. Ministro das Finanças. Ouvi ultimamente o Sr. Ministro dar uma entrevista, dizendo que tem a Empresa ENCO como sua casa. Para um sítio onde já labutou há bastante tempo, é aceite. Gostaria de solicitar ao Sr. Ministro, quando vai negociar com a SONANGOL, como é que ficam os interesses do País?

O Sr. **Presidente**: — É uma pergunta que não se enquadra na discussão do Orçamento, portanto, não há resposta.

Já fechamos o Ministério das Finanças, vamos passar a analisar as propostas de lei das GOP e do OGE.

Murmúrios.

Havia alguma questão?

Foi uma questão genérica, mas se quiser responder...

Sobre a economia azul? É esta a questão?

Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, neste preciso momento, estamos nos trabalhos com a FAO, para a elaboração da estratégia da economia azul. Por causa da pandemia, muitas questões foram adiadas, mas tivemos há dias uma reunião, onde abordamos a questão da economia azul, e aqui, por ser um sector transversal, estamos a ver se até Março ou Abril teremos uma estratégia de economia azul, em que estará mencionado aquilo que de facto iremos fazer. Prematuramente não colocamos na estrutura, porque a nossa visão para a economia azul vamos discutir com os órgãos, porque nós queremos criar uma autoridade que será equiparada a uma Secretaria do Estado, e são estruturas muito poderosas, inclusive nós estamos num debate, porque há vários sectores que estão a trabalhar isoladamente, como a Direcção da Pesca, como a Direcção do Ambiente. O trabalho que estamos a fazer é para que esses sectores todos estejam juntos.

Como é um processo que só em finais do mês de Fevereiro teremos uma reunião com a FAO e também com os nossos parceiros em Gabão, para definirmos a regra do jogo, então, não queríamos trazer isto aqui, sem a coisa estar bem certificada. Inclusive, estamos a trabalhar na perspectiva de ter um orçamento para isto. Então, nós queremos uma coisa concreta, e mesmo durante a execução, durante o ano, submeteremos o processo à Assembleia, para esta apreciar e dar o seu próprio pronunciamento à volta disso, porque o trabalho que estamos a fazer vai alterar muitas coisas, vai mexer com muitos sectores. Uns defendem a ideia de ter um ministério próprio, outros defendem a ideia dessa autoridade, que vai congrega muitos outros sectores.

Então, o nosso objectivo é, no final de Fevereiro, vamos ter uma actividade onde vamos pedir a envolvimento do Presidente da República, Presidente da Assembleia e do Primeiro-Ministro. Depois de concluirmos esse trabalho, vamos submeter o trabalho à Assembleia Nacional, para aprovação, e aí sim teremos uma estratégia de transição para a economia azul, aprovada pela Assembleia Nacional.

Nós não colocamos, porque, colocando, tínhamos que orçamentar para não termos um documento nas GOP, que não tenha explicações no Orçamento. Tínhamos um valor simbólico de 300 000, mas com a evolução que a coisa está a levar, esse montante não será suficiente.

O que prometo é, após validarmos a estratégia de transição da economia azul, em finais de Fevereiro, vamos submeter o documento à apreciação e aprovação da Assembleia Nacional, que será um documento nacional.

No nosso orçamento, temos a verba do orçamento familiar. Quer dizer, há duas coisas: há o orçamento familiar que a Estatística faz e também há a recolha de cabaz do Índice de Preços no Consumidor (IPC). Esses são valores normalmente que fazemos, porque os outros parceiros também apoiam. Então, esses são os valores tradicionalmente que nós fazemos.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, já concluímos o Ministério do Plano e Finanças.
Tem a palavra o Sr. Deputado Líder Parlamentar do ADI.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Sr. Presidente, nós estamos perto do fim dos trabalhos e vamos passar agora a ver os artigos, um por um, alínea a alínea. Para que não haja saída dos Deputados para pequenas necessidades, tomar um café e refazer-se, o meu Grupo Parlamentar propõe, ao abrigo do artigo 81.º do Regimento, uma interrupção da reunião de 15 minutos.

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Vamos submeter esta proposta à votação.

Murmúrios.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não, não! De acordo com o Regimento, não pode ser recusado.

O Sr. **Presidente**: — Leia o artigo, Sr. Líder.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — «Artigo 81.º. Interrupção da reunião.

1. Os Grupos Parlamentares podem requerer por uma única vez a interrupção da reunião plenária, a qual não pode ser recusada pelo Presidente.

2. A interrupção a que se refere o número anterior, se deliberada, não pode exceder 15 minutos, quando requerida por Grupos Parlamentares com menos de cinco Deputados, nem 30 minutos, quando se trata de grupos com mais de cinco Deputados.»

O Sr. **Presidente**: — Está tudo dito, não é o Presidente que recusou.

O Presidente submete a proposta à Assembleia, para deliberar. É exactamente o que leu.

Há uma proposta, o número 2 diz claramente. «Se deliberada». Quem delibera?

Não sou eu que estou a recusar. O Sr. Líder fez uma proposta, estou a submeter à apreciação do Plenário.

Há uma proposta para suspensão de 15 minutos.

Submetida à votação, foi reprovada, com 21 votos a favor, 28 votos contra e 3 abstenções.

O Sr. **Presidente**: — Portanto, a proposta foi negada. Vamos continuar com os trabalhos, analisando, na especialidade, a Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano.

Podemos ler artigo por artigo? Todos os Deputados têm os documentos em mãos? Ou apenas apreciar? Faz-se a leitura ou não?

Uma voz do ADI: — Avance!

O Sr. **Presidente**: — Eu fiz uma pergunta, não é «avance». É saber se podemos ler artigo por artigo ou apenas perguntar. Portanto, vamos analisar a Proposta de Lei das Grandes Opções do Plano. Estamos apreciar o preâmbulo. Alguma proposta de alteração?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, e 2 do MCI, 23 votos contra, e 1 abstenção de um deputado do ADI.

Portanto, está aprovado o preâmbulo.

Artigo 1.º. Objecto. Proposta de eliminação, substituição ou emenda?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Artigo 2.º. Proposta de eliminação, substituição, emenda, aditamento?

Também não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Artigo 3.º. Grandes Opções do Plano.

Nenhuma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Artigo 4.º. Medidas e opções de projectos orçamentais. Alguma reacção?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Artigo 5.º. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Artigo 6.º. Entrada em vigor.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Passemos à votação final global.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 23 contra e 1 abstenção.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Obrigado. Uma ligeira correcção. São 22 votos contra e não 23.

Passemos de imediato à proposta da Proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para o ano 2021.

Preâmbulo. Alguma relação?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 1.º. Objecto. Proposta de eliminação, substituição, emenda ou aditamento?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 2.º. Proposta de eliminação, substituição, emenda ou aditamento? Estamos a falar de estimativa de receitas, Dbs. 3 655 123 000 (três mil milhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil dobras). Não houve qualquer proposta de alteração do tecto orçamental durante as disclusões.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 3.º. Fixação das Despesas, também no valor de Dbs. 3 655 123 000 (três mil milhões, seiscentos e cinquenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil dobras). Durante as discussões não houve qualquer proposta de redução nem de alteração.

Alguma proposta de substituição, emenda, alteração ou aditamento?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 4.º. Finanças da Região Autónoma do Príncipe, Finanças Locais, Fundos Autónomos e Transferências Públicas para Organismos Autónomos. Alguma proposta de alteração, emenda, substituição ou aditamento?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 5.º. Comparticipação do Estado nos lucros das Empresas Públicas. Alguma proposta emenda, substituição, aditamento ou eliminação?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 6.º. Financiamento Interno. Proposta de alteração, emenda, aditamento, substituição?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 7.º. Credito Externo.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 contra e 1 abstenção.

Artigo 8.º. Execução Orçamental, cobrança das receitas. Alguma proposta de alteração, emenda, correcção?

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pinheiro.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Sr. Presidente, tenho uma proposta de emenda. O artigo 8.º n.º 1 orienta o Estado ou as instituições que cobram as receitas que os depósitos devem ser feitos, ou seja, centralizados, em regra, na conta única do Tesouro.

Depois, o artigo 3.º, no ponto 3, diz o seguinte: «Para efeito do desposto no número anterior, os serviços devem depositar montantes arrecadados na conta do Tesouro, no Banco Central, ou numa outra instituição bancária indicada, no prazo de 24 horas». Portanto, já diz que tem que ser centralizado na conta do Tesouro, no Banco Central. Agora, quem vai autorizar que a receita deve ser depositada numa outra conta?

A lógica é que deve ser centralizada no Banco Central, na conta do Tesouro. É o que está aqui dito. Ainda nos orienta para uma outra conta. Não sei como é que isso funciona e quem autoriza, porque a Lei diz que é no Banco Central. É o que a Lei está dizer. Centralizar no Banco Central e todos nós vamos lá depositar as receitas. Depois temos essa outra oportunidade de depositar numa outra conta. De que instituição?

Obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Pinheiro, nesta discussão actual, cabe fazer propostas concretas, proposta de eliminação, substituição e emenda.

O Sr. **Carlos Pinheiro** (ADI): — Eu gostaria de propor que se ilumine a última parte, «...ou numa outra instituição bancária, num prazo de 24 horas». Que fique só, «...centrada na conta do Tesouro, no Banco Central».

O Sr. **Presidente**: — Registada a proposta, tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças.

O Sr. **Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul**: — Sr. Presidente, esta redacção já vem de algum tempo, e explicamos porquê. Quem vai pagar as suas taxas, nas Alfândegas, lá não tem agência do Banco Central. Tem do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP). As pessoas pagam numa conta, não está no Banco Central, está no BISTP, a conta do Estado. Diariamente, no fim do dia, o BISTP transfere esse valor para a conta do Tesouro.

Se nós dissermos que só se tem que pagar no Banco Central, pela dinâmica das Alfândegas, estaríamos a morrer. O processo que está cá é um processo que veio assim. Abriu-se esse parenteses justamente para que o valor fosse, e é a prática, para o caso concreto das Alfândegas, depositado na conta do BISTP, que tem um guiché nas Alfândegas, e no fim do dia as Alfândegas e o BISTP contabilizam tudo e transferem para a conta do Tesouro.

Obrigado.

Uma voz: — Credo!

Aplausos.

O Sr. **Presidente**: — Alguma reacção? Contraproposta? Ou tem alguma outra proposta a fazer?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI.

Opa, é fastidioso!

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Não é fastidioso, Sr. Presidente! Nós estamos aqui para isso, o povo nos paga para isso. Podemos discutir até amanhã, até à exaustão.

Eu concordo com a intervenção do meu colega. Se repararem bem, nós estamos a assistir, mas estamos cansados. Por isso, pedimos suspensão, até humano. Temos várias contribuições a fazer, e estamos deixar as coisas, mas estão aprovar. Neste capítulo, é necessário, para que não se corra o risco. É verdade que vem sido nos outros orçamentos, mas há coisas que devemos corrigir. Corrigir o que está errado e melhorar o que está bem.

Daí que a nossa proposta é de adenda e ficaria: «Para o efeito do exposto no número anterior, os serviços devem depositar, no prazo de 24 horas, os montantes arrecadados, na conta única do Tesouro do Banco Central, ou numa outra conta indicada pela Direcção do Tesouro, que esteja intrinsecamente ligada à Conta Única do Tesouro (CUT), para assim facilitar a sua consolidação».

Está é a nossa proposta, por quê? Porque, quando se estiver a fazer a consolidação da conta, estando as contas dispersas, vai dar trabalho. Isso é finanças do Estado.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Mas se entendem de outra maneira, a minha proposta está feita.

Murmúrios.

O Sr. **Presidente**: — Vamos submeter a proposta à votação. Há duas propostas, o Ministro apenas argumentou. Há uma proposta do Sr. Deputado Carlos Pinheiro e outra do Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira. Ou um outro vai retirar? Mantêm as duas? Retira a sua? Portanto, vamos votar de novo a proposta do Deputado Abnildo d'Oliveira, é um aditamento. O Sr. Ministro quer reagir?

Não?

Submetida à votação, foi reprovada com 30 votos contra, 22 votos a favor e 1 abstenção.

Mantém-se como está.

São três abstenções? Ah, peço desculpas. Então, vamos rever o número de votos. São 28 votos contra, 22 votos a favor e 3 abstenções. Portanto, está chumbada a proposta.

Estamos a apreciar o artigo 8.º. Mais alguma proposta?

Não é o caso, vamos submeter à votação.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 9.º. Limite de pagamento em numerário. Alguma proposta de alteração, correcção, eliminação, substituição?

Não é o caso.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 10.º. Contensão de despesas públicas. Alguma alteração, proposta de eliminação, substituição e emenda?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 11.º. Requisito dos beneficiários. Alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 12.º. Liquidação de despesas não orçamentadas, verso responsabilidade. Alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 13.º. Processamento de despesas. Alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 14.º. Despesa elegíveis. Alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 15.º. Regime de aquisição de bens e serviços. Reacção? Proposta de substituição, e emenda, aditamento?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 16.º. Autorização de despesas não especificadas. Reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 17.º.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 18.º. Informação periódica. Alguma reacção?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 19.º. Despesas com pessoal.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 20.º. Despesas com investimentos e investimentos públicos. Alguma reacção?

Não é o caso!

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Artigo 21.º. Entrada em vigor. Alguma observação?

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, 22 votos contra e 1 abstenção.

Passemos à votação final global do Projecto de Lei sobre o Orçamento Geral do Estado para o Ano Económico 2021.

Submetido à votação, foi aprovado com 30 votos a favor, sendo 23 do MLSTP/PSD, 5 do PCD/MDFM-UDD, e 2 do MCI; 22 votos contra, e 1 abstenção de um deputado do ADI.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Está aprovado.

Chegámos, finalmente, ao fim dos nossos trabalhos. Desculpem a redundância.

Uma voz do ADI: — Declaração de voto.

O Sr. **Presidente:** — Desculpe, não percebi. Quer fazer uma declaração de voto?

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI., para fazer uma declaração de voto. Para este caso, é permitida a declaração de voto oral. Não, não, isso é facultativo.

O Sr. **Abnildo d'Oliveira** (ADI): — Os outros querem fazer declaração? Ok, se os outros vão reagir à minha declaração, é normal. Pela norma, o Presidente devia perguntar aos outros. Mas não há problema. Não há nenhum problema, pois estamos na Casa da Democracia, e o contraditório é permitido.

Sr. Presidente da Assembleia Nacional, Sua Excelência Sr. Primeiro-Ministro, Sras. Ministras e Srs. Ministros, Caras Deputadas, Caros Deputados: Eis que chegamos ao fim de um trabalho longo, com várias contribuições.

Nesta nota introdutória, lamentamos apenas alguns excessos que tiveram lugar, nomeadamente do Líder Parlamentar e do Primeiro-Ministro.

Volvidos esses 5 dias de trabalhos, repartidos entre o debate na generalidade e especialidade, apresentámos a nossa proposta de como devia ter sido a apresentação dos documentos aqui debatidos e agora aprovados pela maioria.

O Grupo Parlamentar do ADI, desde a primeira hora, venceu a necessidade, a importância, a actualidade, o impacto e a oportunidade da existência de um plano de recuperação económica. Estamos nós a atravessar ainda um período pandémico e, perspectivando uma estratégia de recuperação económica, entendíamos que o Governo devia ter apresentado, a par destes dois instrumentos, este plano de recuperação económica. Não o fez!

Um período especial, ou excepcional, requereria, ou melhor, requer medidas ou respostas excepcionais. É o caso! Daí, nessa excepcionalidade, o Governo devia apresentar, na nossa perspectiva, prioridade das prioridades. E prioridade das prioridades, que sempre defendemos, foi a Saúde. Com este Orçamento, mas uma vez, ficou para trás uma das prioridades, sendo que o tempo não volta atrás, como disse aqui alguém: as palavras não se alteram, uma vez ditas, e a oportunidade não se recupera. Perdemos, então, uma oportunidade! O Governo perdeu a oportunidade de demonstrar o rumo certo que o País deve seguir! O Governo optou por querer fazer tudo! Fazer tudo, em remendos! Nenhuma referência concreta para a criação de postos de emprego e melhoria no poder de compra das populações! O custo de vida aumentará consideravelmente, em 2021.

Por isso, na ausência de uma visão estratégica de recuperação económica e não tendo posto a saúde, em primeiro lugar, como prioridade das prioridades, tendo em conta a nossa realidade e num período pandémico, o Grupo Parlamentar do ADI posicionou-se contra este Orçamento.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente:** — Não havendo mais pedidos...

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Danilson Cotú** (PCD/MDFM-UDD): — Sr. Presidente, gostava, em nome do Grupo Parlamentar da Coligação PCD/MDFM-UDD, de, em primeiro lugar, felicitar o povo de São Tomé e Príncipe, pelo Orçamento que ora foi aprovado. Felicito o povo de São Tomé e Príncipe, pois a nossa Coligação está certa de que é ele o principal destinatário deste Orçamento, que devemos nos reunir aqui sempre para defender.

Vivemos um período pandémico, onde todos, independentemente do credo religioso ou da sua filiação política, devem centrar esforços, no sentido de trabalhar, levando melhores dias, levando melhores condições para o povo que nós jurámos defender, para o povo que nós representamos.

Causa-nos estranheza, pelo facto de o Partido Acção Democrática Independente (ADI) ter votado contra!

Causa-nos estranheza, porque nós tivemos aqui dias de trabalho, com total abertura, que contou com a contribuição de todos e todas, inclusive dos Deputados do Grupo Parlamentar que votou contra o Orçamento, propostas que foram aceites e incluídas no Orçamento Geral do Estado.

Para o nosso espanto, votam contra!

Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente, o povo de São Tomé e Príncipe acabou de assistir a dois Grupos Parlamentares, da Coligação e do MLSTP/PSD, e o Movimento de Cidadãos Independentes de São Tomé e Príncipe votarem a favor do povo de São Tomé e Príncipe, e assistiu ao Grupo Parlamentar do ADI votar contra o povo de São Tomé e Príncipe.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Líder Parlamentar do PCD/MDFM-UDD.
Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

Protestos do ADI.

Murmúrios gerais.

Entretanto, os Deputados do ADI abandonaram a Sala, à excepção da Deputada Celmira Sacramento e do Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, primeiramente, um elogio ao Sr. Primeiro-Ministro e Chefe de Governo, que, contrariamente a todos os outros, esteve cá connosco, do princípio ao fim. Abriu o debate, podia não ter continuado na especialidade, mas esteve aqui todos os dias connosco. Por isso, Sr. Ministro-Ministro, um muito obrigado nosso. O povo está a ver, o povo sabe que este Primeiro-Ministro é do povo. Está aqui a assumir as suas responsabilidades e não a furtar-se delas!

O Sr. Primeiro-Ministro e o Governo podem estar tranquilos. Têm sua maioria coesa, firme e determinada, sempre pronta para os embates.

O povo assistiu, de facto, os Grupos Parlamentares do MLSTP/PSD e da Coligação, e os Deputados do Movimento de Cidadãos Independentes a contribuírem para que possamos lutar, de facto, para recuperarmos a economia são-tomense e pormos o País nos carris. A todos eles, a todos nós, um muito obrigado. O povo assistiu e tira as suas ilações.

E, infelizmente, abandonaram a Sala.

Temos a maturidade suficiente de acompanhar, com excepção da Deputada Celmira e do Deputado Levy Nazaré, que estão cá, sentadinhos, à espera, ouvindo, escutando todos. Estamos todos felizes por termos cumprido mais uma missão, por tudo termos feito para que finalmente possamos dotar o Governo do seu instrumento de gestão fundamental: o OGE e a GOP. o povo saberá tirar as suas ilações. Nós continuaremos cá, prestando o nosso serviço, trabalhando para o povo, porque é para isso que fomos eleitos.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Deputado, Líder Parlamentar do MLSTP/PS. Os Serviços conferiram os Deputados que abandonaram a Sala, para aplicar as devidas faltas, porque ainda não encerramos o debate.

Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro, quer usar da palavra?

Se faz favor.

O Sr. **Primeiro-Ministro**: — Sua Excelência, Presidente da Assembleia Nacional, Excelentíssimas Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, *pôvô de San Tomé cu Santa Toni di Plinspi*, Excelências, Senhoras e Senhores: Permitam, neste último dia, que comece essa alocução, do princípio do fim deste exercício regimental e legal, da aprovação final global do OGE e das GOP 2021, por saudar e agradecer Sua Excelência o Sr. Presidente da Assembleia Nacional e, por extensão, cada Deputada e Deputado, em particular, sem exceptuar toda a equipa técnica e de imagem que promoveu o País durante esses dias, veiculando, em tempo real, o calor do contraditório político dos debates nesta Casa da democracia participativa, por excelência.

Esses sinceros cumprimentos e agradecimentos são extensivos ao povo de São Tomé e Príncipe, que representamos com vez e voz, mormente a diáspora, a nossa ilha terceira, com mais de um terço da população total do País que, graças às novas tecnologias, acompanhou todas as sessões plenárias de tão longe e tão perto, nas redes sociais.

Excelências, Senhoras e Senhores, esse exercício de aprovação de dois instrumentos essenciais de governação, num contexto *sui generis* da nossa história recente, tratou-se de um momento excepcional, para dar resposta a uma realidade extraordinária de recuperação económica pós-pandémica, em que a vontade sonante de mudança e ruptura de paradigmas transborda em todas classes sociais, económicas e políticas. Mudam-se os tempos, os homens e as vontades.

Este é o momento oportuno, agora ou nunca, para a Nação se unir, na base de vontade política, em torno de ideias, ideais, metas e prioridades presentes e futuros.

Lá fora, o povo nos aguarda, os jovens esperam, os velhos desesperam, as urgências amontoam. Por conseguinte, todos têm os olhos postos nestes OGE e GOP 2021, *chá di cotá féblé*.

Ao nível sanitário, o quadro epidemiológico da segunda vaga da pandemia Covid-19 é deveras preocupante e não poupa a ilha do Príncipe. Amanhã, haverá um Comité de Crise, presidido por Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Devemos aproveitar a solidariedade, a generosidade e a sensibilidade dos parceiros de cooperação, para realizar investimentos no Sistema Nacional de Saúde.

Ao nível socioeconómico, implementação do plano de retoma económica. Contrariamente ao que alguns querem fazer crer, há um plano, de facto, de retoma económica.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Vamos começar por injectar financiamento, crédito no sector privado. Urgência, de facto, na terapia de choque, para animar o tecido empresarial nacional; atracção de investimento directo estrangeiro e adopção de políticas audaciosas de criação de emprego digno para os jovens, empreendedorismo e auto-emprego, continuidade das medidas de mitigação do impacto da pandemia Covid-19, no âmbito da luta contra a pobreza. Implementação de alguns projectos estruturantes, nomeadamente, estradas, o aeroporto, as energias renováveis, as tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Ao nível macroeconómico, redução das despesas públicas, para o cumprimento do défice do saldo primário e outras metas já acordadas com o FMI.

Mudando agora de perspectiva, para ver com olhos de fotografar este Plenário improvisado, por imperativo do distanciamento físico Covid-19, permitam-me que vos diga o seguinte: estão aqui, neste auditório, representantes de um só povo e uma só Nação, São Tomé e Príncipe, faltando unicamente para completar este cenário os representantes da nossa diáspora.

Contrariamente aos dois últimos OGE e GOP, de 2019 e 2020, desta vez, esta é a minha percepção, senti o ambiente, na plenária, menos crispado. Só lamento esta saída de última hora.

Alguma coisa nos separa, é verdade, possivelmente ideologia, ou melhor política ou talvez religião, entre outras, mas muita coisa nos une. São Tomé e Príncipe, em primeiro lugar, os nossos laços sociais, familiares e de amizade, a nossa língua, o calulu, o verde natural e o azul do mar, o orgulho e dignidade colectiva, a nacionalidade, o patriotismo. A paz, o leve-leve, a liberdade de que disfrutamos. Em suma, o amor a esta terra que nos viu nascer, cujo íman mantém ainda residentes os 3 ex-Presidentes da República, até mesmo a nossa diáspora que saiu, aqueles que saem por razões económicas, de estudo ou de saúde, a vontade de voltar é sempre uma obsessão. Aliás, há o dilema do insular, querer sair e ter que ficar; querer ficar e ter que sair.

Na verdade, o OGE e as GOP de 2021 é um processo laborioso e que envolve e envolveu muitos actores. Concepção, elaboração, discussão, aprovação, e ainda temos as etapas de promulgação e publicação no Diário da República. Todavia, o verdadeiro trabalho do OGE-GOP 2021 começa precisamente agora, com a sua execução, com a mobilização de recursos financeiros, mobilização de decisores empenhados, a todos os níveis, os quadros técnicos competentes, para a sua concretização. São muitas acções, muitos projectos, e este processo deve envolver todo mundo, por se tratar de um investimento público, executado através do erário público. Portanto, todo o trabalho desenvolvido até agora são meios para atingir a finalidade, que consiste no desenvolvimento sustentado do País e, conseqüentemente, alcance do bem-estar e felicidade do nosso povo.

Para tanto, mas do que estabilidade política, precisa-se de uma verdadeira política de estabilidade. E mais do que se orgulhar de um regime democrático, torna-se necessário uma cultura democrática sustentada por verdadeiros democratas convictos, quer no poder, quer na oposição.

Ao terminar, cumpre-me reiterar a expressão de gratidão à augusta Assembleia, pela forma como decorreram os trabalhos, bem como os resultados alcançados. E aproveito o ensejo para deixar a promessa de voltar ao convívio das Sras. e Srs. Deputados, para a prestação de contas, sempre que julguem necessário a presença do Governo, seja para prestar contas, debates de urgência ou por razões extraordinárias, dentro das balizas regimentais.

Quá cu buá na cá tada fá.

Passô!

Que Deus nos abençoe.

Bem haja!

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Primeiro-Ministro.

Gostaria, por fim, de retribuir também a Vossa Excelência e aos seus pares do Governo, agradecer também à Sras. e aos Srs. Deputados, pelo árduo trabalho que tivemos nos últimos 5 dias, um pouco cansativo, mas que deu pra concluirmos com alguma satisfação o nosso trabalho, agradecer de igual modo todos os técnicos aqui presentes, dos Ministérios afins, seguranças, motoristas, técnicos da Comunicação

Social, todos que estiveram envolvidos neste processo, desde a logística até todos os serviços operacionais e técnicos.

Um bem-haja a todos!

Damos por encerrada a sessão.

Aplausos do MLSTP/PSD e do PCD/MDFM-UDD.

Eram 18 horas e 50 minutos.